

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

LEONARDO ALBERTO CORÁ SILVA

**O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LEOPOLDO E A PAISAGEM CULTURAL:
REFLEXÕES SOBRE UM CONCEITO DE PRESERVAÇÃO APLICADO A UMA
CIDADE DE PORTE MÉDIO**

SÃO LEOPOLDO

2017

Leonardo Alberto Corá Silva

O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LEOPOLDO E A PAISAGEM CULTURAL:
Reflexões sobre um conceito de preservação aplicado a uma cidade de porte médio

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Lúcia Goelzer Meira

São Leopoldo

2017

S586c

Silva, Leonardo Alberto Corá.

O centro histórico de São Leopoldo e a paisagem cultural : reflexões sobre um conceito de preservação aplicado a uma cidade de porte médio / Leonardo Alberto Corá Silva. – 2017.

185 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2017.

"Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Lúcia Goelzer Meira."

1. São Leopoldo (RS) – História. 2. Patrimônio cultural.
3. Planejamento urbano. 4. Cidades e vilas. I. Título.

CDU 72

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

Ao meu pai, que incentivou em mim a admiração
pelo fruto do trabalho comunitário.

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho só foi possível graças à colaboração do quadro docente do mestrado profissional do programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Destaco os meus professores André Silva, Roberta Edelweiss, Ronaldo Stroher, Adalberto Heck, Marluza Harres, Celso Scaletsky e, em especial, a minha orientadora, Ana Lúcia Goelzer Meira, que com sua gentileza e conhecimento contribuiu para a formação de uma sociedade mais consciente de sua história. Também agradeço aos amigos Kátia Jocasta Grings, Elisabeth Ortiz Grings, Maristela Schmidt, Gláucia Peixoto, Jorge Luís Stocker Jr. e Victor Bier: cada um de vocês teve a generosidade de compartilhar comigo o conhecimento que possuem, por isso são pessoas importantes em minha formação. E, por fim, agradeço aos meus familiares, Eneides Corá, Marcelo Frizzo, Maurício Citadini, Luciana Diaz Benjo e Rafael Diaz Antunes, pessoas queridas que me fazem companhia.

*“A verdadeira viagem do descobrimento não
consiste em procurar novas paisagens, mas em
ver com novos olhos.”*

(MarcelProust)

RESUMO

A paisagem cultural e o planejamento urbano das cidades de porte médio são dois temas que se entrelaçam nesta dissertação. Ao estudar o centro histórico da cidade de São Leopoldo, com o auxílio da metodologia proposta pelo Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico (IAPH), buscou-se contribuir com os instrumentos de planejamento disponíveis à sociedade na gestão do espaço urbano, com fins de garantir não só a preservação, mas a vitalidade.

Atualmente, a paisagem cultural é objeto de estudo de diversos pesquisadores ligados ao patrimônio cultural. Sua identificação no espaço urbano tem na cidade espanhola de Sevilha um exemplo prático de aplicação do conceito. Em Sevilha, o IAPH propôs a formulação de um guia da Paisagem Cultural dividido em dois volumes: identificação e planejamento.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos: no primeiro, apresentou-se as justificativas que nos levaram a escolher a cidade de São Leopoldo como objeto de estudo e quais foram objetivos nesta pesquisa. No segundo, estudou-se a formação do conceito de Paisagem Cultural e como os institutos de preservação no Brasil articularam a sua atuação para proteção do patrimônio cultural. No terceiro capítulo estudou-se a metodologia de trabalho do IAPH. No quarto e último capítulo refletimos se, no caso da cidade de São Leopoldo, um guia da Paisagem Cultural seria um instrumento adequado, e de que forma o modelo proposto pelo IAPH poderia ser adaptado para a realidade de uma cidade de porte médio. Para isso, traçou-se um paralelo entre o volume de identificação do guia de Sevilha e a bibliografia disponível sobre temáticas similares em São Leopoldo.

Palavras-chave: Paisagem cultural. São Leopoldo. Patrimônio. Cidade.

ABSTRACT

The cultural landscape and the urban planning of the mid-size cities are the two themes that interweave in this master thesis. When we study the São Leopoldo's historic center, with the assist of the methodology proposed by the Andalusian Historical Heritage Institute (IAPH), we intend to contribute with the urban planning instruments available to the society, in the gestion of the urban space, with the intentions to guarantee not just the preservation, but with the vitality of then.

Currently, the cultural landscape is the object of the study of many researchers related to the cultural heritage, and the identification in the urban space has in the city of Sevilha a practical example of application of the concept. In Sevilha, the IAPH come up with a formulation of one guide of the landscape, divide in two volumes: identification and planning.

This master thesis was divided in four chapters, In the first chapter we introduce the justifications that lead us to choose the city of São Leopoldo as the object of study. In the second chapter, we studied the formation of the concept of cultural landscape, and how the preservation's institutes of Brazil articulate their operation. In the third chapter, we studied the IAPH's workflow. In the fourth and last chapter we studied if to the case of São Leopoldo, a landscape's guide is a proper toll, and what ways the model proposed by the IAPH could be adapted to the reality of a mid-size city. To do this, we establish a parallel in between the IAPH's identification volume and the available bibliography of similar themes in São Leopoldo.

Keywords: Cultural Landscape. São Leopoldo. Heritage. City.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução Urbana de São Leopoldo.....	16
Figura 2 - Praça do Imigrante em São Leopoldo.....	17
Figura 3 - Ponte 25 de Julho no Centro Histórico de São Leopoldo.....	18
Figura 4 - Antigo Seminário Evangélico de São Leopoldo	18
Figura 5 - Despejo da CEUL	19
Figura 6 - Casa da Feitoria antes da reforma.....	20
Figura 7 - Casa do Imigrante após a reforma.....	20
Figura 8 - Monumento à Imigração em São Leopoldo	21
Figura 9 - Recorte da capa do jornal <i>O 5 de Abril</i>	22
Figura 10 - Vista área do Centro Histórico de São Leopoldo	24
Figura 11 - Centro Histórico de São Leopoldo	24
Figura 12 - Capela Nossa Senhora do Carmo	28
Figura 13 - Capela Nossa Senhora do Carmo e Sinos Shopping	29
Figura 14 - Trampolim do Clube Náutico Itaipu	36
Figura 15 - Aldeia “enxaimel” na entrada de São Leopoldo	42
Figura 18 - Mapa Síntese da paisagem de Sevilha.....	54
Figura 19 - Divisão Fisiográfica do Estado.....	62
Figura 20 – Mapa do Meio Ambiente Geológico	63
Figura 21 - Visual obtida a partir do Morro do Paula	65
Figura 22 – Vista para o Morro do Paula.....	66
Figura 23 - Igreja do Morro do Paula.....	67
Figura 24 - Escola de Teologia.....	68
Figura 25 - Bambuzal do Morro do Espelho.....	68
Figura 26 - Conjunto do São José e bambuzal	69
Figura 27 - Postal do centro de São Leopoldo	69
Figura 28 - Igreja do Relógio.....	70
Figura 29 - Igreja do Relógio vista da Ponte 25 de Julho.....	70
Figura 31 - Percurso urbano com as cinco pontes	72
Figura 32 - Postal com a ponte férrea	73
Figura 33 – Rio dos Sinos trecho 01: Ponte de Ferro e o Trensurb.	74
Figura 34 - Rio dos Sinos em frente à Praça do Imigrante.....	74
Figura 35 – Rio dos Sinos trecho 02: Ginásio	75

Figura 36 - Rio dos Sinos em frente à ilha	75
Figura 37 – Rio dos Sinos trecho 3: centro histórico	76
Figura 38 - Rio dos Sinos e a ponte da BR-116	76
Figura 39 – Rio dos Sinos trecho 4: BR 116	77
Figura 40 - Encontro entre o Rio dos Sinos e o canal	77
Figura 41 – Rio dos Sinos trecho 05: pôr do sol.....	78
Figura 42 – Vista aérea da Zona Urbana de São Leopoldo	79
Figura 43 – Mapa dos Microclimas de São Leopoldo.....	80
Figura 44 - Água do Rio dos Sinos.....	81
Figura 45 – A Ilha no plano diretor	83
Figura 46 – Prefeitura com técnica construtiva imitando o enxaimel.....	89
Figura 47 - Carta da Colônia de São Leopoldo	92
Figura 48 - Mapa da povoação de São Leopoldo em 1833.....	93
Figura 49- Plano Piloto.....	94
Figura 50 – Fábricas em 1853.....	98
Figura 51 - Centro Histórico e o Rio dos Sinos	99
Figura 52 – Caricatura de Jacobina	101
Figura 54 – Urbanização da orla	103
Figura 55 – Estabelecimentos Industriais em 1950.....	109
Figura 56 - Crescimento Populacional de São Leopoldo	110
Figura 57 – Antiga UNISINOS em chamas	111
Figura 58 – Ruínas da Antiga UNISINOS.	112
Figura 59 – Sino da Torre do Relógio	112
Figura 60 – Porto de São Leopoldo.....	116
Figura 61 – Procissão fluvial de Navegantes	117
Figura 62 – Clube Juvenil.....	117
Figura 63 – Romaria de Padre Reus.....	118
Figura 64 – Trampolim do Itaipu.....	120
Figura 65 – Competição de Canoagem.....	121
Figura 66 - Graf Zeppelin	122
Figura 67 – Sociedade Leopoldense de Bolão.....	123
Figura 68 – Vozes da Sthil	124
Figura 69 – Corridas de Ruas	124
Figura 71 – Palco Aberto.....	125

Figura 72 – Construção do 8ºBC.....	127
Figura 73 – Antigo Colégio São Luís	128
Figura 74 – Mural da Rodoviária.	130
Figura 75 – Chegada dos colonos em pintura no MHVSL	130
Figura 76 – Chegada do colonos em quadro de Liana Brandão na biblioteca	130
Figura 77 – Pôster de <i>Os Mucker</i>	131
Figura 78 – Café Mario.....	132
Figura 79 – A Especulação Imobiliária	132
Figura 80 – Pira do monumento ao imigrante acesa.....	133
Figura 81 – Monumento ao Imigrante de Novo Hamburgo	134
Figura 82 – Efégie de Dom Pedro I e Imperatriz Leopoldina, à esquerda a original, à direita a reprodução	136
Figura 83 – Alegoria da Agricultura à esquerda a original, à direita a reprodução ..	136
Figura 84 - Efégie de Dr.Hildebrand à esquerda a original, à direita a reprodução..	137
Figura 85 – Busto da Imperatriz Leopoldina.....	137
Figura 86 – São Leopoldo	138
Figura 87 - Monumento do Sesquicentenário da Imigração Alemã.....	139
Figura 88 – Inauguração do Obelisco	140
Figura 89 – Obelisco e Lixo.....	140
Figura 90 – Monumento às Forças Armadas	141
Figura 91 – Monumento a Getúlio Vargas.....	141
Figura 92 – Estátua de Nossa Senhora das Graças	142
Figura 93 – Busto de Jacobina Maurer	142
Figura 94 – Busto de João Carlos Hass Sobrinho.....	143
Figura 95 – Cartaz da São Leopoldo Fest.....	144
Figura 96 – Complexo de Museus.....	145
Figura 97 – Residência Wolfenbuttel.....	147
Figura 98 – Apresentação do Inventário ao COMPAC.....	147
Figura 99 – Discursos na Imprensa.....	149
Figura 100 – Aproximação visual	150
Figura 101 - Amplidão	152
Figura 102 – Direcionamento e Realce	152
Figura 103 - Classificação espacial das paisagens de interesse cultural.....	174

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Encontro de Especialistas sobre Paisagem Cultural 1992 - 2001	32
Quadro 2 – Resumo da Metodologia do R-PICA.....	51
Quadro 3 - Critérios para demarcações paisagísticas.....	51
Quadro 4 - Estudos Temáticos do GHPHUS.....	56
Quadro 5 - Estudos temáticos do Guia de Sevilha	59
Quadro 6- Unidades de Conservação	82
Quadro 7 - Estrutura do Capítulo A Cidade e Tempo no Guia de Sevilha	88
Quadro 8 – Censo de São Leopoldo em 1848	96
Quadro 9 – Síntese de Acontecimentos em São Leopoldo 1940 - 2000.....	114
Quadro 10 – Usos e atividades segundo o GPHUS.....	115
Quadro 11 –Igrejas no Centro Histórico de São Leopoldo	127
Quadro 12 – Estrutura do Capítulo 6 do GPHUS	129
Quadro 13 – Síntese das Percepções Paisagísticas.....	150
Quadro 14 - Categorias da Paisagem Cultural.....	171
Quadro 15 - Sistemas de Referência Patrimonial.	171
Quadro 16 – Classificação de Sistemas.....	172
Quadro 17 - Descrição das Paisagens.....	173

LISTA DE SIGLAS

AEIC	Área Especial de Interesse Cultural
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEP	Convênio Europeu da Paisagem
CEUL	Casa do Estudante Universitário Leopoldense
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
COMITESINOS	Comitê da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos
COMPAC	Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de São Leopoldo
COMPLAD	Conselho Municipal do Plano Diretor
CPTEC	Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos
CT-LPC	Caderno Técnico do Laboratório da Paisagem Cultural
DCE	Diretório Central dos Estudantes
EST	Escola de Teologia
FEEVALE	Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo
GAP	Gabinete de Planejamento de São Leopoldo
GPHUS	Guia da Paisagem Histórico-Urbana de Sevilha
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IAP	Instituto Anchietano de Pesquisas
IAPH	Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	The International Council on Monuments and Sites
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LIC	Lei de Incentivo à Cultura
LPC	Laboratório da Paisagem Cultural

OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PMSL	Prefeitura Municipal de São Leopoldo
REDIAM	Rede de Informação Ambiental de Andaluzia
R-PICA	Registro das Paisagens Culturais da Andaluzia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Coordenação da Prefeitura Municipal de São Leopoldo
SGPA	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico Brasileiro
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
VS	Jornal <i>Vale dos Sinos</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Definição do Tema.....	15
1.2	Delimitação do Tema.....	23
1.3	Objetivos	25
1.3.1	Objetivo Geral	25
1.3.2	Objetivos Específicos	25
1.4	Justificativa.....	26
1.4.1	A Preservação Histórica em São Leopoldo.....	27
2	REVISÃO DE CONCEITOS.....	31
2.1	Paisagem cultural.....	31
2.1.1	Percepção e Imagem	44
2.1.2	Identidade e Território	45
2.1.3	Patrimônio cultural material e imaterial	46
3	METODOLOGIA DE ANÁLISE DA PAISAGEM.....	50
3.1	Guia da Paisagem Histórico-Urbana.....	53
4	A PAISAGEM CULTURAL DE SÃO LEOPOLDO.....	59
4.1	Caracterização do Meio e Articulação Territorial de São Leopoldo.....	60
4.1.1	Alterações Ambientais.....	84
4.1.2	Articulação Territorial	86
4.2	São Leopoldo, a Cidade e o Tempo	87
4.3	Usos e Atividades Urbanas com Valores Patrimoniais.....	115
4.3.1	Atividades festivo-cerimonias em São Leopoldo.....	116
4.3.2	As Atividades de Lazer e Esporte	120
4.3.3	Atividades vinculadas à logística militar	126
4.3.4	Atividades de devoção e residenciais.	127
4.4	Imagens projetadas e percebidas da cidade de São Leopoldo.....	128
4.4.1	Imagens projetadas de São Leopoldo.....	129
4.4.2	Discursos e valorações	145
4.4.3	Aproximações visuais: a paisagem histórico-urbana	149
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
	REFERÊNCIAS.....	158
	Anexo A - Classificação e Caracterização do IAPH.....	169

Anexo B - A Gestão das Paisagens de Interesse Culturais.....	179
---	------------

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação se propõe a contribuir com a discussão sobre a preservação do patrimônio cultural, arquitetônico e urbanístico de São Leopoldo ao refletir sobre a possibilidade da aplicação dos conceitos da paisagem cultural para estimular um desenvolvimento dinâmico e harmonioso da cidade.

As cidades são produto de um inestimável esforço humano materializado ao longo do tempo, um esforço de toda a sociedade que compõe um documento em que podemos compreender as transformações pelas quais o homem atravessou até a contemporaneidade. A busca por uma cidade dinâmica necessita da apropriação dos conhecimentos que nos foram transmitidos pelas gerações anteriores, bem como a transmissão desses às futuras gerações. Essa capacidade de transmitir conhecimentos e iniciar processos sobre bases já constituídas ajuda a explicar o desenvolvimento humano.

O ser humano é um agente transformador do meio ambiente natural, pois faz uso, muitas vezes, de recursos não renováveis para, com seu trabalho, produzir bens culturais. Muitos destes bens são dotados de valor pela sociedade e se tornam únicos, não sendo passíveis de substituição (MEIRA, 2004). A dialética entre o homem e o meio ambiente produz transformações em ambos, construindo identidades não apenas nas pessoas, mas no espaço, fomentando a constituição de patrimônios imateriais e materiais.

Nas sociedades tradicionais que, desde a antiguidade, produziram rituais transmitidos de geração em geração, o ser humano necessitava do patrimônio cultural para, ao observar o distinto, reconhecer-se, já que através do processo de observação dos rituais adotados pelas outras culturas o homem conseguia melhor compreender a sua identidade (LASH; GIDDENS; BECK, 1997). Esse comportamento ocorre também nas sociedades atuais. Entretanto, é possível observar que, com o fenômeno da globalização e a vigência de um capitalismo predatório como sistema econômico global, ocorreu não apenas a destruição de recursos naturais, mas também a destruição de muitas referências culturais das sociedades. As cidades, especialmente, tornaram-se as maiores vítimas do capitalismo (SANTOS, 1985).

As cidades brasileiras de porte médio localizadas em regiões metropolitanas, como é o caso de São Leopoldo, situada na região metropolitana de Porto Alegre, sofrem esse processo. Observa-se, nesses casos, uma crise de identidade que alimenta um forte processo de renovação, o qual enxerga no passado um entrave ao desenvolvimento econômico. Surge, assim, a necessidade de ações afirmativas de preservação do patrimônio cultural material e imaterial que incorporem a dinâmica e vitalidade que são intrínsecas à cidade, e que, a partir disso, possibilitem uma reflexão sobre a adoção de um novo modelo de planejamento urbano, fundamentado em um desenvolvimento qualitativo. Ao refletir sobre a paisagem cultural busca-se reconhecer as qualidades de um território que lhe garantam singularidade, incluindo não apenas os espaços moldados pela natureza, ou predominantemente por ela, mas também as cidades, vilas, povoamentos, etc. Ao identificar se estes territórios são de fato peculiares, constituindo paisagens culturais, é apropriado reavaliar se as atuais estratégias de planejamento urbano promovem a salvaguarda e fruição de tais locais.

No Brasil, o instrumento legal clássico de proteção do patrimônio cultural material é o tombamento, instituído em 1937, por meio do Decreto-lei nº25. (BRASIL, 1937). O tombamento se mostrou um instrumento adequado para a preservação isolada de bens edificados excepcionais. A maioria dos bens tombados isoladamente foi preservada ao longo das décadas. Entretanto, ao ser utilizado como ferramenta de proteção de conjuntos urbanos, o tombamento se mostra incapaz de preservar a rede de relações humanas ali existentes (CASTRIOTA, 2013). Cidades históricas como Tiradentes, em Minas Gerais, ou Paraty, no Rio de Janeiro, foram tombadas e enfrentaram, em maior ou menor grau, um processo de gentrificação. Sendo assim, o tombamento obteve sucesso na preservação da imagem do território, mas falhou em preservar a dinâmica ali existente.

A partir da compreensão dessa incapacidade do tombamento de preservar a dinâmica social e da necessidade de buscar instrumentos que abarcassem também os processos sociais, nos anos 1990, iniciou-se a discussão sobre bens culturais imateriais. Concomitantemente ao registro desse patrimônio, houve reflexões a respeito da preservação da Paisagem Cultural. Na geografia, o termo já é utilizado desde o início do século XX, mas no campo da preservação é, ainda, um conceito em processo de amadurecimento. Preservar a Paisagem Cultural é compreender que existem territórios onde as relações entre o homem e a natureza são o principal

elemento de preservação (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN), 2009). Nesse sentido, falar em preservação é compreender que existem lugares que são dotados de significados que devem ser protegidos, mas que esses lugares acumularam significados através de um processo contínuo de transformação que não deve ser interrompido, mas regulamentado de forma a ser preservado. Logo, a paisagem cultural, para garantir de fato sua preservação, não depende do tombamento, mas sim da “chancela”, um tipo de reconhecimento instituído em 2009, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através da Portaria nº127 que, em sua definição, reconhece o caráter dinâmico do patrimônio.

Por meio das características existentes no Centro Histórico de São Leopoldo, verificou-se se ele poderia ser caracterizado como sendo uma Paisagem Cultural urbana passível de chancela. Para tanto, foram adotados parâmetros da metodologia desenvolvida pelo Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (IAPH), responsável por um método de estudo de paisagens culturais que foi, inclusive, aplicado a áreas urbanas, como em Sevilha, na Espanha. No caso desta cidade, o rio que a corta foi definido como o elemento natural estruturador da Paisagem Cultural, reconhecendo que um dos recursos fundamentais para a vida humana é a água, presente nos rios, lagos, mares, arroios e demais cursos hídricos. As relações entre o ser humano e a água, bem como sua dependência deste recurso vital para consumo, irrigação, transporte de mercadorias, pesca, recreação são fundamentais para todos os agrupamentos humanos. Os cursos de água são definidos por Bapstista e Cardoso (2013) como conformadores das civilizações em seu princípio.

Ao caracterizar o tipo de paisagem existente no Centro Histórico de São Leopoldo, foi possível definir qual o instrumento mais adequado à sua preservação. Também será possível identificar os significados ali existentes e quais são os elementos estruturadores do território do centro histórico.

Em 2024 será comemorado o bicentenário da imigração germânica no Rio Grande do Sul. A proximidade da comemoração de 200 anos coincide com a data de fundação da cidade, representando um marco propício para a reflexão sobre o projeto de cidade qualitativa que precisa-se construir.

1.1 Definição do Tema

São Leopoldo é um município sul rio-grandense localizado em um território que pode ser analisado por distintos pontos de vista. Ao mesmo tempo em que está inserido na região metropolitana de Porto Alegre, criando relações de dependência com a capital, típicas das cidades definidas como “dormitório”, está também na região do Vale do Rio dos Sinos – início da colonização alemã no Estado. A cidade foi sede inicial da colônia germânica instituída em 1824, da qual surgiram treze municípios¹, com os quais São Leopoldo estabeleceu laços identitários. A identidade da cidade esteve inicialmente ligada ao fato de ter sido a sede da Colônia Alemã e, posteriormente, tornou-se também um pólo educacional e militar (PEREIRA, 2013).

Durante as primeiras décadas do século XX, o município possuía uma das maiores arrecadações do estado. A construção da Usina Hidrelétrica da Toca, a mais antiga usina da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) em operação, com atividade iniciada em 1929, possibilitou o surgimento de uma indústria metalúrgica forte. Empresas como a Amadeu Rossi, de armamentos, deslocaram-se de municípios da Serra Gaúcha para São Leopoldo, em busca de energia elétrica abundante e barata (MÜLLER, 1978).

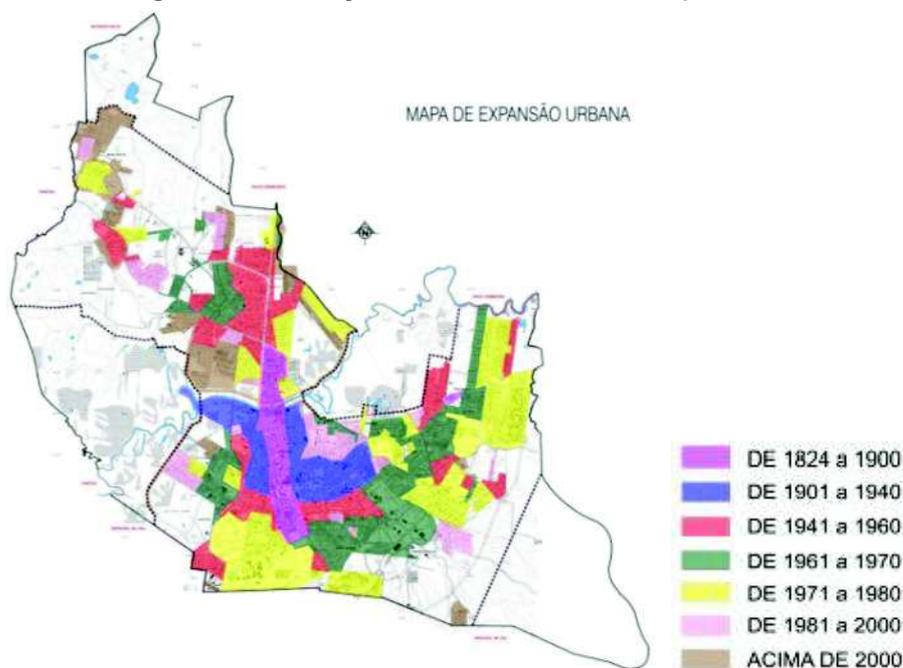
Se em um primeiro momento a cidade era a capital das colônias agrícolas, sendo o centro político, religioso e cultural da região, com o passar das décadas houve uma desconstrução da autonomia cultural da cidade e de seu papel de centralidade regional. A emancipação do distrito de Novo Hamburgo, em 1927, foi o primeiro revés para a economia local, já que o distrito concentrava uma grande parcela das indústrias do município. A cidade chegou à década de 1960 com uma população estimada de 50 mil habitantes (SEPLAN, 2006).

Com o mapa da expansão urbana da cidade (Figura 1) pode-se observar que, no intervalo entre os anos de 1824 e 1900, a cidade se desenvolveu de uma forma compacta, nas proximidades do Rio dos Sinos, em ambas as margens e com uma conformação linear no sentido norte-sul. Harres (2009) comenta que esta conformação é devida à ligação por terra a Porto Alegre, sendo que a atual Avenida Independência era a estrada que seguia à capital, e o restante do território foi loteado em propriedades vendidas aos colonos alemães. A ocupação inicial dos

¹ São eles: Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Campo Bom, Estância Velha, Ivoti, Dois Irmãos, Sapiranga, Santa Maria do Herval, Morro Reuter, Picada Café e Nova Petrópolis.

territórios a leste da cidade é explicada pela existência da Casa da Feitoria onde surgiu um pequeno núcleo ao redor da casa, a qual foi uma edificação que serviu de apoio à organização da colônia nos seus primeiros anos.

Figura 1 -Evolução Urbana de São Leopoldo



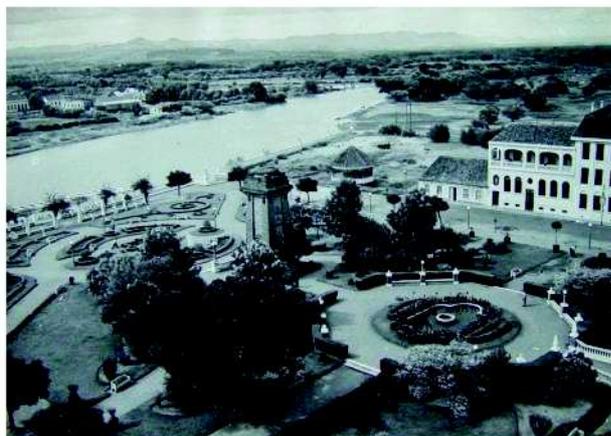
Fonte: São Leopoldo (2006).

Como se pode ver, houve uma forte migração interna ocorrida na década de 1970, impulsionada pela criação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e pelo fortalecimento do setor metalúrgico. A partir dessa década, verificou-se que a maior parte desses novos habitantes foi assentada em loteamentos na área de várzea do Rio dos Sinos, na Zona Norte da cidade. Como Augé (2010) observou, ao abandonar a sua localidade natal, o imigrante abandona parcialmente o seu modo de viver, mas não se reconhece totalmente na localidade de destino. Isso se reproduz no tempo e faz com que uma parte recente dos habitantes de São Leopoldo não tenha vínculo de pertencimento com a cidade.

São Leopoldo tem uma relação determinante com o Rio dos Sinos. Conviveu com enchentes por toda a sua história, sendo que a maior de todas ocorreu no ano de 1965. Esta enchente foi decisiva para a adoção de medidas de proteção contra inundações, como a construção de um sistema de diques que afastou a cidade do rio. O primeiro dique foi construído na margem sul e concluído no ano de 1978,

protegendo o Centro Histórico da cidade. Contudo, descaracterizou a Praça do Imigrante, destruindo a orla da cidade, as escadarias que desciam até o rio e uma pérgula (HEINZ, 2009), conforme elementos que podem ser vistos na Figura 2.

Figura 2- Praça do Imigrante em São Leopoldo



Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo([194?]).

A existência de um dique na margem esquerda (margem sul) e a ausência de outro dique na margem oposta (margem norte) aumentou a área alagadiça nos bairros carentes da cidade que se situam naquele lado. Isso gerou um conflito entre a porção da cidade povoada pelos descendentes dos imigrantes germânicos– “dignos de proteção” – e a parcela norte da cidade, povoada pelos migrantes da década de 1970 que tiveram que conviver com as enchentes por mais doze anos.

Foi somente através de uma movimentação comunitária na década de 1980, com o movimento pró-dique, que a zona norte recebeu a atenção merecida por parte do poder municipal (FERREIRA, 2013). Nesse período, as enchentes do Rio dos Sinos foram identificadas como o principal problema da cidade, o agente da destruição de tudo que aquelas comunidades afetadas pelas enchentes haviam lutado para conseguir.

Foi durante o mandato do prefeito Dr. Olímpio Sérgio da Costa Albrecht (1977-1982) que ocorreram os primeiros embates na área da preservação de bens culturais edificados em São Leopoldo. Foi a visão de desenvolvimento, defendida por Albrecht, que motivou o Instituto do Patrimônio Histórico do Estado (IPHAE) a tombar a Ponte 25 de Julho e o Antigo Seminário Evangélico, situados no Centro Histórico de São Leopoldo, às margens do Rio dos Sinos e no entorno da Praça do

Imigrante. O prefeito tinha a intenção de demolir a ponte de ferro construída entre os anos de 1871 e 1876 e demolir também o Antigo Seminário para duplicar a Avenida Dom João Becker. Segundo Strapazzon (2014) a ordem de demolição dos bens já havia sido expedida quando o IPHAE realizou os tombamentos em caráter emergencial (Figura 3 e 4).

Figura 3- Ponte 25 de Julho no Centro Histórico de São Leopoldo



Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo ([193?]).

Figura 4- Antigo Seminário Evangélico de São Leopoldo



Fonte:Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo ([198?]).

A preservação desses bens teve a contribuição do movimento da sociedade civil que tinha como *slogan* “A Praça é do povo, a Casa é do estudante”. O movimento mobilizou moradores, estudantes e a comunidade artística. A praça em questão era a do Imigrante, que seria diminuída para dar lugar à via duplicada e a casa era a do Estudante Universitário Leopoldense (CEUL), associação de moradia estudantil que tinha sua sede na edificação que um dia abrigou o Seminário Evangélico, conforme documentação existente no arquivo da CEUL.

Após conseguirem o tombamento estadual da Ponte 25 de Julho em 1980, os estudantes da CEUL que organizaram o movimento de preservação dos edifícios históricos foram despejados da casa na qual residiam, a qual, posteriormente, também foi tombada. O despejo foi acompanhado por protestos (Figura 5).

Figura 5- Despejo da CEUL



Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo ([198?]).

O movimento buscava garantir o direito à moradia estudantil, e impedir uma obra viária que removeria os estudantes daquele território. Havia também o reconhecimento, por parte da sociedade civil, de que o antigo Seminário e a Ponte eram importantes para o Centro Histórico de São Leopoldo, principalmente pelo valor histórico. Há de se reconhecer a importância do movimento organizado pela CEUL como uma das primeiras ações da sociedade civil organizada em defesa do patrimônio histórico na cidade.

Ao contrário da sociedade civil, as ações organizadas pelo Poder Público Municipal sempre buscaram reforçar a marca de São Leopoldo como “berço da colonização alemã”. Meira (2008) comenta que podemos observar isso desde 1941, com a reforma da antiga sede da fazenda do Linho Cânhamo, mais conhecida como casa da Feitoria Velha, que foi transformada em Casa do Imigrante ao ter ressaltada a técnica construtiva de pau a pique para, supostamente, caracterizá-la como enxaimel (Figura 6 e Figura 7).

Figura 6- Casa da Feitoria antes da reforma



Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo ([193?]).

Figura 7- Casa do Imigrante após a reforma



Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (1941).

Faz-se necessário refletir sobre o contexto dessa reforma, ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1924, o centenário da imigração germânica foi comemorado com a construção de um monumento em homenagem ao colono, trazendo os dizeres, em língua alemã, “*den vättern zum gedächtnis*” – o que em português significa: “em memória de nossos antepassados” (CAPOVILLA, 2013).

Figura 8- Monumento à Imigração em São Leopoldo



Fonte: Registrada pelo Autor (2016).

Segundo Capovilla (2013), a inauguração do monumento se deu em meio à entoação em coro da canção alemã *Brüder reicht die Hand zum Bunde* (Irmãos, estendam as mãos para a Nação²) por mais de 100 vozes das sociedades de canto de São Leopoldo e de municípios vizinhos.

Em um intervalo de uma década essa valorização da origem teuto irá se inverter. As ações do presidente Getúlio Vargas, em sua denominada “Campanha de Nacionalização”, promoveram o cerceamento das expressões culturais estrangeiras que não se enquadrassem na identidade nacional que Vargas buscava construir. Assim, no ano de 1938, ocorreu a obrigatoriedade do ensino do português nas escolas e a proibição do ensino de línguas estrangeiras aos menores de 14 anos, e, em 1942, ocorre a definitiva proibição da fala da língua estrangeira dos países que compunham o Eixo em espaços públicos e celebrações religiosas (Figura 9). Isto teve um grande impacto na vida cultural das cidades que um dia conformaram São Leopoldo, já que, como apontado por Capovilla (2013), as sociedades de canto eram prolíferas, e muitas das canções no seu repertório eram em idioma alemão.

²Tradução nossa.

Figura 9 – Imagem da capa do jornal O 5 de Abril



Fonte: Martin Behrend (2016).

Em 12 de março de 1942, os ânimos na cidade de São Leopoldo estavam tão inflamados que o monumento ao imigrante foi vandalizado (WEBER, 2016), tendo sua estátua original depredada e jogada no leito do Rio dos Sinos. Poucos meses após, em agosto de 1942, o Brasil declarou guerra à Alemanha. A reforma promovida pela sociedade de São Leopoldo, quando analisada em seu contexto, soa com ares de manifesto de afirmação de cultura que estava sendo combatida.

É compreensível que, em 1941, a prefeitura de São Leopoldo promovesse uma reforma direcionada a transformar a imagem da cidade, criando uma representação ancorada nos conflitos identitários gerados pelo Estado Novo. Na época atual, com a formação miscigenada da população leopoldense, surge o questionamento se é cabível que o poder público continue buscando estimular a identidade germânica como história oficial da cidade, em detrimento de outros grupos sociais que vivem no município e contribuíram para o seu desenvolvimento. Aqui, se configura um conflito – uma quantidade de bens culturais tombados que não representam muitos setores da sociedade e sem falar que o patrimônio imaterial não tem qualquer proteção.

Na Constituição Brasileira de 1988, a gestão do patrimônio cultural é definida como uma responsabilidade dos municípios, com o assessoramento do estado e da União (BRASIL, 1988). A mesma constituição definiu que a gestão desse tema deve

ser feita com o envolvimento da sociedade civil e, por isso, com o passar dos anos, alguns municípios criaram conselhos de patrimônio histórico. A partir dos anos 1990, começam a surgir questionamentos nos conselhos e institutos de preservação sobre a existência de territórios das cidades que possuam uma vitalidade fundamentada, principalmente, em significados simbólicos e afetivos para além de aspectos formais. Busca-se, com isso, promover a fruição e estimular a apropriação dos bens culturais edificados e, particularmente, no caso desta dissertação, de São Leopoldo, sem que isso caracterize a preferência por uma cultura em detrimento das demais, o que tem sido um desafio da gestão cultural do município.

Mesmo se fosse efetivado de um tombamento institucional de conjunto arquitetônico urbano, que possivelmente protegeria São Leopoldo da especulação imobiliária que o mercado incentiva, não há garantias que ocorreria uma melhor apropriação do espaço urbano, principalmente no centro histórico. Se o espaço protegido, ao invés de ser vivido pela comunidade se transformasse em um território com modificações controladas ou gentrificado, o bem cultural perderia seu elemento mais importante que é o ser humano que se reconhece ali. Por isso, as reflexões sobre paisagem cultural, que incorporam dimensões mais complexas do território, parecem ser alternativas a eventuais tombamentos. É necessário reconhecer as potencialidades do território em questão e as atividades que já ocorrem nele. Logo, o tempo de reflexão sobre o território, o qual antecede a qualquer iniciativa de projeto urbano, necessita ser ampliado.

1.2 Delimitação do Tema

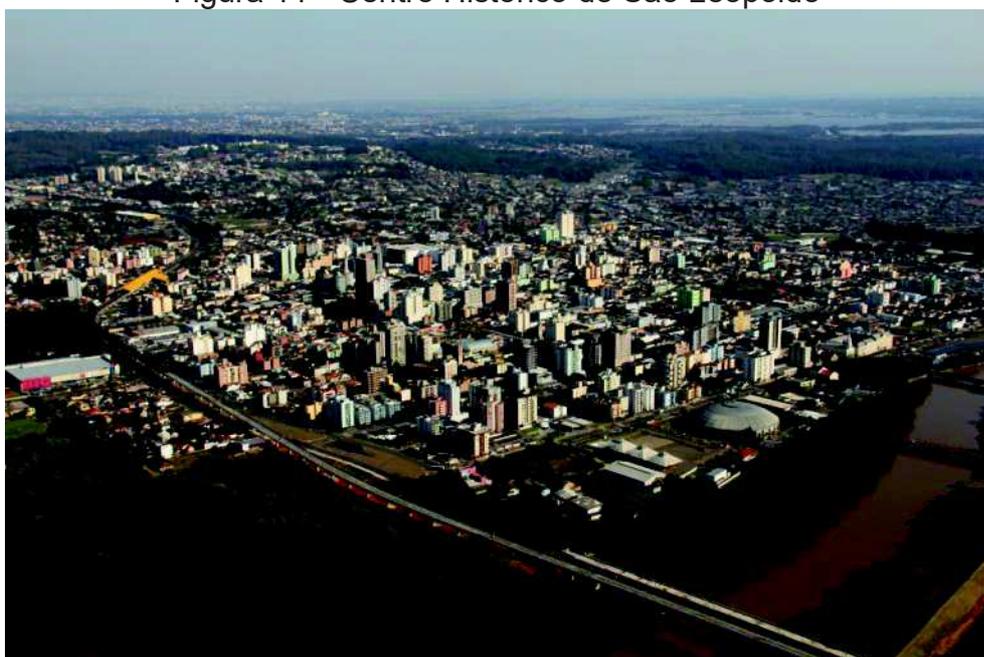
O objeto estudado foi o Centro Histórico de São Leopoldo. A definição preliminar do recorte territorial em questão foi dada pelo polígono conformado pela margem norte do Rio dos Sinos, a oeste pela ponte da BR 116, ao sul na Avenida João Corrêa, pela Avenida Mauá a Leste, conforme Figura 10. Foi avaliado se este território, denominado “centro histórico” poderia ser caracterizado como paisagem cultural por meio do método desenvolvido pelo IAPH. (Figura 11)

Figura 10-Vista área do Centro Histórico de São Leopoldo



Fonte: Google Earth (2016).

Figura 11 - Centro Histórico de São Leopoldo



Fonte: SkyscraperCity (2011).

O Rio dos Sinos foi considerado como elemento natural estruturador da paisagem cultural de São Leopoldo pois garantiu, com suas riquezas, a existência da povoação em suas margens. Em relação ao patrimônio edificado, o trabalho da

arquiteta Simone Neutzling³, responsável pelo inventário municipal de bens de interesse de preservação de São Leopoldo, finalizado, mas ainda não oficializado no município, estabeleceu preliminarmente quais são os bens culturais edificados mais significativos da paisagem urbana. Este inventário foi levado em conta devido à impossibilidade de desenvolver um inventário específico para esta pesquisa.

A pesquisa ficou restrita a algumas atividades humanas sociais, de natureza coletiva ou não, que ocorreram no rio, nas suas margens e no centro histórico, ao longo dos 200 anos de ocupação do Centro Histórico de São Leopoldo. Foi pesquisado de que forma esse elemento natural influenciou as relações antropológicas da população, e como a sociedade interviu na natureza representada pelo rio, com vistas a atender alguns aspectos apontados na metodologia espanhola.

O estudo em relação a São Leopoldo permitiu verificar em que medida o conceito vigente de Paisagem Cultural e o método desenvolvido pelo IAPH tem aplicabilidade em cidades de porte médio.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Contribuir para a aplicação do conceito de paisagem cultural em cidades de médio porte a partir do caso de São Leopoldo.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar se o centro histórico de São Leopoldo pode ser compreendido como Paisagem Cultural;
- b) Auxiliar no reconhecimento oficial como área de interesse cultural do centro histórico de São Leopoldo;

³Após, uma movimentação comunitária, em 2010, que impediu a construção da nova sede da prefeitura de São Leopoldo, inserida no Centro Histórico, com elementos alusivos à técnica construtiva enxaimel, o IPHAE, o Ministério Público Estadual e a prefeitura de São Leopoldo firmaram um Termo de Ajuste de Conduta – TAC para elaboração de um Inventário Municipal de Bens de Interesse Cultural. A arquiteta Simone Neutzling, que realizou um estudo semelhante na cidade Jaguarão/RS, foi contratada para realizar o estudo em 2013.

- c) Contribuir para a utilização do conceito de paisagem cultural como auxiliar no planejamento urbano de uma cidade de médio porte.
- d) Analisar o método adotado pelo Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico de estudo da Paisagem Cultural na Espanha, refletindo sobre quais critérios propostos pelo IAPH, no Guia de Paisagem Urbana da cidade de Sevilha, são aplicáveis a uma cidade de médio porte brasileira – no caso São Leopoldo.

1.4 Justificativa

A escolha do centro histórico de São Leopoldo como objeto de estudo provém de um conjunto de indícios de que esse poderia ser compreendido como uma paisagem cultural, um conceito que por si só se apresenta difuso e propício para reflexões e hipóteses devido a seu recente surgimento no Brasil. O interesse pelo assunto, no caso de São Leopoldo, remonta ao Memorando nº 31/10, de 01 de dezembro de 2010⁴, contendo um “parecer sobre o centro histórico de São Leopoldo, RS”, de autoria de Carlos Fernando de Moura Delphim: Diz ele que “nunca havia entrado em São Leopoldo, que me parecia uma simples cidade de beira de estrada, sem qualquer atrativo especial. Ali, entretanto, fui surpreendido por lugares originais e encantadores, com uma identidade própria” (DELPHIN, 2010, p.1).

O parecer redigido por Delphim orientou uma resolução do Conselho Municipal de Patrimônio Artístico Cultural de São Leopoldo (COMPAC) que solicitou ao IPHAN, no ano de 2012, o tombamento em nível nacional da Praça do Imigrante, embasada na seguinte descrição feita pelo arquiteto citado (DELPHIN, 2010, p.03):

A Praça do Imigrante com o traçado perfeitamente preservado e com o monumento comemorativo da chegada dos primeiros alemães, em 1834 (sic), erigido cem anos depois. Trata-se de um importante jardim histórico nacional, a exigir medidas de proteção, conservação e valorização. Infelizmente, a placa que deveria explicar o sentido do monumento foi

⁴Carlos Fernando de Moura Delphim é arquiteto do IPHAN, especializado em paisagens culturais e jardins históricos. Emitiu importantes pareceres para inclusão de bens naturais na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO. É membro-associado do Comitê Brasileiro do *International Council of Monuments and Sites* - ICOMOS. O Memorando nº 31/10 é de autoria de Delphim, então na condição de Coordenador-Geral de Patrimônio Natural do Departamento de Patrimônio Material do IPHAN e endereçado ao arquiteto Dalmo Vieira Filho – Diretor do Departamento de Patrimônio material e Fiscalização – DEPAM/IPHAN, com vistas à instrução do Inquérito Civil 32/10 da Promotoria Pública de Justiça Especializada de São Leopoldo. O inquérito tratava sobre a construção da nova sede da prefeitura que foi contestada pelos diretórios acadêmicos dos estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e DCE da UNISINOS e FEEVALE, IAB, por se tratar de um “falso enxaimel”.

retirada, ficando o visitante sem saber a que se refere o importante marco da história do país.

O parecer apontou ainda elementos naturais como o Rio dos Sinos, a vegetação ribeirinha, além da arquitetura das igrejas Católica e Luterana, as quais alimentam uma série de superstições na população (DELPHIN, 2010).

O arquiteto concluiu seu parecer com uma série de recomendações à sociedade civil de São Leopoldo, entre elas que “deveria dirigir ao IPHAN uma solicitação de tombamento de alguns de seus bens mais expressivos. Dentre eles destaque a Praça do Imigrante com seu monumento” (DELPHIN, 2010, p.10). A recomendação é estendida ao nível estadual: “Também o IPHAE deveria ampliar o número de bens tombados em São Leopoldo e, mais do que isso, em vez de tomar bens isolados, tomar conjuntos com maiores dimensões como é o caso de suas ruas centrais com valioso casario” (DELPHIN, 2010, p.10). Delphim, em seu memorando, propõe o tombamento como instrumento a ser adotado, entretanto, já existe na área de estudo dois tombamentos estaduais, a Ponte 25 de Julho e o casario que um dia abrigou o seminário luterano. Buscamos com este trabalho refletir sobre a chancela da Paisagem Cultural como um instrumento mais apropriado para o território em estudo.

A proximidade do bicentenário da imigração germânica no Brasil, no ano de 2024, incentiva a reflexão não apenas sobre o território que um dia compôs a Colônia São Leopoldo, mas sobre a cidade e sua dinâmica.

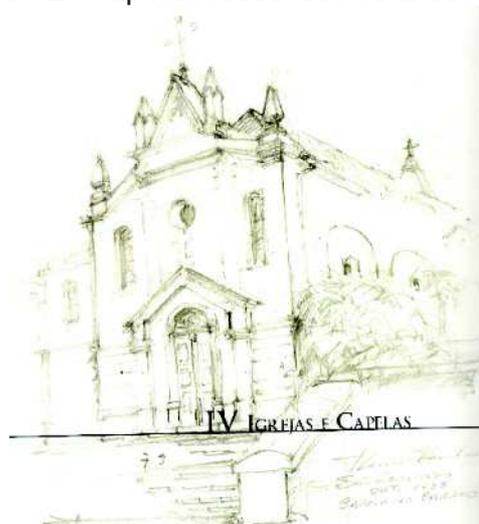
1.4.1 A Preservação Histórica em São Leopoldo

Em São Leopoldo pode-se encontrar fragmentos de uma apropriação do espaço que indica uma relação, no passado, mais orgânica com a natureza dos que as que se observam na contemporaneidade. De acordo com Christofolletti (2013, p.4):

O processo acelerado de deterioração das paisagens tem como ponto de partida a ideia de degradação do bem comum. Seu corolário é a ideia equivocada, mas muito compartilhada, de que a única força produtiva que alimenta o progresso e a economia é a construção civil. Quanto mais se constrói, mais desenvolvido se torna.

A Lei Municipal nº 7.778, de 12 de outubro de 2012, em seu artigo 36, relata que foi realizado “um primeiro Levantamento Fotográfico e Inventário Empírico realizado em 1991, pelo Gabinete do Planejamento (GAP), em que constam os primeiros indicadores e imóveis de valor cultural, histórico e social”(SÃO LEOPOLDO, 2012). Mesmo com esse levantamento, não foi criada nenhuma proteção aos bens culturais listados e a lista permaneceu pública por 15 anos. Isso gerou algumas decisões desarticuladas que inviabilizam a formação de uma política cultural consistente no município. Temos, como exemplo, as decisões tomadas em relação ao antigo Carmelo de São Leopoldo (Figura 12). Havia no município, no início do século XX, uma capela com uma imagem de Nosso Senhor dos Passos. Esta capela e seu entorno foram doados, em 1910, às Irmãs Carmelitas que ali construíram um convento. Na década de 1990, o terreno do convento foi vendido e um grupo de investidores propôs a construção de um shopping Center no local. A capela do Carmo fazia parte do inventário de 1991 e sua demolição não foi autorizada. No entanto, foi permitida pela Prefeitura Municipal de São Leopoldo (PMSL) a construção do shopping sobre o seu espaço aéreo e junto às divisas laterais. Dessa forma, a antiga construção foi envelopada pela nova, sendo mantida apenas a visualização de sua fachada frontal (Figura 13).

Figura 12- Capela Nossa Senhora do Carmo

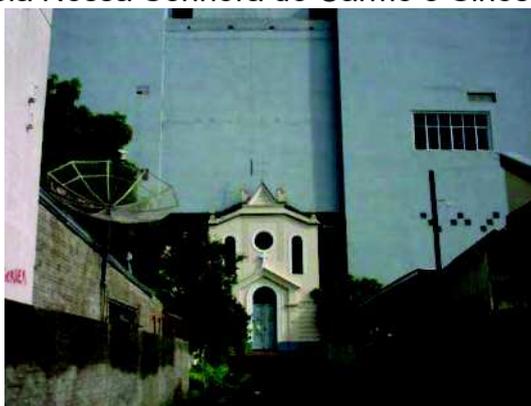


Fonte: Bernhardt (2009).

A gravura acima faz parte da coleção do artista Plínio Bernhardt e foi realizada em 1983. Posteriormente, na década de 1990, sua reprodução foi utilizada

pelo movimento preservacionista local. Mesmo que houvesse um inventário organizado pela própria PMSL, aliado a uma movimentação comunitária pedindo a preservação do bem, o poder público foi incapaz de contrariar o interesse do investidor, e a solução encontrada não possuía embasamento nas cartas patrimoniais. A capela foi demolida em 2004 para dar lugar à ampliação do estacionamento do shopping.

Figura 13- Capela Nossa Senhora do Carmo e Sinos Shopping



Fonte: São Leopoldo ([199?]).

Somente em 2006 o prefeito Ary Vanazzi, com formação em História, por meio do Decreto nº. 4.428, aprovou a Lista de Imóveis de Interesse de Preservação, que passou integrar o Patrimônio Cultural do Município de São Leopoldo. Este decreto foi substituído pela lei nº 7778, de 2012, que lista os imóveis e retirada listagem os que foram demolidos (SÃO LEOPOLDO, 2012). O documento também estabelece algumas diretrizes sobre a manutenção e intervenção nos bens listados, indicando que cerca de cinquenta imóveis presentes na lista de 1991 já havia sido demolido na data do decreto. Esse intervalo entre a listagem de bens e o seu efetivo reconhecimento pelo poder público produziu um Centro Histórico heterogêneo, com diversas edificações descaracterizadas ou substituídas.

A cidade, atualmente, conta com cinco imóveis tombados pelo IPHAE: Ponte 25 de Julho, Antigo Seminário Luterano, Museu do Trem, Casa do Imigrante e Faculdade EST. Os três primeiros estão localizados no Centro Histórico da cidade, enquanto que a Faculdade EST se situa no Morro do Espelho, uma das poucas elevações que ocorrem na topografia plana da cidade. A Casa do Imigrante se localiza distante do Centro Histórico, no bairro da Feitoria. Segundo Meira (2008), nos primeiros anos de atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (SPHAN), no Rio Grande do Sul, a Casa da Feitoria chegou a ser identificada como bem a ser tombado em nível nacional. Havia, naquela época, uma busca prioritária pelas edificações representativas da cultura luso-brasileira, entretanto, o processo não avançou e, após a reforma realizada no início da década de 1940, a casa já não atendia mais os critérios de autenticidade que o SPHAN buscava. Ainda há em tramitação no IPHAN o processo de tombamento nacional da Praça do Imigrante, ação que já recebeu, no ano de 2012, um parecer favorável, masque, segundo consulta deste pesquisador ao IPHAN, carece de complementações por parte da PMSL quanto aos índices urbanísticos propostos para o entorno (SANDER, 2012).

2 REVISÃO DE CONCEITOS

Entre os conceitos que se dispõe com o objetivo de qualificar o valor patrimonial espaço urbano, o de paisagem cultural parece o mais amplo, ao mesmo tempo em que é o que exige um maior domínio da evolução das ações de salvaguarda, além de propor um diálogo com temáticas de outras disciplinas. Apresenta-se neste capítulo a abrangência do conceito.

2.1 Paisagem cultural

O conceito de paisagem cultural busca romper com a visão segmentada entre estudar a natureza e o ser humano como dois elementos dissociados. É um equívoco acreditar que as paisagens culturais urbanas estão desvinculadas da natureza devido à predominância de formas produzidas pelo ser humano, segundo Cozen (2009, p. 52):

Mesmo nos graus mais elevados da civilização, a natureza forma um substrato sempre presente, que suporta e, mais ou menos, impregna toda a paisagem pela sua própria contribuição na sua configuração geral, como as formas do relevo e da vegetação.

Seu conceito como uma categoria de preservação vem sendo construído ao longo do século XX, em diversos documentos internacionais como, por exemplo, a Carta de Atenas que, já no ano de 1931, recomenda que sejam respeitados, na vizinhança dos monumentos antigos, o caráter e a fisionomia das cidades (CURY, 2000). O texto inclui as ornamentações vegetais como itens para conservar o caráter antigo, mas mantendo ainda uma predileção por valores arquitetônicos e históricos.

Segundo Chiuratto (2014), a UNESCO, desde a sua criação em 1945, teve como principal objetivo contribuir com a paz e segurança mundial através da cultura, sendo que a destruição do patrimônio cultural promovida durante a Segunda Guerra Mundial foi determinante nas ações da entidade. A Carta de Veneza, de 1964, adiciona a relação entre o homem e o meio ambiente como um valor de preservação (CURY, 2000). A partir da década de 1970, “a relação do patrimônio com a cidade altera-se substancialmente devido à crescente urbanização da população mundial” (CHIRATTO, 2014, p.2). Já a Carta de Washington, de 1986, fala das relações entre as cidades e seus espaços verdes, naturais ou criados pelo homem, e defende

planos de gestão inseridos no planejamento físico territorial do planejamento urbano (CURY, 2000).

Em âmbito mundial, surge a Convenção do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Foi no ano de 1972 que a UNESCO, em conferência na cidade de Estocolmo, buscou organizar a relação entre o homem e o meio ambiente. A entidade dividiu o patrimônio mundial em duas categorias: patrimônio natural (monumentos naturais, formações geológicas e sítios naturais) e patrimônio cultural (monumentos, conjuntos e sítios). Segundo Chiuratto (2014, p.3):

Essa bipartição foi originária da preocupação crescente de ambientalistas com a preservação da natureza, em oposição aos entusiastas do patrimônio histórico construído. Entretanto, notou-se que muitos bens apresentavam características dentro das duas listas. Criou-se então a listagem de Patrimônio Misto, sem que, entretanto, as características naturais e culturais interagissem entre si.

Isto irá permanecer até o ano de 1992, quando ocorreu a criação de uma nova categoria, de paisagem cultural, na 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial realizado em Santa Fé, no México (CASTRIOTA, 2009, p.16). No mesmo ano, a UNESCO e o ICOMOS, se reúnem na França para estabelecer os critérios de inclusão da Paisagem Cultural na Lista do Patrimônio Mundial. Em 1995, o Conselho da Europa passa a diferenciar “paisagem” de “paisagem cultural”. As áreas da Paisagem Cultural passaram a ser entendidas como recortes reconhecidos socialmente e culturalmente em diversos níveis territoriais graças à presença de remanescentes físicos que refletem os usos e atividades desenvolvidas no passado e presente – experiências ou tradições particulares, representações em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos (CEP, 1995). Segundo Rössler (2002 apud ARAUJO, 2009), no intervalo entre 1992 e 2001 ocorreram quatorze encontros específicos sobre o tema da paisagem cultural.

Quadro 1 - Encontro de Especialistas sobre Paisagem Cultural 1992 - 2001

Tema	Local	Ano
Paisagens dos desertos e sistemas de oásis da região árabe	Egito	2001
Montanhas sagradas da Ásia	Japão	2001

Paisagem culturais dos vinhedos	Hungria	2001
Paisagens culturais da América Central	Costa Rica	2000
Paisagens culturais no leste Europeu	Polónia	1999
Paisagens culturais na África	Kenia	1999
Paisagens culturais nos Andes	Peru	1998
Paisagens culturais europeias de valor universal	Áustria	1996
Pacífico asiático workshop em paisagens culturais associativas	Austrália	1995
Plantações de arroz na Ásia e seus terraços	Filipinas	1995
Rotas como parte do património cultural	Espanha	1994
Canais património	Canadá	1994
Paisagens culturais de valor universal	Alemanha	1993
Paisagens culturais	França	1992

Fonte: Rössler (2002 apud ARAÚJO, 2009, p.35).

Estes encontros auxiliaram na introdução de diversas temáticas dentro do conceito da paisagem cultural, buscando enriquecê-lo. Segundo Araujo (2009), um exemplo representativo da diversidade que o conceito abrange, é o encontro ocorrido nas Filipinas, em 1995, que abordava o tema do cultivo do arroz na Ásia e a construção de terraços.

No ano de 2000, a Convenção Europeia da Paisagem (CEP) sugere que as populações e as instituições participem nas decisões públicas a fim de conservar e melhorar a qualidade do que elegeram como de interesse. Salienta-se então a possibilidade de ver a paisagem como um instrumento para a gestão democrática do território, onde, os movimentos sociais de diversas áreas culturais podem ter suas atividades incluídas.

No Brasil, a história do reconhecimento e proteção do patrimônio cultural material remonta ao Estado Novo, ainda que existam exemplos pontuais anteriores, inclusive no Rio Grande do Sul, com a preservação da igreja de São Miguel Arcanjo, remanescente da antiga redução jesuítica, nos anos de 1920. A partir da revolução de 1930, que consagrou a chegada de Getúlio Vargas ao poder, a ideia de uma identidade nacional começa a ser institucionalizada. Através do Decreto nº. 22.928, de 12 de julho de 1933, a cidade de Ouro Preto foi declarada Monumento Nacional

(BRASIL, 1933). Com o auxílio de expoentes do movimento Modernista brasileiro, como o poeta Mário de Andrade, foi criado, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN.

Foi por meio do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que o instrumento jurídico que possibilitou a atuação do SPHAN na defesa e proteção do patrimônio histórico nacional foi criado (BRASIL, 1937). Em um primeiro momento, houve uma ênfase em bens culturais representativos do período colonial e imperial. Ocorreram, geralmente, tombamentos de edificações e conjuntos representativos dos estilos arquitetônicos Barroco e Rococó. A partir da década de 1980 é que começam a ocorrer, em maior quantidade, tombamentos de bens representativos de diversas etnias que contribuíram para a diversidade do Brasil.

A Constituição Brasileira de 1988 é assertiva ao atribuir também aos municípios a definição das políticas culturais. No artigo 216, lê-se:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988).

Na emenda constitucional nº71, de 29 de novembro de 2012 (BRASIL, 2012), as três instâncias da administração, federal, estadual e municipal, através de leis próprias, organizam os seus sistemas de cultura.

Introduzida formalmente no cenário da preservação do patrimônio cultural brasileiro através da Carta de Bagé, em 2007, a paisagem cultural se encontra como uma modalidade de preservação que apresenta mais questionamentos do que ações concretas. As dificuldades em reconhecer e valorar provém da abrangência do conceito, que une patrimônio natural e cultural, enfatizando ações humanas. No Brasil, o IPHAN na Portaria nº 127/2009, define paisagem cultural como: “uma porção peculiar do território, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009). Dessa forma, o conceito de paisagem cultural é o mais amplo de todos, conforme defende Ribeiro et al. (2013, p. 46):

O planeta todo se tornou, em maior ou menor grau, uma paisagem cultural. Direta ou indiretamente, de forma mais ou menos intensa, todas e cada uma de suas paisagens – sub-regiões, continentes, países, biomas, bacias hidrográficas, cidades, lugares dentro de cidades – foram e estão sendo influenciadas pela ação humana.

A chancela da Paisagem Cultural apresenta-se como um instrumento atualizado de preservação (CHRISTOFOLETTI, 2013), bem como de revisão metodológica e conceitual, importante no contexto atual,

Ao se buscar a operacionalização do conceito de paisagem cultural, um dos primeiros exercícios é o de refletir sobre quais são os elementos naturais estruturantes da paisagem. Um elemento natural básico para a vida humana é a presença da água, e, por isso, a atenção se direciona, inicialmente, às relações entre o homem e a água. Ribeiro et al. (2013, p.50) ressalta que:

Quando o Rio de Janeiro foi declarado paisagem cultural, em julho de 2012, pela UNESCO, os locais da cidade valorizados com o título foram a entrada da Baía de Guanabara, o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o Jardim Botânico, a Praia de Copacabana. Outras belezas incluem a Enseada de Botafogo, o Parque do Flamengo, o Forte e o Morro do Leme, o Forte de Copacabana e a pedra do Arpoador. Vários desses locais têm uma relação direta com a presença da água.

A presença da água é adotada no Guia de Paisagem de Sevilha – um dos primeiros estudos sobre um método de compreensão de Paisagem Cultural aplicada a um centro urbano – como o elemento estruturador. O reconhecimento do rio Guadalquivir como tal, parte das relações que esse alimentou na cidade ao longo no tempo, seja pela sua função como porto, garantindo assim a conexão da cidade com o mundo, seja como fornecedor do elemento básico para a vida humana que representa a água para o consumo, ou seja, para a sobrevivência.

Ribeiro et al.(2013, p.61) aponta que “no Brasil, há uma degradação de paisagens hídricas quando os rios são vistos como depósitos de lixo e de esgoto *in natura* e tornam-se paisagem morta, repulsiva, feia”. Este é o caso do Rio dos Sinos, palco de uma notória mortandade de peixes no ano de 2006, que recebeu projeção nacional (WEISSHEIMER, 2006). Episódios como esses ocorrem devido “à falta de respaldo social para o controle ambiental, a ambivalência da sociedade, que deseja um progresso muitas vezes identificado com o consumo exagerado”, entre outros “fatores que contribuem para manter esse estado de coisas” (RIBEIRO et al.,2013, p.59).

Em São Leopoldo, a construção dos diques de proteção contra enchentes, assim como o abandono das atividades recreativas ocorridas no rio dos Sinos (Figura 14), motivadas em grande parte pela poluição, contribuíram para desconstrução de uma apropriação que foi, por décadas, celebrada na cultura local. Isso vem ao encontro do que ressaltam Baptista e Cardoso (2013, p. 126):

Após os momentos iniciais da história, quando os rios viabilizaram as cidades – e, portanto, a civilização –, estes passaram a sofrer [...] de forma dramática, os impactos hidrológicos e ambientais do crescimento urbano, ao mesmo tempo que perderam, gradativamente, seu papel como elemento da paisagem.

Hoje se observa que “tornar os rios invisíveis é estratégia adotada em muitos municípios, que os encaixotam, retificam, cobrem, asfaltam, concretam. A maioria das cidades no Brasil dá as costas à água” (RIBEIRO et al., 2013, p.59).

Figura 14- Trampolim do Clube Náutico Itaipu



Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (1930).

Entender que foram os rios que viabilizaram a civilização nos leva a refletir se é possível afirmar que a paisagem de qualquer povoado humano necessita do elemento água (rios, mares, lagos) para se conformar, e que, em qualquer povoado, foi o curso da água o elemento estruturador da paisagem, ao menos em um período primitivo.

A necessidade de operacionalizar um conceito tão complexo como o de Paisagem Cultural leva a observar as experiências desenvolvidas pelos demais países neste campo, já que no Brasil o tema é incipiente.

O IAPH com sede em Sevilha, na Espanha, se dedica ao estudo do patrimônio cultural desde 1989. A agenda de atividades do Instituto é ampla, abrangendo a investigação, documentação, conservação, restauração, formação e difusão do patrimônio cultural andaluz. Possui um laboratório específico de paisagem cultural, pois compreende que todas as paisagens andaluzas merecem estudo e reflexão.

Há diversos questionamentos sobre o tema e pode-se apontar que há dúvidas a respeito da metodologia de identificação de uma paisagem cultural, bem como de sua gestão. Os estudos desenvolvidos pelo IAPH na Enseada de Bolonha (uma paisagem rural, de vilarejos, campo e praia) e em Sevilha, tratando de uma paisagem urbana, são importantes referências para a aproximação com o tema. A Paisagem Cultural não se propõe a ser uma nova figura administrativa de proteção: “É importante apontar que uma paisagem de interesse cultural não pretende ser, ao menos no momento atual, uma figura administrativa de proteção dos bens culturais”(CÁMARA et al., 2012, p.3, tradução nossa). Combinados com a chancela, pode-se utilizar os instrumentos de preservação e gestão do território já consagrados como o tombamento, inventário e outros, tendo uma mudança no olhar e na escala. Contudo, esses instrumentos podem ser incorporados à chancela, mas não a substituem.

Ao encontro do posicionamento de Cámara et al. (2012), Christofolletti (2013, 2013, p. 12) aponta como a chancela difere do tombamento, uma vez que não representa um instrumento de proteção como esse último:

Sobre a porção do território chancelada como paisagem cultural não recairão sanções ou restrições administrativas e/ou jurídicas que impeçam sua transformação. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio.

Por abranger o patrimônio imaterial, os movimentos sociais de diversas áreas culturais podem ter as suas atividades incluídas no conceito de paisagem cultural. Como não prevê sanções, a chancela pode ser percebida como um instrumento menos impositivo que o tombamento, pois o tombamento é, seguidamente, um instrumento utilizado em situações de conflito e risco eminente de desaparecimento, possuindo um viés, por vezes, percebido como autoritário (porque se sobrepõe ao interesse individual), mesmo que conceitualmente seja um instrumento que busca a preservação de uma riqueza comunitária.

A noção de paisagem cultural lida com conceitos de identidade, território e cultura:

Sua característica fundamental é a ocorrência, em uma fração territorial, do convívio singular entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os

modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar entre si, capaz de estabelecer uma identidade. (RIBEIRO 2007, p.07).

Tais conceitos são largamente estudados pela Geografia e História, demonstrando a necessidade de um intercâmbio de experiências. Logo, a paisagem cultural necessita ser mais bem estudada para que se torne operacional, pois devido à complexidade do universo estudado, e na ausência de uma resposta única, importante se torna o caminho de construção de possibilidades para sua aplicação na realidade brasileira.

O primeiro desafio que se apresenta ao arquiteto é compreender melhor o conceito de paisagem, distinguindo-o de território e de espaço, termos que são utilizados por outras disciplinas e, coloquialmente, utilizados como sinônimos. A Geografia é a disciplina que se aprofundou melhor nessa conceituação (RIBEIRO, 2007). O conceito de paisagem cultural busca romper com a visão segmentária entre estudar o ambiente e o ser humano como dois elementos dissociados. Já em 1925, Sauer, em sua publicação *The morphology of Landscape*, cunhou a frase: “A cultura é o agente, a área natural o meio, e paisagem cultural é o resultado”. Ribeiro (2007) alerta que Sauer era influenciado pelo viés positivista, reconhecendo a existência de elementos subjetivos, mas desprezando-os em sua análise por considerá-los difíceis de mensurar.

A paisagem cultural vem impregnada da ideia do trabalho do ser humano na formação de uma identidade ao longo do tempo. O tempo é um elemento constante na paisagem, assim como o dinamismo e a transformação. A paisagem cultural não é estática. Ela se molda para representar uma cultura, podendo inclusive representar a sua decadência, desaparecimento, e substituição (SAUER apud SAQUET, 2008).

O pensamento de Sauer, apesar de estruturador de muitos conceitos abordados pela Geografia até os dias atuais, entra em questionamento quando os valores subjetivos e seus significados começam a ser estudados na paisagem como elementos intrínsecos. Duncan (apud RIBEIRO, 2007, p.23) observa:

Mas as paisagens nunca têm um único significado; sempre há a possibilidade de diferentes leituras. Nem a produção, nem a leitura de paisagens são inocentes. Ambas são políticas no sentido mais amplo do termo, uma vez que são inextricavelmente ligadas aos interesses materiais das várias classes e posições de poder dentro da sociedade.

Raffesttin (apud SAQUET, 2008) afirma que, historicamente, os atores sociais efetuam a repartição da superfície terrestre, a implantação de nós e a construção de redes. Os sistemas territoriais permitem assegurar a coesão e o controle de pessoas e coisas. Por trás das representações sempre há um conflito motivado por interesses, pois essa é uma ação de controle social, e, por vezes, tenta assegurar a supremacia de uma cultura sobre as demais. Há sempre uma disputa entre culturas nas representações.

Ribeiro (2007, p.24) aponta que a paisagem está “introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e percepções sobre o meio”. Essa definição contemporânea de paisagem, considerada como uma representação carregada de significados, indica a necessidade de se estudar as percepções em distintos grupos sociais, tarefa que esta dissertação reconhece, mas sobre a qual não poderá se aprofundar. Vera paisagem como uma atitude política exige uma compreensão dos agentes políticos ali atuantes, das forças e disputas de poderes, sendo uma representação de como uma comunidade gostaria de ser vista pelas demais.

O interesse pela paisagem cultural, segundo Castriota (2009), está relacionado à ecologia e às noções de desenvolvimento sustentável, já que as práticas de manejo da terra por meio dos conhecimentos tradicionais são essenciais para a sobrevivência de algumas comunidades. Com este pensamento podemos alinhar a reflexão sobre paisagem com outros estudos que buscam alternativas para um desenvolvimento econômico e social das comunidades que não esgote os recursos ofertados pela natureza. Para Castriota (2009, p.7), “preservar as paisagens culturais tradicionais seria, no fundo, preservar a diversidade genética do planeta”.

Os sons emitidos pelas espécies de animais que compõem a fauna local, como o canto dos pássaros ou os demais sons da natureza, o vento nas árvores, ou o barulho emitido pela correnteza do Rio dos Sinos, fazem parte da paisagem, pois são elementos sensoriais nela percebidos. Há trabalhos desenvolvidos no IAPH que buscam reconhecer estes elementos sensoriais “não visuais”, como, por exemplo, um mapa que registre os diversos sons que são peculiares a cada região e suas fontes.

Há uma polissemia que a terminologia Paisagem Cultural levanta em diversos trabalhos de pesquisadores, e a diversidade de bens culturais que a UNESCO já

reconheceu nesta categoria⁷. Castriota (2009) aponta trabalhos como o da organização não governamental *Cultural Landscape Foundation*, em uma tentativa de dividir as paisagens culturais em quatro tipos: sítios históricos; paisagens históricas planejadas; paisagens históricas vernaculares e paisagens históricas etnográficas. Aplicados ao caso de São Leopoldo:

- os sítios históricos são espaços onde ocorrem batalhas, como no caso da antiga colônia São Leopoldo, desse modo, poderíamos apontar o território localizado hoje em Sapiranga, onde ocorreu a revolta dos Muckers.
- as paisagens históricas planejadas são aquelas executadas por um paisagista, arquiteto ou jardineiro amador. A Praça do Imigrante e o claustro da Antiga UNISINOS são exemplos de espaços que poderiam ser analisados nessa categoria.
- as paisagens históricas vernaculares são aquelas moldadas pelas atividades ou ocupações que ali ocorreram, como, por exemplo, as paisagens rurais moldadas pela agricultura ou as aldeias rurais. Como são moldadas pelas atividades, entrariam nesta categoria os complexos industriais. No caso de nosso objeto de estudo, as chaminés de tijolos de antigas indústrias, que podem ser visualizadas nas margens do Rio dos Sinos, são um exemplo.
- as paisagens etnográficas são aquelas que apresentam uma variedade de bens culturais e naturais que já são reconhecidos como bens patrimoniais, incluindo territórios como sítios religiosos sagrados. O objeto de estudo desta pesquisa apresenta elementos desse tipo de paisagem cultural, por haver nele elementos tombados e em processo de tombamento pelos institutos de preservação, notadamente no centro histórico.

A candidatura da Buenos Aires à paisagem cultural urbana, apresentada à UNESCO pela Argentina, para Castriota (2009), apresenta elementos que podem servir para a análise de outras cidades. Em sua candidatura estão descritas as maneiras de se utilizar o Rio da Prata e suas margens, as manifestações artísticas e

⁷Há exemplos de rotas de peregrinação, jardins projetados, paisagens urbanas, passando por campos agrícolas.

culturais da capital, como o tango e a literatura, além do traçado urbano e dos conjuntos representativos da arquitetura eclética⁸.

Cozen (2009) aponta que, junto às demolições isoladas, são os projetos de renovação urbana os que oferecem maiores riscos à paisagem cultural urbana. Os projetos definidos como “arrasa quarteirões” foram por décadas adotados com o objetivo de higienização urbana. Destruíram tecidos tradicionais e conjuntos arquitetônicos com o objetivo de remover extratos sociais que não eram bem vistos pelas parcelas dominantes da sociedade.

Cozen (2009) define que é possível observar nas paisagens urbanas contemporâneas uma série de camadas que compuseram as paisagens culturais no passado. Ocorre que a sociedade é demasiadamente dinâmica, e este dinamismo cresce em ritmo exponencial, porém, para atender as pressões momentâneas, muitas vezes, são construídas estruturas na superfície da terra, resistentes a mudanças. Segundo Cozen (2009), a sociedade não é capaz de descartar as estruturas que constrói com a mesma velocidade, inundando assim a paisagem urbana de espaços obsoletos.

Se, ao analisar o tecido da cidade, observa-se as vias que foram projetadas para o deslocamento de pessoas e veículos a tração animal, acaba-se por reconhecer que o invento do automóvel incentivou a desconstrução de traçados (COZEN, 2009). O deslocamento peatonal, a mais natural forma de mobilidade, foi inclusive dificultada com a diminuição da largura das calçadas e a construção de largas avenidas que desconectam zonas das cidades.

A sociedade, independentemente da sua formação, enxerga isso como um problema, não sendo raras as tentativas equivocadas de reconstituir espaços urbanos destruídos, conformando simulacros do que um dia a cidade foi. Segundo Cozen (2009, p. 53):

A progressiva destruição da paisagem urbana histórica representada pela perda cultural irreparável para a comunidade tem sido direta ou indiretamente reconhecida pela sociedade moderna que tem promovido sucessivas tentativas de reconstruir no mesmo lugar um centro histórico semelhante ao que foi demolido

⁸ Segundo Chiuratto (2015), no ano de 2008, a candidatura de Buenos Aires à categoria da Paisagem Cultural foi recusada pela UNESCO. Mesmo assim, o dossiê apresenta informações muito relevantes à pesquisa e é, inegavelmente, um precursor dos estudos das paisagens culturais como instrumento de preservação de áreas urbanas.

Em São Leopoldo, na área de estudo, isso é visível na iniciativa de criar um centro de informações turísticas alusivo à técnica enxaimel (Figura 15), na tentativa de conformar a imagem de uma aldeia da colonização. Por mais equivocado que seja esse exemplo, com ele pode-se fazer a leitura de que o poder público municipal vê na arquitetura da colonização algo simbólico, que tenta projetar em suas ações. Isso é sintomático do projeto político que unifica a Secretaria da Cultura com a Secretaria do Turismo, fazendo com que as ações da pasta sejam planejadas sempre com um subtexto de vender a cidade a olhares externos, relacionada à imigração germânica.

Figura 15 - Aldeia “enxaimel” na entrada de São Leopoldo



Fonte: Autor (2016).

É comum a tendência de iniciar a observação da paisagem da cidade por meio da análise de sua morfologia, já que ocorre “a acumulação de formas ao longo do tempo e estas se tornam atributos morfológicos fundamentais da paisagem que, no sentido geral, refletem toda a história da paisagem cultural” (COZEN, 2009, p.53). Entretanto, é necessário ter clareza de que isso é parte do estudo, longe de ser a totalidade.

As paisagens culturais urbanas apresentam a acumulação gradual de sedimentos novos junto os herdados, ambos simbolizando as relações entre o homem e o seu habitat. Logo, a paisagem, muito mais do que refletir uma das aspirações atuais, reflete um processo histórico incompleto (COZEN, 2009), fazendo com que a convivência diária com a paisagem proporcione ao ser humano uma reflexão sobre a sua própria existência, comunidade e lugar.

Nas sociedades contemporâneas, as relações entre o ser humano e seu habitat se tornaram múltiplas, e os grupos sociais disputaram os espaços urbanos de uma forma ainda mais conflituosa. Não que no passado não houvesse conflitos,

mas no presente foram criadas plataformas de manifestações que permitem que algumas parcelas da população, tradicionalmente exiladas do debate, sejam nele inseridas. Resulta então que o projeto urbano se torna o instrumento de mediação desses conflitos, e que os melhores projetos sejam aqueles que hipoteticamente atendam todas as reivindicações (COZEN, 2009).

O ideal de preservação tornou-se um item importante a qualquer projeto urbano nas cidades, contudo, o termo preservação, por si só, já dá sinais de esgotamento quando analisados os resultados das cidades que optaram por preservar sem fazer uma reflexão sobre o contexto do bem cultural e sua inserção no espaço urbano. Cozen (2009, p. 56) aponta a necessidade de uma variável mais holística, pois “ao invés de falar somente de ‘preservação’, seria melhor usar o termo ‘gestão da paisagem’”.

O autor entende que, nos centros urbanos, a transformação no uso do solo tem sido mais rápida e prejudicial do que as substituições das formas. Em São Leopoldo podemos observar isso ao refletir sobre o destino que os antigos prédios do Cine Brasil e Cine-Theatro Independência tiveram. Ambas as estruturas foram preservadas, só que seu uso foi trocado de espaço cultural para espaço comercial, tendo sido transformados em lojas de eletrodomésticos. Ainda que as fachadas sejam emblemáticas no visual da cidade, a qualidade da paisagem cultural foi afetada, já que a vida cultural que irradiava dessas edificações foi perdida. Os modos de viver, as celebrações e os produtos resultados do trabalho garantem a vitalidade da sociedade em estudo. É importante evitar o equívoco de não apenas estudar os aspectos físicos de uma paisagem, ou o produto final, e sim os processos e os personagens envolvidos. Segundo Araújo (2009, p. 39):

Nessas paisagens, embora seus atributos físicos possam ser estudados os por suas associações, e não por seus elementos físicos. É neste sentido que seus ‘valores associativos’ devem desempenhar um papel fundamental, para orientar os estudos e eventuais intervenções propostas na comemoração destes lugares.

Não se trata, portanto, apenas da dimensão estética das paisagens, mas também das questões funcionais (CASTRIOTA, 2009).

2.1.1 Percepção e Imagem

A paisagem da cidade é lida e assimilada pelo ser humano com base em seu repertório de conhecimento e experiências vividos no decorrer de sua vida, uma vez que o tempo provoca diferentes leituras do mesmo espaço urbano. O recorte da cidade faz com que seja desprezada a maior parte dela, e os habitantes se concentram nos espaços que são do maior interesse e nos quais se sentem mais representados: “Todo o cidadão possui numerosas relações com algumas partes da sua cidade e sua imagem está impregnada de memórias e significações” (LYNCH 2011, p.11).

Cidades são acima de tudo formadas por pessoas e histórias e o conceito de paisagem cultural faz compreender que os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas atividades, são tão importantes como as suas partes edificadas e imóveis (LYNCH,2011).As relações antropológicas e os benefícios provenientes delas são os principais objetivos que fazemos seres humanos querer viver em comunidade. O autor defende ainda que a percepção da cidade é parcial e arraigada em signos. A cidade é vista por ele como um elemento que pode ser contido apenas em linhas gerais, sempre havendo alterações de pormenores por razões individuais.

Uma das qualidades do ambiente visual apontada pelo autor é a legibilidade que está relacionada à ideia de clareza, facilidade com a qual as partes podem ser reconhecer e organizar uma estrutura coerente. Uma cidade com legibilidade clara irá facilitar os fluxos e poderá fornecer uma base sólida para construção de mitos, fantasias e uma memória coletiva que articula grupos sociais (LYNCH,2011). O autor entende que a imagem de um bom ambiente dá um sentido de segurança emocional, assim, ao propor a preservação das edificações estruturadoras de uma comunidade, e não de todas, como apontado pelos críticos da preservação histórica,está-se visando essa segurança emocional.

Outra qualidade destacada por Lynch (2011) é a imaginabilidade. A imagem é uma construção individual, fundamentada em pré-conceitos e repertórios adquiridos, podendo ser similar em indivíduos do mesmo grupo social. Por isso os estudos de imagem devem ser conduzidos em grupos heterogêneos. Para o autor, a imagem produzida pelos indivíduos pode ser analisada em três componentes: identidade, estrutura e significado. Identidade aqui é entendida no conceito de individualidade ou

particularidade; estrutura está relacionada à como os objetos se relacionam entre si no campo físico; e o significado está relacionado a valores práticos ou emocionais. A imagem é o centro do estudo de Lynch, assim como o conceito de *imaginabilidade* da cidade, ou seja, a capacidade de uma cidade de evocar imagens no imaginário dos indivíduos como um indicativo de boa qualidade espacial: “parece haver uma imagem pública de qualquer cidade que é a sobreposição de imagens de muitos indivíduos”(LYNCH,2011, p.57).

A metodologia de análise de imagem da cidade desenvolvida pelo autor busca a percepção dos indivíduos sobre os elementos físicos. Há um privilégio da análise da forma, e mesmo que exista um reconhecimento da presença de significados sociais no território em análise, não busca operacionalizar estes significados. Com isso, ele estava buscando contribuir com um urbanismo que rompesse com a tradição do urbanismo moderno, partindo para uma abordagem mais inclusiva de planejamento, considerando as percepções da população como elemento de projeto, aspecto que será importante no estudo aqui proposto. Os cinco elementos que ele define como pertencentes à imagem da cidade são: vias, limites, bairros, nós e marcos.

É certo que a análise da estrutura espacial da cidade auxilia a compreender o objeto de estudo, mas não se pode cometer o equívoco de priorizar estes aspectos em demasia. Um alerta é apontado por Ribeiro (2007, p.109, grifo nosso) em relação à tentativa frustrada de inscrever a cidade de Paraty como uma Paisagem Cultural da UNESCO:

As principais críticas referiam-se ao fato de não terem sido englobados de modo consistente os elementos necessários para se constituir uma “paisagem cultural”, tais como as manifestações culturais populares, reivindicadas pela população. Tampouco foi destacada de maneira eficiente a relação entre os elementos naturais e culturais do sítio, **atribuindo um valor muito maior ao aspecto construído do sítio histórico.**

2.1.2 Identidade e Território

O conceito de identidade é indissociável das noções de território e paisagem. Saquet (2008) define que identidade pressupõe a vida em comunidade, logo, um sentimento de reciprocidade entre os indivíduos. A identidade, na verdade, é múltipla – as identidades exigem uma continuidade, enquanto que tolera mudanças. Essa característica da identidade de ser tolerante a mudanças é o que garante a sua

sustentabilidade. Dessa maneira, o autor entende identidade não como um estado, mas como um processo.

A identidade necessita da análise do indivíduo sobre “ser” e o “não ser”. (SAQUET, 2008). Essa noção de alteridade, de reconhecimento do que é o outro e de que o mesmo território pode possuir diferentes identidades para distintos extratos sociais ajuda a promover um desenvolvimento com maior justiça e inclusão. Então, os trabalhos desenvolvidos sobre territórios devem ser sempre multidisciplinares, envolvendo a sociedade civil em suas mais distintas organizações. Busca, assim, uma diversidade na unidade.

“Os homens através de seus gestos, necessidades e aprendizagens produzem e renovam territorialidades, identidades. Há uma sucessão de identidades que se cancelam e se desagregam, deixando traços materiais e imateriais” (SAQUET, 2008, p.149). Encontram-se, assim, indícios de momentos, testemunhos, espaços. A paisagem se tornará sempre histórica, não apenas moldada no tempo, mas moldada através do tempo, produto de diversos momentos, todos deixando em maior ou menor intensidade suas marcas ou cicatrizes no território. Pensar em identidades é sempre um estímulo à ação coletiva.

Raffestin (2003 apud SAQUET, 2008) compreende o território em quatro categorias, território do cotidiano; das trocas; de referência; do sagrado. O território do cotidiano é definido como um “arquipélago de lugares”, sempre contraditórios, mas indispensáveis para dinâmica do cotidiano. O território de referência dialoga com o imaginário da sociedade, sendo, por vezes, idealizado, carregado de nostalgia, isto é, não é o território que se habita, mas aquele que se habitou ou se conhece através de leituras: é um conjunto de imagens que nutre a atualidade constantemente. Os territórios sagrados estão relacionados à religião e à política. Esses são espaços de manifestação dos poderes que alicerçam a sociedade e emanam autoridade por si só.

Os conceitos estudados ajudaram a compreender alguns posicionamentos sobre o tema, em áreas da arquitetura, urbanismo, geografia, história e sociologia, e contribuem para a compreensão do conceito de paisagem cultural como um tema multidisciplinar e processual.

2.1.3 Patrimônio cultural material e imaterial

O IAPH reconhece que a palavra “cultural”, quando agregada ao substantivo paisagem, tem como objetivo ressaltar um dos aspectos que confere singularidade a determinada porção de território. No entendimento do Instituto, toda paisagem é cultural, pois se trata de uma antropização de um espaço físico natural. Sendo assim, a terminologia que vem sendo adotada nas suas últimas publicações é “paisagem de interesse cultural”. Dessa forma, se estabelece que o que busca se preservar não é apenas a paisagem em si, mas também os demais atributos que conferem a ela seus significados. Por isto devem ser estudados o patrimônio cultural material e o imaterial, além do natural.

Patrimônio, como se sabe, pode ser entendido como legado, algo que é confiado pelas gerações precedentes e pelo qual se sente a responsabilidade de transmitir às futuras.

A preservação do patrimônio não busca perpetuar o passado. Representa o patamar de referência, o conjunto das permanências por meio das quais as sociedades se reconhecem, se identificam, constroem e reconstroem os seus valores e a sua trajetória. (MEIRA,2008, p.15).

O patrimônio sempre será cultural para aqueles que desejam preservar elementos referenciais para a sociedade, mesmo que,às vezes, não seja assim denominado. Ele representa referências, saberes, marcos, modo de ver o mundo, conhecimentos de cada sociedade. O patrimônio cultural é um documento que nos faz compreender os valores de cada sociedade no tempo, e também é uma imagem, uma representação. A preocupação com a imagem do patrimônio tem sido, para Meira (2008), priorizado em relação à sua importância como documento.

Normalmente, o risco de desaparecimento iminente é que desperta na sociedade civil as ações de salvaguarda dos bens. Ocorre no Brasil, com frequência, um atraso no reconhecimento dos elementos e espaços significativos, por vezes na iminência da destruição: “Quando uma comunidade se sente ameaçada por constantes mudanças, ela pode recorrer à sua iconografia, à sua identidade, como força de resistência e reforço da coesão interna, através de um sistema de símbolos” (SAQUET, 2008, p.46). Porém, essa postura de reação, em vez de preventiva, de reconhecimento dos bens culturais dignos de proteção, acaba por prejudicar os resultados, ocorrendo seguidamente “meias vitórias”, um cenário em que uma

conciliação entre os agentes envolvidos resulta numa “amputação” do bem³. Esse reconhecimento tardio regularmente promove ações de preservação mais preocupadas com a imagem do bem, do que o entendimento de que a edificação é um documento integral de um período que merece ser conservado.

O patrimônio material, por ser tangível e por muitas vezes possuir valores artísticos, é de mais fácil aceitação do que o patrimônio imaterial. Em algumas comunidades, os tombamentos de edificações não geraram o congelamento da economia (um preconceito comum na fala de vozes contrárias às ações de preservação), mas possibilitou o surgimento de uma indústria do turismo. A adoção do patrimônio como uma marca da cidade e um produto a ser ofertado aos turistas é comum. Isso demonstra que o tombamento não deve ser visto como um ato que se completa em si mesmo, mas que deve vir sempre acompanhado de um projeto de sustentabilidade econômica e social.

Fonseca (2005) ressalta que, para a população, os bens tombados são valorizados geralmente por sua antiguidade, riqueza e beleza, e que as comunidades cobram das instituições um maior zelo na tarefa de proteger as edificações: “já vão longe os tempos em que os agentes do Patrimônio corriam risco de serem apedrejados por populações enraivecidas” (FONSECA, 2005, p.26).

Ribeiro et al. (2013, p. 49) alerta que “a riqueza de um povo não se mede apenas pela sua riqueza financeira ou econômica, mas também pelo seu patrimônio natural, social e cultural.” O fortalecimento dos movimentos sociais de defesa do patrimônio, como a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), dos movimentos do tipo “amigos do bairro”, da adoção de preocupações como a reciclagem, de direito dos animais, alimentação orgânica, enfim, essas diversas tendências apontam para uma geração preocupada não apenas em consumir, mas com a qualidade e com o impacto que este consumo gera no ambiente e sociedade. Assim, falar em patrimônio é falar também de sustentabilidade. E esta dimensão está relacionada com o conceito de paisagem cultural.

Como já foi referido, o patrimônio de um indivíduo ou de uma sociedade pode ser material ou também imaterial, composto por ideias e expressões científicas e filosóficas, conforme a Constituição de 1988. O patrimônio imaterial é um conceito que está relacionado ao conjunto de tradições, símbolos, lendas que foram

³ Meira define a fase da amputação como aquela em parte da edificação é preservada, normalmente a fachada, com o intuito de garantir uma imagem de preservação junto a via pública.

estruturadores das sociedades tradicionais, anteriores à adoção da ciência como verdade irrefutável (LASH; GIDDENS; BECK, 1997).

O patrimônio imaterial é mais atingido pela globalização do que o material, por ser mais frágil, além do que as práticas tradicionais não são valorizadas pela sociedade. O patrimônio imaterial é que desaparece com maior rapidez, e, por ser embasado na oralidade e na figura de guardiões (normalmente as pessoas mais idosas da comunidade), pode ser considerado extinto em uma geração se não houver transmissão(LASH; GIDDENS; BECK, 1997).

As ações de preservação do patrimônio imaterial estão fundamentadas na salvaguarda das práticas desenvolvidas pelas comunidades e na promoção da transmissão deste conhecimento para as futuras gerações. O patrimônio imaterial coloca o homem como principal objeto de preservação, e busca, através da valoração de seus costumes, a sustentabilidade de uma sociedade plural e capaz de se construir e se reconstruir.

A atenção ao patrimônio imaterial torna-se relevante ao refletirmos sobre as inovações que a paisagem cultural propõe, justamente por colocar o ser humano e suas ações como objeto de estudo e relacionando-os com uma porção territorial (CHRISTOFOLETTI, 2013). Ao incluir o patrimônio imaterial nas investigações de uma paisagem cultural, a diferenciamos de um tradicional estudo de sítio urbano.

A reflexão sobre a formulação do conceito abrangente de paisagem cultural, ao longo do tempo, bem como dos temas que a paisagem busca trabalhar, é importante para não cair no erro de estudar um território apenas pelas suas qualidades estéticas em detrimento das manifestações culturais ali observadas. É necessário, portanto, ter certeza do que se está buscando valorar para buscar a metodologia de identificação e os instrumentos de preservação adequados.

3 METODOLOGIA DE ANÁLISE DA PAISAGEM

Neste capítulo é apresentada a metodologia desenvolvida pelo Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico (IAPH). O trabalho realizado pela Instituição, além de ser descrito pela UNESCO como referência no reconhecimento e gestão de patrimônio cultural, é de especial interesse já que o IPHAN estabeleceu convênio com a entidade para troca de conhecimento em relação às paisagens culturais (IPHAN, 2016).

O IAPH possui um perfil investigativo, apresentando suas quatro linhas de trabalho: a modernização da gestão; inovação e patrimônio; patrimônio como direito e recurso para o desenvolvimento sustentável; patrimônio como elemento de coesão social, abrangendo assuntos como patrimônio industrial, arqueologia aquática e outros.

No Centro de Documentação e Estudos do IAPH foi criado, com fins de aprofundar a investigação no eixo da Paisagem, o Laboratório da Paisagem Cultural (LPC). O laboratório busca reconhecer o papel das comunidades locais na manutenção dos valores naturais e culturais (tanto material quanto imaterial) de porções específicas do território. Reconhece, nessas comunidades, princípios de uma exploração sustentável dos recursos naturais, e visa, com o registro dessas práticas, promover a sensibilização social em torno desses valores.

O LPC desenvolveu o trabalho denominado Registro de Paisagens de Interesse Cultural da Andaluzia- R-PICA.¹ Este estudo teve seu início no projeto de caracterização patrimonial do mapa de paisagens da região, com o objetivo de que a análise das paisagens não ficasse restrita apenas às questões físicas do território, mas abrangesse os processos históricos, atividades socioeconômicas e percepções que configuraram a imagem da paisagem. Tal trabalho foi concluído no ano de 2014.

O R-PICA apresentou o registro de 120 paisagens culturais andaluzas. Em sua base conceitual, define quais paisagens de interesse cultural são territórios físicos singularizados pela ação do patrimônio cultural (material e/ou imaterial). Para que uma paisagem se torne patrimônio é necessário que exista certo grau de

¹Para a construção do R-PICA foi adotado como base um trabalho anterior: a Caracterização Patrimonial do Mapa de Paisagens da Andaluzia (CACHO et al., 2010), o qual dividia o território andaluz em 32 demarcações. Esse trabalho anterior fez uma classificação da paisagem com ênfase em seus aspectos físicos, enquanto que o R-PICA se encarrega de projetar os valores culturais nesta base.

autenticidade, conservação e percepção social (visual ou simbólica). É através do tempo como processo histórico e das atividades humanas em seus aspectos socioeconômicos e ideológicos, que se reconhecem uma série de elementos patrimoniais, os quais se convertem nos marcos da identidade das sociedades que habitaram e que habitam este território, ao longo de “um processo de apropriação e expressão de uma determinada imagem percebida socialmente” (R-PICA, 2014, p.1). A articulação da metodologia é composta por oito etapas:(Quadro 2):

Quadro 2–Resumo da Metodologia do R-PICA

Etapas	Conteúdos
1. Identificação e localização	estabelecimento de denominação para cada paisagem de interesse cultural e o estabelecimento das correlações com os mapas das paisagens da Andaluzia e do país.
2. Vinculação a uma tipologia de paisagem cultural	classificação organizada em categoria, tipos e subtipos.
3. Delimitação	os limites não podem ser assinalados a priori. Defende-se a criação de um método de delimitação que leve em consideração percepção visual, social ou identitário.
4. Análise da estrutura	conhecimento dos esquemas territoriais através de estruturas como acidentes geográficos (rios, montes); comunicação (eixos principais e secundários); habitat (núcleos de população).
5. Avaliação dos fatores ambientais	consideração dos aspectos físicos determinantes para a definição: estabelecimento de cartografia básica; análise dos aspectos biogeográficos e a determinação de uma síntese gráfica.
6. Análise dos processos e atividades	análise dos processos, ações e acontecimentos que modelaram o território, as imagens e percepções que os definem, com o ser humano como protagonista.
7. Determinação dos recursos patrimoniais	os elementos materiais e imateriais de valor patrimonial que participam do caráter, definição e percepção de cada paisagem.
8.Exemplos de imagens e olhares	imagens de artistas, literatos, técnicos, promotores turísticos, empresários, políticos, moradores, sobre o território.

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de R-PICA (2014).

A denominada “Sevilha Metropolitana”, por exemplo, possui sete paisagens culturais identificadas no R-PICA. Conforme Câmara et al. (2012, p.4), os critérios adotados para as demarcações foram três (Quadro 3):

Quadro 3- Critérios para demarcações paisagísticas

Critérios	Descrição
1.Homogeneidade	identificação através da comparação entre uma paisagem e outra.
2. Representatividade	Identificação de valores culturais não só por especialistas mas socialmente percebidos.
3. Singularidade	qualidades perceptivas que permitem que a paisagem seja reconhecível através de sua integridade, conservação, autenticidade, etc.

Fonte: Câmara et al. (2012, p. 04), adaptado pelo autor.

O LPC adota o entendimento de que todo território já sofreu ação humana, portanto, todo território é paisagem, mas nem toda paisagem é de interesse cultural. Pode-se selecioná-las com base na homogeneidade, singularidade e/ou representatividade do seu patrimônio cultural, conforme já visto. O IAPH defende que a definição desta paisagem abrangerá “processos sociais participativos que ajudem a fazer visíveis os elementos mais idealizados ou simbólicos e que, finalmente, possam conduzir a definição segura dos limites” (CÁMARA et al., 2012, p.4, tradução nossa).

O ponto de partida foi a análise macro do território andaluz. Isso significa dizer que não se buscou, nas fases iniciais, o aprofundamento em particularidades de cada uma das 120 paisagens culturais identificadas, mas sim a varredura de todo o território. É importante ressaltar esta visão do LPC, porque difere da maneira com que os institutos de preservação do Brasil vêm trabalhando a paisagem cultural. Enquanto na Andaluzia o território foi “escaneado” pelos pesquisadores, aqui, no Brasil, ainda se desenvolvem projetos-pilotos isolados, como o elaborado pelo IPHAN/RS na região missioneira. A importância das reduções jesuíticas é inegável, já que estas constituem o único bem cultural elevado à categoria de patrimônio da humanidade na região sul do país, mas se o IPHAN/RS adotasse a metodologia do LPC isso implicaria que todo o território gaúcho deveria ter suas paisagens culturais registradas (ainda que superficialmente) antes de se dar início a um estudo aprofundado de uma paisagem em particular.

Portanto, na Andaluzia, em uma fase inicial, não se observou o território como uma série de conjuntos com perímetros delimitados, como se faz normalmente ao se estudar um conjunto histórico no Brasil, e sim como um território rico em paisagens, sem um pré-julgamento de qual seria a mais relevante. A vantagem disso é que assim se permite um avanço da análise concomitante de diversas paisagens, sem a definição de pormenores que poderiam retardar o estudo. A ação também permite que, através da comparação, identifiquem-se quais são as paisagens que deverão ser, em uma segunda fase, estudadas com maior profundidade. Nesse estágio, as escalas de trabalho são de 1:10.000, 1:40.000 e 1:50.000. Destaque-se que essa forma de abordagem exige

uma base cartográfica detalhada e uniforme, o que também não se tem no Brasil. O LPC dispõe da Rede de Informação Ambiental da Andaluzia – REDIAM² para a produção de mapas temáticos. A descrição mais aprofundada do processo de caracterização das paisagens culturais está no anexo A desta dissertação, bem como a descrição do processo de gestão no anexo B.

3.1 Guia da Paisagem Histórico-Urbana

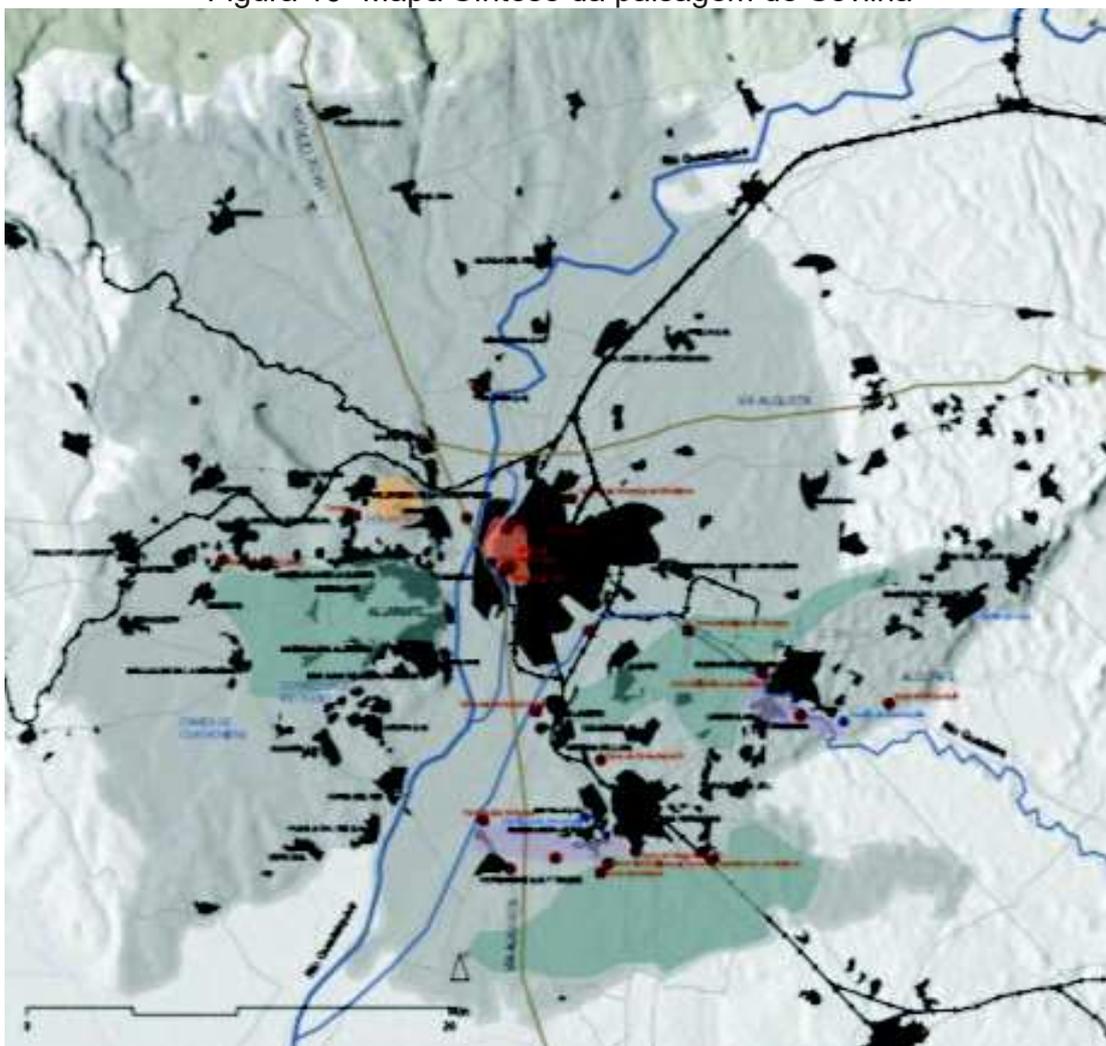
O primeiro guia da Paisagem Cultural publicado pelo Instituto foi o Guia da Paisagem Cultural da Enseada de Bologna, cuja paisagem é predominantemente rural, composta de vilarejos, campos, ruínas romanas, praia, ocupado e vivenciada pela população local e turistas.

O objeto de estudo desta dissertação, a cidade de São Leopoldo, se enquadra em uma categoria distinta, a dos territórios urbanos. Portanto, decidiu-se observar o trabalho do IAPH na cidade de Sevilha denominado “Guia da Paisagem Histórico Urbana de Sevilha” (IAPH, 2015). O início de tal estudo é decorrente de um Seminário de Cidades Históricas, realizado no ano de 2006, na mesma cidade, e de uma reunião realizada em Paris, em 2007, no Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO.

A fase de registro preliminar de uma paisagem de interesse cultural é denominada de R-PICA, conforme já mencionado. Sevilha possui o seu registro e, a seguir, pode-se visualizar um dos itens apresentados, o mapa síntese (Figura 16):

² Criada em 2007, a REDIAM é uma plataforma *online* de acesso público e gratuito que compartilha o conhecimento ambiental da Andaluzia produzido por entidades de pesquisa conveniadas. Por meio da REDIAM, é possível obter mapas temáticos em tempo real, em uma base cartográfica georeferenciada.

Figura 16- Mapa Síntese da paisagem de Sevilha



Fonte: IAPH (2014).

Neste mapa estão representados elementos como monastérios, castelos, torres de vigilância, rede ferroviária, rios, eixos de ligação principais e a demarcação de zonas como núcleos urbanos e montes. Após o mapa síntese, são abordados processos históricos e atividades socioeconômicas, os recursos patrimoniais do âmbito territorial e do âmbito imaterial. É feita uma síntese da imagem projetada, em que serão copilados trechos de literatura onde a cidade é representada que, por fim, gera uma tabela de valores (tanto positivos quanto negativos) e recomendações para o planejamento territorial.

O Guia é uma forma de organização dos dados sobre as paisagens culturais que se distingue por ser tanto informativa quanto orientadora; é necessário que um guia faça apontamentos e estabeleça conceitos, diretrizes e critérios que devem ser

seguidos a partir de sua leitura. Em sua conceituação teórica, o IAPH define o Guia da Paisagem como um novo instrumento de preservação patrimonial:

(...) um novo instrumento patrimonial, no marco do desenvolvimento sustentável e da qualidade de vida, a qual implica transcender a ideia de objetos e tutela na cidade e atender aspectos relativos a funcionalidade, usos, comércio, turismo, etc., cuja gestão é determinante para a manutenção da paisagem urbano (IAPH, 2015a, p.20, tradução nossa).

O Guia deve atender aspectos socioeconômicos, evidenciando que tão importante quanto reconhecer uma paisagem histórico-urbana é planejar sua gestão. A conceituação no Brasil é similar. Tanto a Carta de Bagé (IPHAN, 2007) quanto a Portaria nº 127 do IPHAN definem que a paisagem deve ser gerida por um grupo composto por diversas parcelas da sociedade, além das instituições públicas, e que este colegiado é fundamental para a manutenção da qualidade da paisagem. O IAPH entende que o Guia é uma ferramenta do presente, que deve abranger não apenas as construções históricas, mas “refletir sobre a relação entre arquitetura contemporânea e cidade histórica e sobre a presença dos novos patrimônios (industrial e imaterial entre outros), sem menosprezo dos já consolidados” (IAPH, 2015a, p.19).

Para o espaço urbano, o IAPH propõe a utilização do termo “histórico urbano” como a manifestação urbana da Paisagem Cultural (IAPH, 2015a). Figueiredo (2013) aponta que em um glossário criado na Reunião Intergovernamental de Especialistas, em 2011, organizado pela UNESCO, e aprovado por 55 países membros, a definição ficou estabelecida da seguinte maneira:

A paisagem histórica urbana é o território urbano compreendido como resultado de uma estratificação histórica de valores e atributos naturais e culturais, ultrapassando os conceitos de “centro histórico” ou “conjunto histórico” para incluir o contexto urbano mais abrangente e seu ambiente geográfico. Este contexto mais amplo compreende notadamente a topografia, a hidrologia, a geomorfologia e as características naturais do sítio, seu ambiente construído, tanto histórico quanto contemporâneo, suas infraestruturas na superfície e nos subterrâneos, seus espaços verdes e jardins, a ocupação do solo e a organização do espaço, as percepções e relações visuais, assim como todos os outros elementos constitutivos da estrutura urbana. Engloba também as práticas e os valores sociais e culturais, os processos econômicos e as dimensões intangíveis do patrimônio como um vetor de diversidade e identidade. (UNESCO, 2011, p. 6, tradução nossa).

Para Figueiredo (2013), a criação desta nova categoria de paisagem cultural por parte da UNESCO é como um reconhecimento que visualizar os centros históricos como espaços dissociados do resto da cidade provoca uma deformação do espaço urbano. Essa é a contradição que Argan (2012) alerta para que de fato exista um “centro histórico” seria necessário que existisse um “centro anti-histórico”. Entretanto, a autora aponta que o Brasil, através do IPHAN, não ratificou este entendimento como demonstrado em um documento denominado “Posicionamento do Brasil sobre o documento Recomendações referente à Paisagem Histórica Urbana – UNESCO”:

O conceito paisagem histórica urbana, assim, parece um subterfúgio para evitar valorizar o conceito de paisagem cultural aplicado a contextos urbanos, esse sim capaz de abarcar a somatória de realizações e imbricações entre natureza e cultura, em todas as suas dimensões. (IPHAN apud FIGUEIREDO, 2013, p. 11).

A Espanha, no entanto, ratificou o documento da UNESCO, e, por isso, o guia da Paisagem Cultural de Sevilha, bem como uma série de estudos desenvolvidos pelo IAPH se utilizam da denominação “histórico urbana”. Ressalta-se que em muitos outros países este termo também é utilizado. No caso de Sevilha, o recorte atravessa os limites dos municípios, tratando também das conurbações. O guia está estruturado sobre estudos temáticos (Quadro 4) que demonstram a multidisciplinaridade abordada:

Quadro 4- Estudos Temáticos do GPHUS

Estudos Temáticos sobre Sevilha
1. História e percepção artística da paisagem; a visão urbana desde a história.
2. Projetos urbanos que traçaram Sevilha.
3. Relação da paisagem urbana com a ordenação territorial e planejamento urbanístico; presença da paisagem nos instrumentos de planificação na conurbação de Sevilha.
4. Geomorfologia e cidade; a paisagem através da estrutura física do território; evolução e construção da situação atual.
5. Arquitetura e paisagem; referências contemporâneas; estudos de apropriação da arquitetura contemporânea pela cidadania.
6. Rio e Cidade; uma visão desde o meio ambiente; o Rio Guadalquivir como apoio de um projeto de “Sevilha Verde”.
7. Atividades econômicas na cidade histórica; contribuição do comércio e a formação da paisagem histórica urbana.
8. A construção do espaço urbano: mobiliário e equipamento.

9. O jardim na formação da paisagem histórica urbana de Sevilha.
10. As paisagens históricas da produção em Sevilha.
11. A cidade submergida: arqueologia e paisagem e paisagem histórico urbano da cidade de Sevilha.
12. Paisagem histórica urbana de Sevilha e as manifestações festivas – cerimoniais.
13. Percepção da paisagem histórica urbana de Sevilha através dos meios de comunicação.

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de (IAPH, 2015a).

As pesquisas foram desenvolvidas por profissionais de oito áreas do conhecimento: historiador de arte; arqueólogo; antropólogo; arquiteto; bióloga; economista; jornalista; geólogo, e outros. O guia estabelece que o seu objetivo é apresentar uma opção de desenvolvimento sustentável às regiões metropolitanas, para que obtenham um ganho qualitativo (acessibilidade, funcionalidade, conforto) junto ao cotidiano da população. A proposta é gerar novos equilíbrios e de minimizar, progressivamente, as tensões criadas nas últimas décadas.

É interessante salientar que uma das críticas que o Estatuto das Cidades recebe, no Brasil, é a de propor instrumentos de gestão democrática que devem ser regulamentados por leis municipais, não reconhecendo a situação de conurbação urbana em que as grandes metrópoles se encontram. O IAPH, ao realizar esses estudos, pelo contrário, reconhece que é nas cidades o local de residência da maior parte da população ocidental, e que são as regiões metropolitanas que apresentam os maiores problemas. Com a elaboração de um guia da paisagem, dispõe-se de mais uma ferramenta de planejamento urbano, essa de caráter metropolitano.

Em sua conceituação teórica, o guia aponta o turismo de massas e a comercialização do patrimônio como elementos a serem analisados pela possibilidade de produzirem danos às paisagens culturais. Mesmo processo que podemos reconhecer em cidades como Tiradentes, em Minas Gerais, onde o centro histórico parece existir para entreter o turista e é dominado por pousadas, restaurantes e lojas de artesanato, não atendendo à cidade contemporânea que se expandiu para fora do perímetro tombado. Outro símbolo da comercialização do patrimônio acontece nos municípios da serra gaúcha e catarinense, onde uma série de pórticos destinados ao turista constituem simulacros (STELLO, 2013), numa tentativa dos municípios de venderem uma marca para a cidade, utilizando recursos que, por vezes, faltam na conservação do patrimônio existente.

Todos os estudos temáticos desenvolvidos nos guias envolvem estudos de percepção, onde a comunidade é convidada a compartilhar com os pesquisadores as suas leituras sobre os diferentes campos de trabalho. No caso Sevilha, destaca-se o capítulo “Imagens Projetadas e Percebidas da Cidade”, no qual é realizado um apanhado de muitas representações do espaço urbano de Sevilha apresentadas na pintura, literatura, teatro, filmes, postais, selos, canções, partindo do entendimento que uma paisagem cultural reverbera nos demais campos da arte, gerando uma produção cultural ao longo do tempo.

4 A PAISAGEM CULTURAL DE SÃO LEOPOLDO

Neste capítulo apresenta-se o modo como a estrutura do Guia da Paisagem Histórico Urbana de Sevilha poderia servir como roteiro para a elaboração de uma pesquisa semelhante na cidade de São Leopoldo. Para maior clareza no entendimento, este capítulo será estruturado da seguinte maneira: primeiro será apresentado o guia de Sevilha e os assuntos tratados especificamente; em seguida, a cidade de São Leopoldo e os estudos encontrados sobre o tema na bibliografia pesquisada. Quando não for encontrada nenhuma fonte correlata à pesquisa de Sevilha, sucintamente serão apontadas as possibilidades de pesquisas que podem ser feitas no território da cidade de São Leopoldo por outros pesquisadores. Não se trata, portanto, de desenvolver um guia da Paisagem Cultural de São Leopoldo, mas de indicar fontes que poderiam abastecer uma aproximação do gênero.

O IAPH disponibiliza, em seu *website*, os arquivos de trabalho que geraram cada uma das pesquisas que compõem o guia. Analisou-se a aplicabilidade desses estudos para a realidade da cidade de São Leopoldo, inclusive desaconselhando-se o estudo de alguns eixos que possam ser demasiadamente particulares para Sevilha.

Quadro 5- Estudos temáticos do Guia de Sevilha

3.Caracterização do Meio e Articulação Territorial	
Subcapítulos	Divisões
3.1 Geologia e geomorfologia	Marco geológico e geomorfológico. Evolução paleogeográfica. Transcendência paisagística dos processos geológicos.
3.2 Hidrografia	Marco hidrográfico general. Evolução e atualidade do rio Guadalquivir.
3.3 Clima e vegetação	Marco climático e bioclimático geral. Evolução climática. Clima e paisagem. Biogeografia e bioclimatologia. Vegetação. Vegetação e paisagem.
3.4 Unidades físico-ambientais e ecossistemas.	Unidades físico-ambientais. Ecossistemas: ecologia da área do estudo. Análise das áreas ribeirinhas.
3.5 Alterações ambientais.	Qualidade atmosférica e hídrica. Usos do solo no entorno fluvial, mobilidade e acessibilidade.
3.6 Articulação territorial.	Articulação territorial histórica. Desenvolvimento e perspectivas do modelo metropolitano.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do site do IAPH (IAPH, 2015a).

No Guia de Sevilha são apresentados os indicadores referentes à geografia da cidade, sendo que as temáticas abordadas são: geologia, hidrografia, clima, vegetação, ecossistemas, alterações ambientais e articulação territorial (IAPH, 2015a). Esses seis campos deveriam ser abordados em um hipotético estudo sobre a paisagem cultural de São Leopoldo. Já há bastante bibliografia sobre os aspectos físicos do território na obra do padre jesuíta Balduino Rambo¹. Sobre o Rio dos Sinos existe o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos – Comitesinos, instituído em 1988, responsável, atualmente, por dois projetos: o projeto Dourado(educação ambiental) e o projeto VerdeSinos(restauração da mata ciliar na dimensão da bacia). O projeto Monalisa (diagnóstico da malha hídrica da Bacia) já foi concluído no ano de 2006 e serviu de apoio para o VerdeSinos. Os subcapítulos do guia de Sevilha, denominados “Unidades físico-ambientais e ecossistemas” e “Alterações ambientais”, abordam assuntos que o Projeto Monalisa do Comitesinos apresenta.

4.1 Caracterização do Meio e Articulação Territorial de São Leopoldo

A base cartográfica auxilia o IAPH a desenvolver seus estudos e deve estar atualizada e ser precisa para se eficaz. O Instituto dispõe da plataforma REDIAM para armazenar dados e obter mapas georeferenciados.

Em São Leopoldo, os mapas encontrados são desatualizados e provem de um levantamento fotogramétrico realizado na década de 1990. A atualização da base cartográfica, assim como a democratização de seu acesso é a primeira etapa para proporcionar um estudo do território.

Ao analisar qualquer território é comum encontrarem-se diferentes denominações para a mesma área. São Leopoldo, por vezes, é enquadrada no Vale dos Sinos, na Região de Colonização Alemã, na Rota Romântica, na Região Metropolitana e na Grande Porto Alegre. Isso ocorre porque o território pode ser dividido em:

divisões regionais apoiadas no conceito de região natural, divisões regionais vinculadas à ocupação do território, divisões regionais elaboradas para fins

¹ Padre Balduino Rambo nasceu em Tupandi/RS em 1906 e morreu em 1961. Foi religioso, professor, jornalista, botânico e geógrafo. Sua obra mais conhecida é *A fisionomia do Rio Grande do Sul*, uma descrição detalhada do território gaúcho, publicado em 1942. Entre suas realizações está a criação do parque nacional do Itaimbezinho e um acervo de 50 mil exemplares de espécies vegetais.

estatísticos, divisões regionais para fins administrativos, divisões regionais para investigações científicas (MESQUITA, 1984, p. 98).

Na divisão geográfica do território do Rio Grande do Sul, São Leopoldo está localizado na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, na microrregião de mesmo nome. Esta microrregião é composta por 22 municípios, e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2005, possuía 3.717.842 habitantes e uma área de 5588,724km². São Leopoldo é o sexto município de maior população da região, o qual possui aproximadamente 207.721 habitantes.

Na divisão fisiográfica do Rio Grande do Sul, apoiada no conceito de região natural (proposta pela primeira vez, no Estado, em 1930, por Coussirat de Araujo), São Leopoldo é classificada como integrante da Depressão Central. Esta divisão, segundo Mesquita (1984), permite que o território seja analisado em porções homogêneas, pois não é afetada pelo processo de desmembramento dos municípios. Essa homogeneidade nos parece estranha ao compararmos municípios como Santa Maria e São Leopoldo, ambos integrantes da Depressão Central. Isso ocorre por causa da antropização do meio ambiente que, por meio de processos históricos, conformou singularidades em territórios cuja análise fisiográfica julgou integrantes da mesma categoria.

Figura 17- Divisão Fisiográfica do Estado

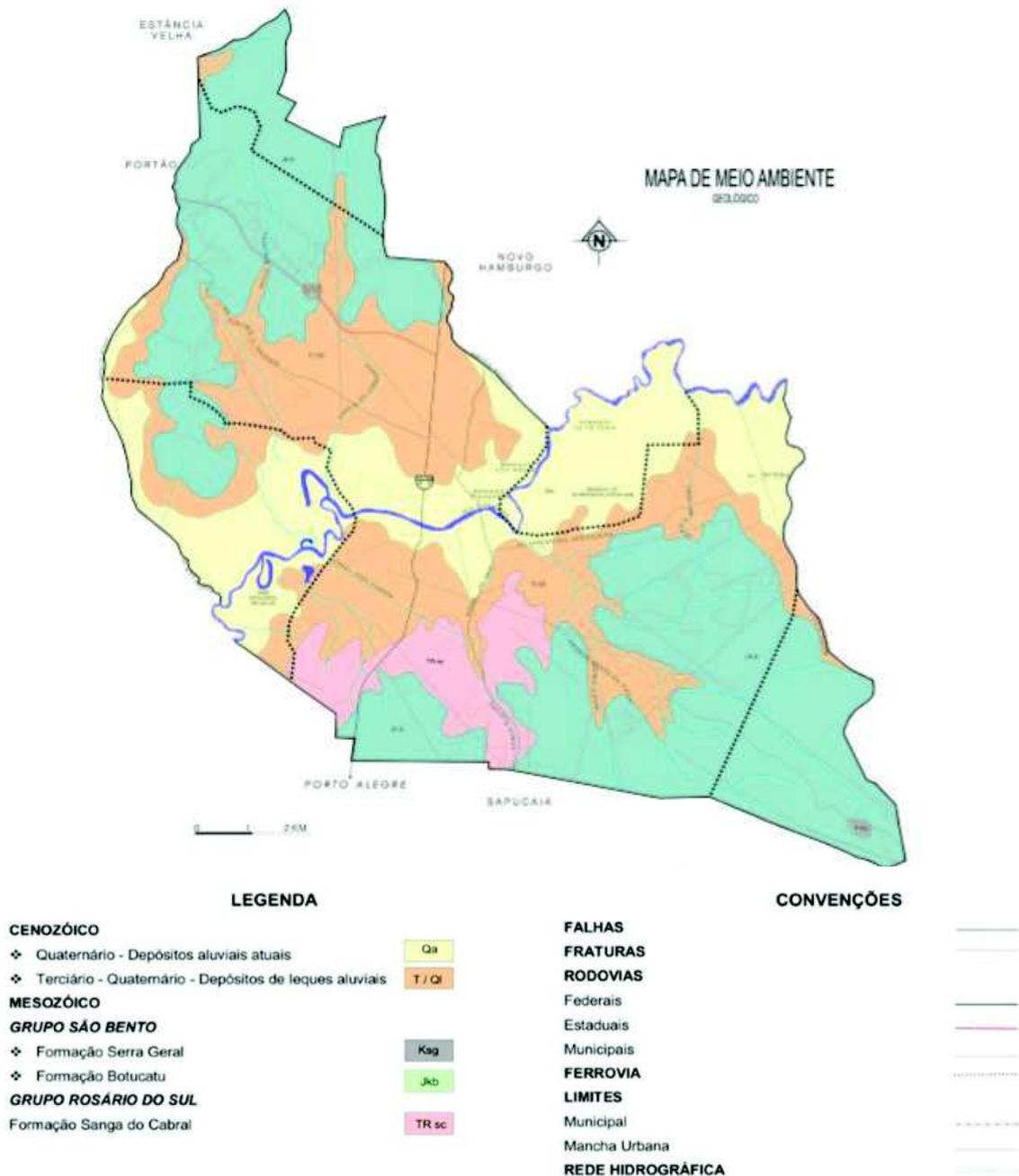


Fonte: Mesquita(1984).

No ano de 1942, Rambo publicou o livro *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*, no qual insere o território de São Leopoldo como pertencente à Depressão Central, mas em uma zona limítrofe. Alguns municípios emancipados de São Leopoldo, como Picada Café, por exemplo, pertencem à divisão denominada de Encosta Inferior do Nordeste. Araujo (1984, p.103) aponta que Rambo organizou um “levantamento exaustivo” e que aborda a “formação e transformação geológica, vegetação, hidrografia, até o que denomina de significação antropogeográfica de cada região, incluindo a acessibilidade e os fatores econômicos e culturais”. A obra de Rambo é importante porque, ainda que superficialmente, estuda as ligações entre o homem e o território, bem como as transformações em ambos no caso do estado. A evolução paleológica² do território foi estudada por Seplan (2006).

²O Município de São Leopoldo se encontra sobre o último ambiente deposicional da Bacia do Paraná, formada por um extenso paleodeserto de clima quente e árido. Esta bacia é constituída por uma espessa sequência de rochas de origem vulcânica e sedimentar que se estende pelo Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. A base da coluna estratigráfica do município de São Leopoldo pertence ao Grupo Rosário do Sul, onde se encontra a formação Sanga do Cabral. Encobrendo esta

Figura 18 – Mapa do Meio Ambiente Geológico



Fonte: SEPLAN (2006).

O GPHUS inicia a análise do território pela geomorfologia de Sevilha, descrevendo detalhadamente como aconteceu sua formação em períodos pré-históricos, além de eventos como as alterações do nível do mar (IAPH, 2015a). Após,

formação, ocorre o Grupo São Bento, constituído por rochas pertencentes à sequência sedimentar da Bacia do Paraná, iniciada pela formação Botucatu e coberta pela formação Serra Geral, em pequena ocorrência no Morro de Paula. Ao longo da planície de inundação do rio dos Sinos e afluentes ocorrem depósitos Cenozóicos (SEPLAN, 2006).

é apresentada a evolução paleogeográfica que, basicamente, utiliza fósseis para reconstituir os ecossistemas do passado. Rambo (2015) identifica que a Depressão Central é o terreno mais fértil do Rio Grande do Sul para a escavação de fósseis, entretanto, não a região de São Leopoldo, e sim de Santa Maria. Quanto a “transcendência da paisagística dos processos geológicos”, é apresentado um tipo de abordagem que interessa, promovendo uma interpretação dos dados coletados, com o critério da peculiaridade paisagística, buscado identificar os marcos que conferem singularidade ao território.

Rambo (2015) entende que a Depressão Central não é de fato uma depressão, já que esse termo é mais apropriado para regiões abaixo do nível do mar. A Depressão Central abrange o curso médio e inferior do rio Jacuí e de seus afluentes, entre eles o rio dos Sinos, em cuja bacia se situa São Leopoldo. É delimitada pelo talude de serras graníticas ao sul, pelo divisor entre o Jacuí e o Ibicuí ao oeste, pelo litoral arenoso ao leste e pela raiz da Serra Geral ao norte (RAMBO, 2015). As elevações presentes na Depressão Central são “tabuleiros de arenito, agrupados em dois sistemas separados: entre Santa Cruz e Venâncio Aires e entre o Taquari e o Gravataí” (RAMBO, p.142). A altitude média da planície varia entre 100 metros a oeste, e pouco mais de 10 metros junto a Porto Alegre, e a altitude máxima dos tabuleiros fica entre os 250m e 300m.

Nas proximidades da região aqui estudada existem as seguintes elevações de destaque: Itacolomi, Pedra de Sapucaia, Morro do Paula (Figura 19), Morro do Chapéu, Morro das Cabras, Morro do Espelho, Monte Alverne, Dois Irmãos, Morro do Ferrabraz. Rambo (2015, p.178) alerta sobre a deterioração da paisagem da região:

todos esses morros entre Gravataí e São Leopoldo são verdadeiras jóias de encantos naturais, não só merecedoras de uma monografia especial, mas ainda de proteção oficial do estado. Causa desapontamento ver como o desmatamento completamente descontrolado destrói a beleza natural dessa região; e ainda mais, como a exploração das pedreiras, no próprio Sapucaia, infringiu danos irreparáveis naquilo que constitui o valor mais precioso desses morros: sua fisionomia natural.

Figura 19- Visual obtida a partir do Morro do Paula



Fonte: Ramos (2010).

Na Figura 19, podemos observar a Pedra de Sapucaia vista desde São Leopoldo, cercada por coxilhas campestres. Rambo (2015, p.177) refere que:

o panorama do Morro de Sapucaia é deslumbrante: para o leste o olhar se guia ao longo da borda multiforme do arenito até descansar no vasto tabuleiro de Itacolomi, para o sul, voando sobre a baixada do Gravataí; para os morros graníticos e no casario de Porto Alegre; para o oeste se espraia por sobre a depressão fluvial, imergindo no espelho dos grandes rios; para o norte, além do Vale do Rio dos Sinos, galga a muralha da Serra Geral, sobre a qual vejam brancas nuvens vindas do oceano”.

O processo de conurbação urbana que todas as cidades da região metropolitana apresentam é uma ameaça à manutenção da qualidade estética dessas elevações de arenito. O Morro do Paula é exemplo de uma região ocupada parcialmente por invasões de terras, com uma precariedade de infraestrutura, sendo alvo de uma disputa pitoresca: o poder público das cidades de São Leopoldo, Gravataí e Novo Hamburgo não reconhecem a região como pertencente a seus respectivos territórios. Desse modo, há mais de 50 anos, transferem entre si a responsabilidade por sua manutenção (BETTINELLI, 2014).

O processo de urbanização já ameaça a descaracterização dessas elevações, sendo que as mais afetadas pelo crescimento das cidades são o Morro do Paula, o Morro do Espelho e o Monte Alverne, as três no território de São Leopoldo. Podemos traçar uma ligação visual entre essas três elevações e verificar que elas conformam marcos referenciais da paisagem local, por vezes, aliados à arquitetura.

Figura 20–Vista para o Morro do Paula



Fonte: Martini (2011).

A análise de visuais tem como ponto de partida o Morro do Paula, a maior elevação de São Leopoldo, sendo de especial interesse paisagístico por ser possível visualizar de seu topo todas as demais elevações supracitadas. A forma do morro foi alterada pela extração de arenito, proibida somente no ano de 2010 (SCHREIBER, 2016). Ainda assim, a extração ilegal de pedras é a principal fonte de renda das famílias da região. O caminho para o morro apresenta um patrimônio edificado ainda não inventariado (Figura 21), com uma qualidade que sugere que a estrada do Quilombo (que dá acesso ao Morro do Paula) era uma ligação importante ao município vizinho de Gravataí. O topônimo da estrada, Quilombo, já é de interesse, por indicar a presença de comunidade negra de ex-escravos, e, atualmente, na beira dela há uma aldeia de índios caingangues.

Figura 21 - Igreja do Morro do Paula



Fonte: Michelotti (2014).

Do Morro do Paula é possível visualizar o Morro do Espelho, uma importante elevação da área urbana de São Leopoldo. Além de ser um espaço de abundante vegetação, é no morro que se localiza a Escola de Teologia – EST, ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB. As construções que abrigaram o centro diretivo e a reitoria são de autoria do arquiteto Theo Wiederspahn (IPHAE, 2010), projetadas no ano de 1930 (Figura 22). Ambas as edificações foram tombadas pelo IPHAE no ano de 2010.

Carece, ainda, em nível municipal, o levantamento de todo o conjunto de construções existentes, uma vez que há residências, refeitórios, um auditório e casa de estudante que estão na área de entorno de tombamento do IPHAE, que deveriam ser incluídas no inventário municipal. Há um traçado urbano próprio no Morro do Espelho o qual remete ao projeto das cidades jardins, fundamentados na vida comunitária e no contato com a natureza.

Figura 22- Escola de Teologia



Fonte: Autor (2016).

Do topo do Morro do Espelho é possível avistar o Monte Alverne, de propriedade das Irmãs Franciscanas, ligadas à Igreja Católica. Dessa forma, as duas principais elevações da área urbana da cidade foram divididas entre as duas religiões majoritárias entre a população (católica e luterana). O Monte Alverne é ocupado pelo conjunto de quatro edificações: Lar Santa Elizabeth, onde funciona um asilo, o Colégio São José, o Pensionato São José e a edificação conhecida como Retiro. Nos jardins do complexo há um cemitério, porções de mata nativa, parreirais e um elemento de destaque paisagístico: o bambuzal. Com exceção de uma capela do Lar Santa Elizabeth e de outra, no colégio São José, nenhum dos demais bens está arrolado no inventário municipal.

Figura 23 - Bambuzal do Morro do Espelho



Fonte: Autor (2016).

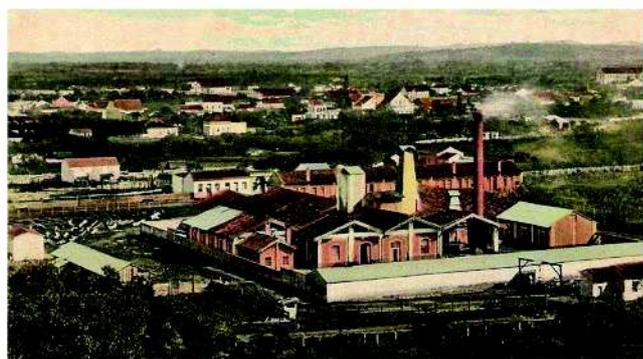
Figura 24 - Conjunto do São José e bambuzal



Fonte: Skyscrapercity(2011).

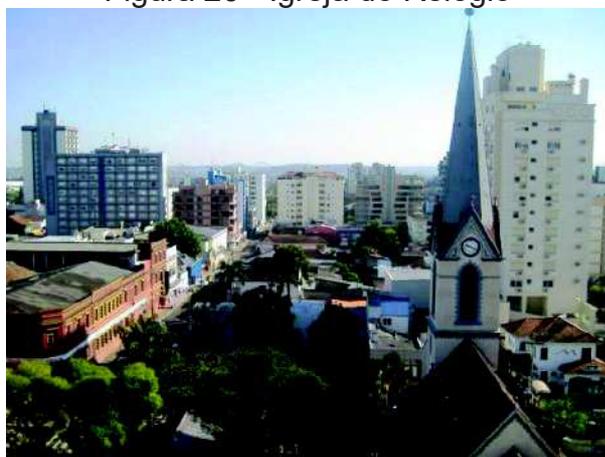
No passado, do alpendre do colégio São José era possível avistar a Praça do Imigrante, a Igreja Nossa Senhora da Conceição (católica) e o colégio Ginásio Conceição, considerado o primeiro ginásio oficial do Rio Grande do Sul (PEREIRA, 2013). No postal antigo(Figura 25) é possível ver em primeiro plano a edificação da fábrica de fósforos Lang & Wilkens, prédio ainda existente e, atualmente, sede da CEEE, e, ao canto direito superior, pode-se ver a edificação do Ginásio Conceição. Pelo ângulo da foto, o observador se encontrava no Morro Alverne olhando em direção ao centro da cidade. Essa relação visual foi quase perdida devida à verticalização do centro da cidade de São Leopoldo. Entretanto, ainda é possível visualizar a torre da Igreja do Relógio Luterana (Figura 26)de alguns pontos de vista.

Figura 25 - Postal do centro de São Leopoldo



Fonte: São Leopoldo([193?]).

Figura 26 - Igreja do Relógio



Fonte: Autor (2015).

A torre da igreja, na época de sua construção, era o elemento mais vertical da cidade, compondo uma dualidade com a torre da igreja católica, a qual se perdeu devido à verticalização de porções do centro histórico.

Figura 27 - Igreja do Relógio vista da Ponte 25 de Julho



Fonte: São Leopoldo ([194?]).

Na nossa área de estudo, ainda há mais uma visual de destaque a partir da torre da Igreja da Conceição. Petry (1966) sinaliza em seu livro *O Episódio do Ferrabraz* que tanto o morro Dois Irmãos como o Morro do Ferrabraz são visíveis do centro histórico de São Leopoldo, relação visual essa que ainda permanece.

Com essa breve análise, pode-se verificar que os pontos mais elevados da topografia de São Leopoldo foram destinados a edificações ligadas a ordens

religiosas. A imagem da cidade antiga era dominada por essas elevações e pela verticalização das torres das igrejas, panorama que mudou com a verticalização de parte do centro histórico, desconectando elementos que compunham uma paisagem harmônica. Esse é um problema muito comum nas cidades de médio porte como São Leopoldo, pois tal verticalização sem regramentos (o plano diretor municipal não estabelece limites de altura) acaba por produzir um centro histórico desfragmentado.

Ao descrever as elevações que contornam Sevilha, o IAPH faz uma minuciosa descrição dos processos de formação geo-histórica do território. Rambo (2015) também realiza esse tipo de descrição, logo, essa temática poderia ser utilizada em um guia de paisagem cultural produzido no Brasil, pois é a “transcendência paisagística dos processos geológicos” o que mais interessa.

O tema da hidrologia, como já foi referido no início desta pesquisa, tem grande ênfase no Guia de Sevilha. O guia trata hidrologia e riscos ambientais em capítulos distintos, que poderiam se unificados em uma análise de Paisagem Cultural realizada em São Leopoldo. No livro *A Fisionomia do Rio Grande do Sul* há várias informações sobre o assunto.

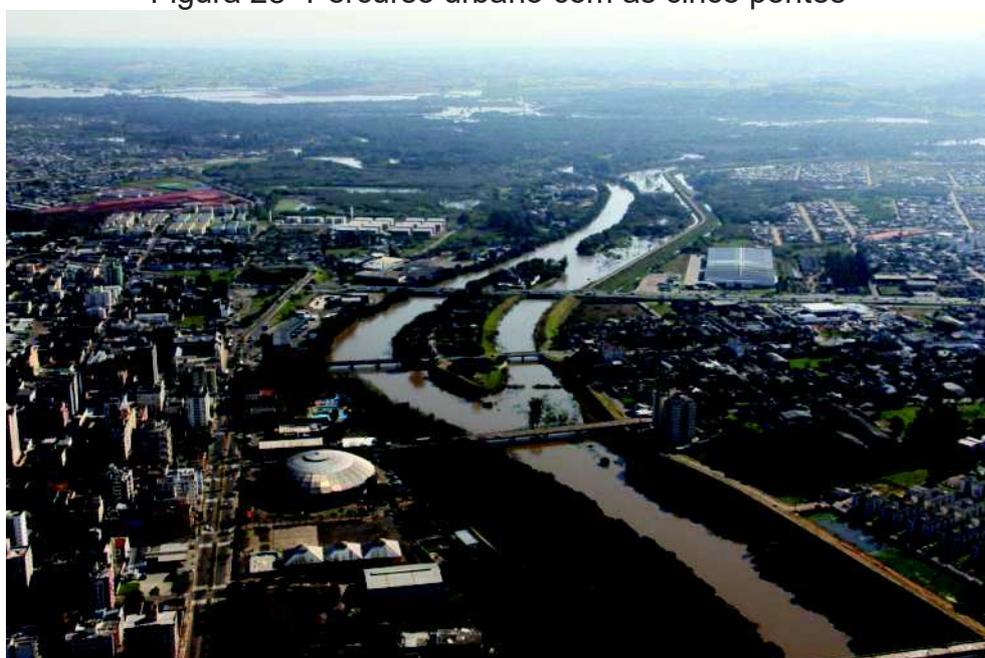
Hidrograficamente, todos os rios da região se dirigem ao Jacuí. O Rio dos Sinos, que corta a área de estudo, tem como principais afluentes o Rio Rolante e o Rio Paranhama. Segundo Stahnke (2008), a bacia hidrográfica do Rio dos Sinos abrange uma área de 4.328 Km², com extensão linear de 185 quilômetros, sendo abastecida por 65 arroios e banhando 32 municípios. A cidade de São Leopoldo está localizada na região inferior da bacia, em uma porção navegável do rio.

Quanto à fauna ligada ao rio, estão presentes o martim-pescador, o sapo-cururu, o cágado-de-barbicha, o jaçanã, o maçarico, o jacaré-do-papo-amarelo. São vinte e quatro espécies de peixe, entre elas o peixe dourado, em risco de extinção (STAHNKE, 2008). A poluição do rio, tanto pelo esgoto doméstico quanto industrial, aliada à remoção da mata ciliar, é apontada no projeto Monalisa (2006) como um dos principais danos ambientais ao ecossistema. A análise aprofundada das margens ribeirinhas, feita pelo IAPH em Sevilha, pode ser obtida em São Leopoldo por meio do relatório final do projeto Monalisa, ainda que essa análise seja focada nos danos ambientais.

Faz-se necessária uma análise dos bens culturais e dos usos das margens ribeirinhas do Rio dos Sinos na área de estudo. Ao analisar o Rio Guadalquivir, o IAPH segmentou a análise do rio nos trechos contidos entre as pontes. O Rio dos

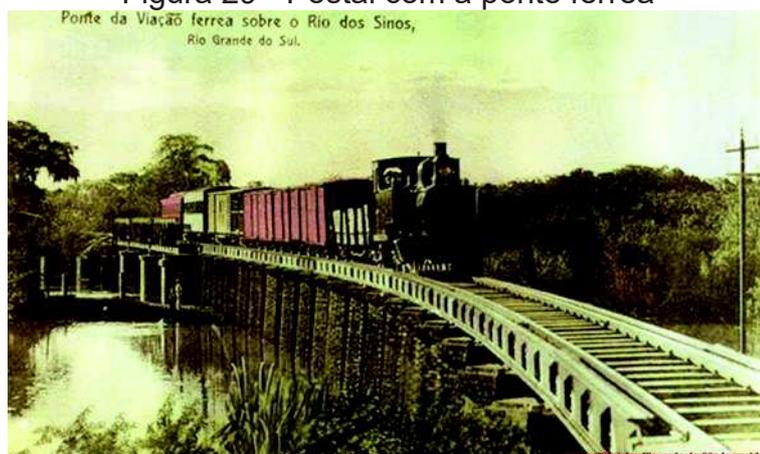
Sinos, no recorte aqui proposto apresenta quatro pontes: a ponte por onde passava a linha de trem desativada; a ponte da Avenida Mauá, por onde passam automóveis e o trem em operação; a ponte de veículos Henrique Roessler, ao lado do ginásio; a ponte 25 de Julho; e a Ponte da BR-116. A partir do trajeto fluvial nesse trecho, o espectador pode contemplar elementos de impacto visual e interesse paisagístico, como as chaminés de tijolos de antigas fábricas e as duas pontes históricas (sendo uma delas o primeiro bem tombado pelo IPHAE no Rio Grande do Sul), os muros de arenito no antigo cais do porto, a pira posicionada sobre o monumento ao imigrante e a ilha artificial criada após as obras de contenção do Rio dos Sinos.

Figura 28 -Percurso urbano com as cinco pontes



Fonte: SkyscraperCity (2011).

Figura 29 - Postal com a ponte férrea



Fonte:Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo([194?]).

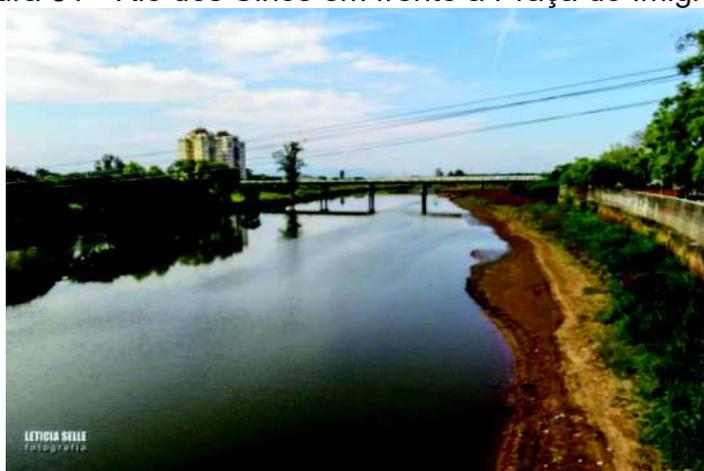
O trecho entre o Parque Imperatriz e a Ponte Férrea é um percurso de grande riqueza natural, nele os banhados estão protegidos e é possível visualizar como era o território antes da intervenção humana. A planície do Rio dos Sinos é o primeiro refúgio do meio ambiente em meio à grande conurbação urbana que se tornaram os municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia e São Leopoldo. Segundo Moehlecke (2010) até o ano de 1998, só havia três pontes ligando o centro histórico de São Leopoldo às regiões carentes da zona norte da cidade. A ponte da BR-116 (que não possui passeio de pedestres), a ponte 25 de Julho (que só recebeu passeio de pedestres em 1967), e a ponte ferroviária. Por isso, era comum que, quando as comunidades carentes buscavam se dirigir ao centro histórico, o fizessem atravessando a ponte férrea. Com o propósito de proteger a população, a PMSL demoliu as cabeceiras da ponte após o fim da ligação por trem a Novo Hamburgo. A ponte permanece um monumento isolado no meio do rio, sem conexões (Figura 30).

Figura 30–Rio dos Sinos trecho 01: Ponte de Ferro e o Trensurb.



Fonte: SkyscraperCity (2011).

Figura 31 - Rio dos Sinos em frente à Praça do Imigrante



Fonte:Selle(2015).

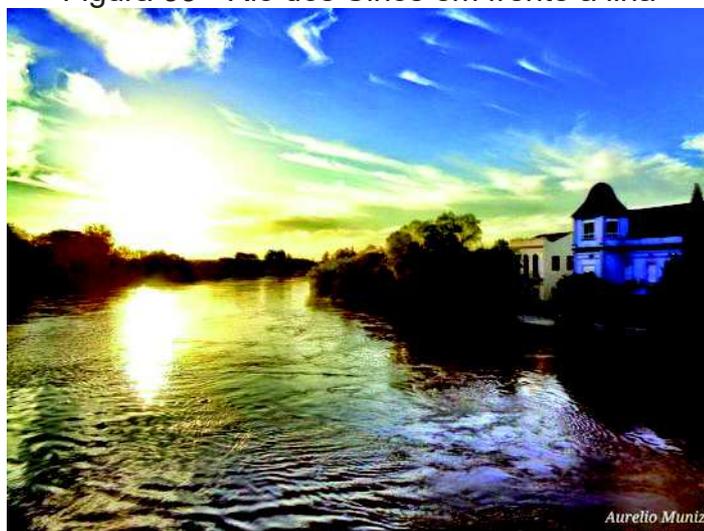
Figura 32–Rio dos Sinos trecho 02: Ginásio



Fonte: SkyscraperCity (2011).

No trecho sul há o Largo Rui Porto, onde está localizado o ginásio de esportes, pistas de skate e edifícios institucionais (Figura 32). É nesse largo que ocorre, desde a década de 1990, o carnaval de rua e a São Leopoldo Fest. Não há tratamento paisagístico da orla, e a vegetação possível de se observar na foto é considerada invasora pela PMSL, que já realizou sua remoção em 2012 (Figura 31). A remoção dessa vegetação do canal entre os diques serviu para demonstrar como a cidade carece de um projeto paisagístico para a orla.

Figura 33 - Rio dos Sinos em frente à ilha



Fonte: Muniz(2015).

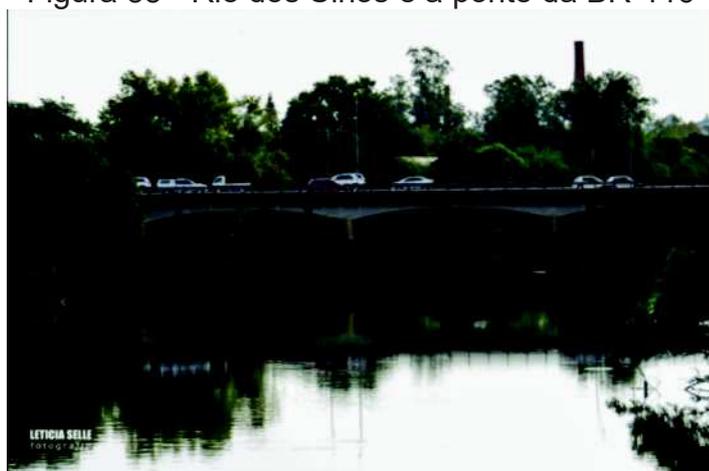
Figura 34–Rio dos Sinos trecho 3: centro histórico



Fonte: SkyscraperCity (2011).

O trecho entre a ponte Henrique Roessler e a Ponte 25 de Julho apresenta um conjunto arquitetônico já protegido por estar em área de entrono de tombamento do IPHE e é a região que se encontra em processo de tombamento federal desde o ano de 2012. Na margem do centro histórico estão localizadas as piscinas do clube Orpheu (Figura 34).

Figura 35 - Rio dos Sinos e a ponte da BR-116



Fonte:Selle (2015).

Figura 36–Rio dos Sinos trecho 4: BR 116



Fonte: SkyscraperCity (2011).

A área entre a ponte 25 de Julho e a BR-116 também se encontra no entorno da proposta para tombamento federal. Ali está a Rua da Praia, um balneário da cidade e o único ponto do centro histórico onde é possível ter um contato direto com o rio dos Sinos. Ali também está localizado o clube de regatas Humaitá (Figura 36).

Figura 37 - Encontro entre o Rio dos Sinos e o canal



Fonte: Rolim (2015).

Figura 38–Rio dos Sinos trecho 05: banhados



Fonte: SkyscraperCity (2011).

Após a BR-116, há um trecho ocupado por um estabelecimento comercial, onde, nos finais de semana, a população pode se reunir para acompanhar o pôr do sol. Dali é possível observar a paisagem onde a chaminé de tijolos de uma indústria desativada é o elemento visual marcante (Figura 38).

O Rio dos Sinos segue um trajeto sinuoso em direção do Rio Jacuí, em uma planície alagadiça que apresenta ponto de invasão e moradias de famílias de baixa renda (Figura 39).

Figura 39–Vista aérea da Zona Urbana de São Leopoldo



Fonte: SkyscraperCity (2011).

A vegetação da região inferior do Rio dos Sinos era originalmente composta por floresta estacional semidecidual. O ipê-amarelo, o ingazeiro, a maricá, o aguapé e o cipó-olho-de-boneca são espécies nativas da região (WEISSHEIMER, 2006). Contudo, esse território foi desmatado para o plantio de fumo, feijão e áreas de pastagem.

O brejo é constante na região de São Leopoldo, e, segundo Rambo (2015, p.155): “Nos arredores de São Leopoldo, por exemplo, os capões, o pantanal, os largos anteparos de galeria e as porções fechadas de mata virgem limitam o campo aberto às partes mais secas e desabrigadas das elevações”. O capão é uma formação vegetal típica da região Sul do Brasil, cujo nome vem do idioma indígena tupi, o que significa mata redonda. Rambo descreve (2015, p.156):

Um dos mais belos ornamentos da Depressão Central, principalmente da sua porção leste, são os capões. Nas coxilhas das cercanias de São Leopoldo, por exemplo, não existe manancial de água nas abas que não venha assinalado por essa formação, mas também em outros lugares, muitas vezes sem razão visível, aparecem essas manchas de mato nitidamente delimitadas contra o campo seco.

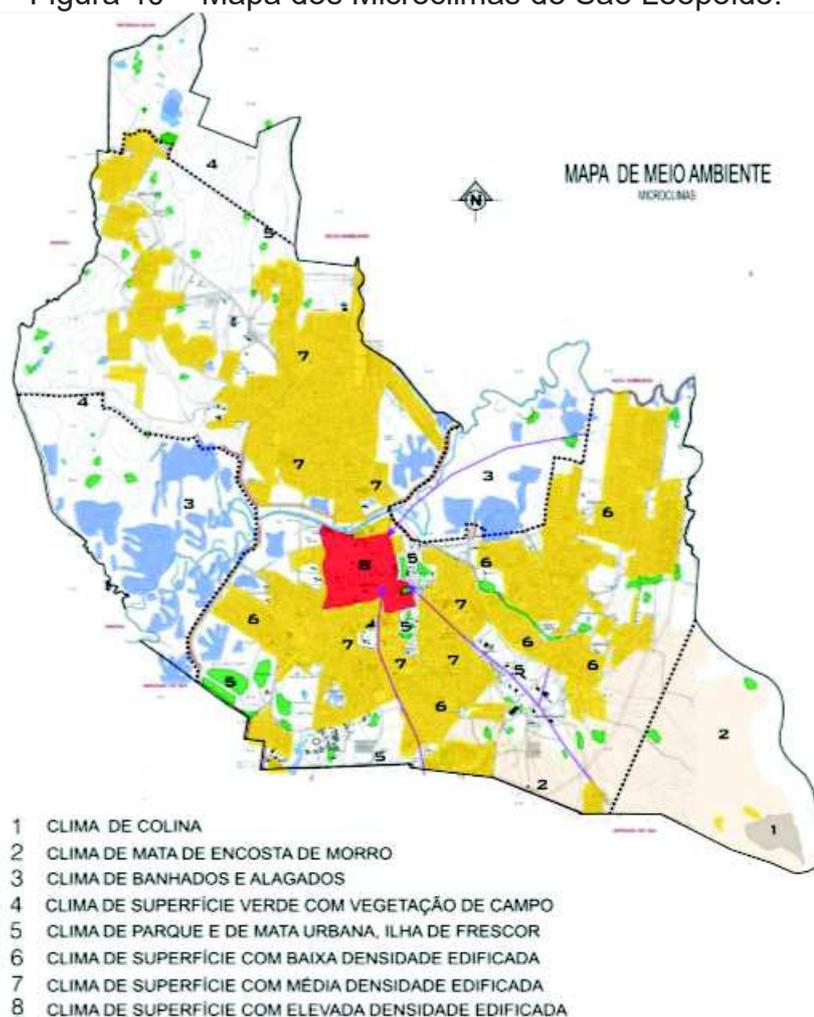
Nesses capões há a presença de espécies vegetais como a aroeira, assobieira, aroeira-salsa, maria-mole, cedro, canjerana, louro, figueira, jervá, chá-de-bugue, mamica de cadela e camboatá. Rambo (2015) também reafirma a

presença do ipê-amarelo, bem como refere a abundância de jerivás, chegando a defini-los da seguinte maneira: “os jerivás crescem aos milhões dentro de uma mata que poderia ser chamada uma edição palustre das selvas da Serra Geral.”(RAMBO, 2015, p.161).

O clima é abordado de forma objetiva no GPHUS, com a apresentação de média pluviométrica e tabela climática. Para São Leopoldo, esses gráficos são disponibilizados pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) ou pela estação meteorológica no Parque da Imperatriz, operada pela Metsul Meteorologia.

Segundo Hackbart (2012, p.01), meteorologista diretor da MetSul, “durante vinte (20) anos de estudo, observações e registros, [...], de forma pioneira, elaborou o Mapa Climático do Município de São Leopoldo. Foram identificados oito (8) microclimas diferentes no Município” (Figura 40).

Figura 40 – Mapa dos Microclimas de São Leopoldo.



Fonte: SEPLAN (2006).

O principal corredor de vento, como informa Hackbart (2012), está sendo bloqueado pela verticalização urbana, mesmo após estudos encaminhados ao Conselho Municipal do Plano Diretor – COMPLAD durante o processo de elaboração do atual plano diretor, em 2006, que recomendava:

(...) não autorizar a construção de edifícios ao longo da Av. Wilhelm Rotermund no bairro Morro do Espelho, para evitar o bloqueio, efeito tapume, do principal corredor de vento, de refrigeração, em direção ao centro da cidade. Durante o ano o vento predominante sopra do quadrante Leste (nordeste-leste-sudeste), em oito meses: em janeiro, fevereiro, março e abril e depois em setembro, outubro, novembro e dezembro. (HACKBART, 2012, p.1).

O ciclo natural de elevação do nível do rio foi o elemento conformador da paisagem urbana da cidade, já influente no primeiro código de posturas municipal (OLIVEIRA, 2009), que veio a propor que as edificações fossem elevadas do solo, com os embasamentos ventilados. Muitos dos problemas do passado e da atualidade da cidade estão relacionados ao período de chuvas. Atualmente, a degradação da mata ciliar do Rio dos Sinos, mesmo em municípios distantes pode levar a deslizamentos de terra que inviabilizam o consumo da água (Figura 41), levando à interrupção do abastecimento (BECK, 2017).

Figura 41 - Água do Rio dos Sinos



Fonte: Muniz (2017).

Com a análise das características geológicas, hidrográficas, climáticas e de vegetação, deve-se refletir se a área em estudo possui uma homogeneidade que garanta uma classificação única (IAPH, 2015a). No caso de São Leopoldo é

difícil, sem o auxílio de biólogos, definir claramente quantas unidades físico-ambientais existem no território. No caso de Sevilha, a paisagem histórico-urbana foi dividida em três setores: depressão do Rio Guadalquivir; as escarpas dos morros Aljarafe e Alcores; os campos de Carmona e Gerena. A análise de cada uma dessas três unidades físico-ambientais demonstra suas distinções e como o ser humano de apropriou de diferentes maneiras de cada uma delas (IAPH, 2015a).

Pode-se afirmar que a planície onde se desenvolveu o centro histórico da cidade de São Leopoldo era área inundável do Rio dos Sinos. A região nordeste do recorte de estudo, é atualmente a porção mais verticalizada mas era, no passado, um pântano. Ainda há uma grande área de preservação ambiental no entorno do Rio dos Sinos, onde o dique acaba sendo um limite para a expansão da cidade. Há nesta região o Parque da Imperatriz, que regularmente fica sob o nível das águas. Nessa área mata é densa. Conforme se afasta do Rio dos Sinos, começam a surgir coxilhas e a vegetação se torna esparsa, sendo o campo o predomínio com a presença dos capões. Nesse local, ocorre a presença dos tabuleiros de arenito, onde a vegetação é predominantemente herbácea (RAMBO, 2015).

Oficialmente, a cidade possui oito unidades de conservação (SEPLAN, 2006), formadas por ecossistemas diferenciados (banhados, topo de morro, bosque nativo, bosque de espécies cultivadas), sendo duas delas estaduais: Reserva Florestal Padre Balduino Rambo e Parque de Recreação do Trabalhador (Quadro 6).

Quadro 6- Unidades de Conservação

Unidades de Conservação	
Parque Natural Municipal Imperatriz Leopoldina	Área: 170 ha
Parque Municipal Henrique Luiz Roessler	Área: 16 ha
Parque Ecológico Sociedade Ginástica de São Leopoldo	Sem dados
Parque Ecológico Morro do Paula	Área: 60 ha
Reserva Florestal Padre Balduino Rambo	Área: 566 ha
Parque de Recreação do Trabalhador	Área: 822,4 ha
Mata do Daniel	Área: 16,32 ha
Base Ecológica do Rio Velho	Área: 7,13 há.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de SEPLAN (2006).

De todas estas unidades de conservação, apenas o Parque Ecológico Sociedade Ginástica de São Leopoldo se encontra na área de estudo aqui proposta.

Entretanto, em 2006, a SEPLAN produziu um mapa temático indicando os recursos florestais a serem preservados que ainda não estavam categorizados. A Ilha (Figura 28) e o conjunto do São José (Figura 24) são apontadas neste mapa temático como áreas a serem preservadas. Ambas as áreas são de grande relevância ambiental e cultural para a cidade de São Leopoldo por conterem edificações inseridas no inventário municipal de bens culturais.

Em relação à Ilha de São Leopoldo, é importante ressaltar a sua privilegiada inserção na paisagem urbana. É possível afirmar que em São Leopoldo as potencialidades visuais e culturais desse espaço lhe conferem singularidade em toda a região metropolitana. A começar pelo fato de a ilha ser o único território urbano de São Leopoldo a ter contato direto com as águas do rio dos Sinos, sendo que a praia existente na ilha ainda é utilizada pela população como balneário e espaço de lazer. Do ponto de vista do patrimônio edificado, a primeira edificação tombada pelo IPHAE, a Ponte 25 de Julho, realiza justamente a conexão entre o Centro Histórico e a ilha. E ainda podemos encontrar um acervo de importantes construções para a história do município como o Cais do Porto. Rolim (2015) apresenta um diagnóstico de possibilidades de intervenções naquele espaço que poderiam melhorar a fruição do Centro Histórico de São Leopoldo. A autora é coerente ao afirmar que a ilha sofre um processo de esquecimento. O plano diretor municipal (SÃO LEOPOLDO, 2016) reconhece parcialmente aquele espaço como Área Especial de Interesse Cultural – AEIC,(Figura 42):



Fonte: Rolim (2015).

Entretanto, esse reconhecimento nada mais é do que a adoção da área de entorno do tombamento da Ponte 25 de Julho (IPHAE, 2001), o qual possui uma poligonal que confere diferentes regimes urbanísticos a um território que deveria ser tratado em sua integralidade.

Quanto à definição dos ecossistemas, a análise é mais complexa, já que ecossistema é compreendido como um sistema onde todos os indivíduos se relacionam de forma a garantir a sua perpetuação. No estudo de Sevilha, buscou-se analisar tanto os ecossistemas do entorno da área de estudo, como os da área de estudo. Os ecossistemas encontrados foram classificados em duas categorias, os simplificados e os complexos. Os simplificados são aqueles que a ação humana causou redução da diversidade, enquanto que nos complexos ainda se preservam majoritariamente as características naturais. Um exemplo de ecossistema simplificado é a cidade em si, sua área urbana, com seus parques, arborização viária, praças e fauna. A constatação desse estudo foi a baixa presença de sistemas complexos, onde ainda persistem as boas condições naturais. (IAPH, 2015a).

Segundo a classificação dos ecossistemas brasileiros, São Leopoldo fica no limite entre a Mata Atlântica e o Pampa. É a bacia hidrográfica do Rio dos Sinos que promove um corredor de mata atlântica em meio a uma planície de campos. A conurbação das cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo é um grande risco à bacia hidrográfica do rio, e o centro histórico em si já foi uma intervenção em uma área de banhado que transformou a paisagem. Ao observar as fotos áreas ilustradas nas Figura 28 e Figura 39, apresentadas anteriormente, é possível constatar como o centro histórico da cidade ocupa um território que era naturalmente área de banhado, e que o Rio dos Sinos, no trecho urbano, assim como o canal, o dique e a ilha são intervenções do homem ao meio natural. Esse tipo de intervenção, onde o homem reagiu a um fenômeno natural (as inundações) e constituiu um território peculiar (a ilha), é de relevante importância, porque isso configura o conceito de paisagem.

4.1.1 Alterações Ambientais

Alterações ambientais é um tema que vem sendo tratado nesta dissertação, juntamente com cada assunto estudado. É assim no GPHUS também. Agora serão apresentados os indicadores de poluição atmosférica e outras alterações ambientais

como as hídricas e acústicas. No caso de Sevilha, há estudos como o mapa de ruídos, que buscam identificar os agentes emissores e propõem ações para mitigar os danos à saúde (IAPH, 2015a).

Nesta dissertação, já foram abordados alguns problemas ambientais. Somado aos problemas de poluição da Bacia do Rio dos Sinos, seria interessante, no caso de São Leopoldo, observar o sentido dos ventos, já que a cidade acontece majoritariamente em uma planície cercada de coxilhas e elevações, onde a verticalização das edificações poderia influenciar nas correntes de ar, prejudicando o conforto térmico da cidade. Essa é inclusive a principal reivindicação do movimento comunitário denominado Amigos do Morro do Espelho. Segundo Hackbart (2012, p.01), “o centro da cidade é uma grande ilha de calor por causa da grande concentração de prédios, apresentando uma temperatura de três (3) graus Celcius até cinco (5) graus Celcius em relação aos micro climas adjacentes”.

A conscientização a respeito de algo perceptível, como o vento e as correntes de ar, pressupõe um grau de compreensão que o poder público de São Leopoldo parece não possuir. Ainda não há nenhum tipo de ordenação das alturas das edificações a não ser as promovidas pelos recuos e afastamentos das divisas. Aplicar o mesmo regimento urbanístico a todo território da cidade pressupõe que todas as características físicas de topografia, insolação, ventos, microclimas e vegetação sejam as mesmas.

Hackbart (2012) chama a atenção que, no caso de São Leopoldo, as correntes de ar assumem uma influência nos microclimas devida à baixa arborização urbana existente. A observação de fotografias antigas informa que a cidade já teve planos de arborização, ora com jervás, ora com plátanos. Ambas as espécies foram suprimidas e, desse modo, no centro histórico, é comum ver quarteirões sem a presença de nenhuma espécie vegetal. Aliado a isso temos o asfalto em quase a totalidade das vias, independente da hierarquia viária, o que leva a uma impermeabilização do solo e um aumento da temperatura.

Outro tema de alteração ambiental pouco combatido na realidade da cidade é a poluição visual. Ao contrário de cidades como Caxias do Sul, que criou a lei Cidade Limpa (CAXIAS DO SUL, 2012), São Leopoldo elaborou um projeto de lei no ano de 2010, com a participação do COMPLAD e do COMPAC, que segue aguardando o cenário político ideal para sua apreciação pela Câmara de Vereadores. Dessa maneira, a paisagem urbana do centro histórico da cidade tem

sido afetada, sendo aos poucos esquecida pela população, pois o “excesso de anúncios obstrui o acesso visual aos registros do passado, impedindo a evocação da memória, e esconde obras da arquitetura contemporânea, que muitas vezes têm reconhecido valor cultural” (CAXIAS DO SUL, 2012).

A lei Cidade Limpa nos parece importante porque Caxias do Sul e São Leopoldo são municípios próximos, ambos com forte presença do comércio na arrecadação municipal. A lei de Caxias fala em “direito social sobre a paisagem”, o que pode, em tese, abrir a possibilidade de a sociedade exigir, por meio do Ministério Público, a proteção deste bem público que é a paisagem.

Acreditando que a sociedade tem direito sobre a paisagem que historicamente é construída, o dispositivo legal que ora proponho tem como propósito somar-se à legislação que trata do patrimônio cultural, complementando-a no **sentido de garantir o direito social sobre a paisagem** sem a necessidade da intervenção do poder público via processo de tombamento. (CAXIAS DO SUL, 2012, grifo nosso).

4.1.2 Articulação Territorial

O IAPH apresenta como finalização à *Caracterização do Meio e Articulação Territorial*, um conjunto de mapas territoriais de Sevilha, não só da atualidade, mas de distintos períodos históricos, de maneira que é possível visualizar a articulação da cidade com o entorno e como o desenvolvimento orientou a urbanização. Esses mapas são esquemáticos e possuem similaridade com os propostos por Lynch (2011). Os mapas criados pelo IAPH ilustram períodos históricos que são apresentados no guia com o sugestivo nome: *A Cidade e o Tempo*. O instituto preferiu separar a análise do meio físico da análise dos processos históricos, mas, os mapas de articulação territorial poderiam ser apresentados junto à descrição sucinta dos períodos que *A Cidade e o Tempo* apresenta. Dessa forma, a descrição do processo histórico seria mais ilustrativa.

No caso de São Leopoldo, poderiam ser produzidos cinco mapas históricos, além do mapa da articulação territorial contemporânea. Essa suposição é baseada no estudo de Harres (2009) que será apresentado adiante. O primeiro mapa deveria identificar os povos indígenas, localizando os sítios arqueológicos já cadastrados na região; o segundo, da colonização luso-brasileira, ilustrando a Feitoria Velha, a Estância do Gravataí, as sesmarias que existiam na região e sua articulação por rio com a capital, Porto Alegre. O terceiro poderia demonstrar a formação dos núcleos

urbanos de Lomba Grande, Feitoria, São Leopoldo, Piedade, Bom Jardim e da porção implantada do plano piloto de 1833, os lotes da imigração, as estradas e linha que conectavam o território. O quarto mapa ilustraria a chegada do trem, a construção das estradas de concreto que conectaram os povoamentos à capital, o surgimento de zonas industriais, os planos de melhoramento urbano do Coronel Theodomiro Porto da Fonseca, o surgimento dos loteamentos projetados além do plano piloto de 1833. O quinto mapa apresentaria a São Leopoldo da metropolização, o processo de conturbação urbana com Novo Hamburgo, Sapucaia, Portão, a construção do Trensurb, do campus da UNISINOS, a explosão dos loteamentos irregulares, da ocupação das áreas de banhados. E, enfim, o sexto e último mapa seria a cidade atual, o importante papel do trem metropolitano, da BR-116, do polo tecnológico de informática. Isso são apenas hipóteses, pois a quantidade de mapas dependeria dos resultados da pesquisa *A Cidade e o Tempo*, no caso de São Leopoldo.

Essa parte da dissertação tratou da análise da paisagem com ênfase nos aspectos naturais. Abordaram-se seis temas principais: geologia, hidrografia, clima e vegetação, unidades físico-ambientais e articulação territorial. Buscou-se demonstrar que a bacia hidrográfica do Rio dos Sinos foi alvo de estudos e análises por vezes similares às produzidas pelo IAPH. Entretanto, a pertinência de uma análise aprofundada de arqueologia e paleontologia foi uma lacuna percebida e que deve ser levada em consideração, principalmente pela pouca disponibilidade de profissionais habilitados na área (VILLELA, 2014). A inserção da articulação territorial também deve ser revista, já que os mapas apresentados antes dos processos históricos faz com que sua apreciação seja descontextualizada. Após a análise do centro histórico de São Leopoldo, fica evidenciado que o recorte proposto no início desta dissertação é reduzido frente às possibilidades que o estudo da Paisagem Cultural em Sevilha realizou.

4.2 São Leopoldo, a Cidade e o Tempo

No capítulo da *Cidade e o Tempo*, em Sevilha, o guia iniciou uma análise dos processos históricos que ocorreram ao longo da história de Sevilha, sempre condicionados pela geografia. No caso de Sevilha, a descrição retorna à pré-história, abrange o período romano, o período medieval, a formação do estado nacional, a

idade moderna e a idade contemporânea (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Quadro 7 - Estrutura do Capítulo A Cidade e Tempo no Guia de Sevilha

4. Capítulo: A Cidade e o Tempo - Sevilha	
Subcapítulos	Divisões
4.1 De um território polinuclear à consolidação da cidade amuralhada.	origem e distribuição dos primeiros assentamentos urbanos. integração em uma área econômica colonial mediterrânea. conformação de um território urbanizado. consolidação da cidade fortificada.
4.2 Universalização da cidade.	Sevilha baixo medieval. Sevilha e América.
4.3 Industrialização e mudança social.	novos espaços para uma nova sociedade no centro histórico . expansão da Cidade.
4.4 Grandes eventos internacionais do século XX.	Exposição Iberoamericana de 1929. Exposição Universal de 1992.

Fonte: IAPH (2015a), resumido pelo autor (2017).

O estudo encontrado em São Leopoldo que mais se aproxima do que foi produzido pelo IAPH é o chamado projeto Revita, organizado pela UNISINOS no ano de 2009, por meio de um convênio entre a universidade e a Secretaria Municipal de Cultura. A história de São Leopoldo é muito mais recente que a de Sevilha, aproximando-se de dois séculos. No Revita, como a grande maioria dos estudos realizados em São Leopoldo, pouco se aborda da utilização do território nos períodos pré-colombianos e brevemente se relata a existência de povos indígenas antes da chegada dos primeiros desbravadores do território de origem luso-brasileira (WEIMER, 2006).

Durante a elaboração do Plano Diretor Participativo de 2006, a SEPLAN publicou o documento denominado “Leitura da Cidade”, que fundamenta o anteprojeto de lei do plano diretor de São Leopoldo. Neste caderno, a origem da cidade é definida com a data de 25 de julho de 1824, o que se torna problemático para um documento oficial do poder público que se intitula como participativo (SEPLAN, 2016). Ao adotar a data de 1824 como a origem, o poder público ignora a participação que as comunidades indígenas e, posteriormente, os lusos e escravos

tiveram na formação da cidade. Isso irá repercutir inclusive na imagem da cidade, nos monumentos e nos discursos. Prova disso ocorreu no ano de 2010, com a apresentação do anteprojeto (Figura 43) da nova Prefeitura Municipal de São Leopoldo (STOCKER JUNIOR, 2010). O projeto acabou sendo alterado com a retirada dos elementos alusivos ao enxaimel, após manifestação da sociedade coordenada pelo IAB, DCE UNISINOS, e dos diretórios acadêmicos de Arquitetura da UNISINOS, FEEVALE e UFRGS.

Figura 43 – Prefeitura com técnica construtiva imitando o enxaimel



Fonte: Stocker Junior (2010).

Uma consulta ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos– CNSA, do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico Brasileiro –SGPA, o qual apresenta os sítios arqueológicos brasileiros cadastrados no IPHAN, resulta em quatro registros para a cidade de São Leopoldo, são eles o Estádio do Aimoré, o Lar da Menina Pobre de São José, a Feitoria Velha e o Morretinho.

O do sítio Estádio do Aimoré é um sítio pré-colonial, onde foram encontrados, no ano de 1965, artefatos cerâmicos de tradição tupi-guarani da fase maquiné. O arqueólogo responsável pela pesquisa foi o Padre Ignácio Schmitz. O acervo coletado encontra-se no Instituto Anchieta de Pesquisas – IAP. O Lar da Menina Pobre de São José (Figura 24), assim como a Feitoria Velha e o Morretinho, são sítios arqueológicos com as mesmas características do anterior, também estudado por Schmitz.

Estes quatro sítios encontrados indicam que há sítios arqueológicos no município e outros podem ser encontrados. No CNSA, o município vizinho de Novo Hamburgo já tem registrados 31 sítios arqueológicos.

A Feitoria Velha, construção tombada pelo IPHAE (Figura 6) é um espaço que apresentava uma proposta museográfica inadequada até ser fechado devido ao estado de deterioração. Se a intervenção arquitetônica de Theo Wiederspahn, na década de 1940, possui um valor didático na história da atuação do IPHAN, no Rio Grande do Sul, como é apresentado por Meira (2008), e a passagem do tempo é condescendente com o bem cultural edificado, já que a intervenção em si é tão antiga quanto outras edificações inventariadas. Na última proposta, a construção passava a ilusão de ter sido a residência de uma família germânica, com a exposição de mobiliários oriundos de outras construções e, somado a isso, houve a transferência de lápides de cemitérios do período da imigração, que passam uma imagem ao visitante que, junto a casa, no passado, houve um cemitério (LINCK, 2015). É omitida toda a história da Real Feitoria do Linho Cânhamo, em um processo que Follmann e Pinheiro (p.146, 2011) definem como *usurpação cultural* de um espaço:

quando, através de um discurso ideológico, se aproxima o fato de São Leopoldo ser o “berço da colonização alemã” à ideia da origem histórica de São Leopoldo, esvaziando o significado histórico da Casa da Feitoria, está se evidenciando algo que poderia ser denominado de *usurpação cultural*.

A presença de mão de obra escrava, bem como sua contribuição para a sociedade de São Leopoldo, é marcada por um histórico de “profunda discriminação contra os negros”. Segundo (FOLLMANN; PINHEIRO, 2011, p.143):

Os muitos contatos realizados ao longo do processo da pesquisa sobre os afrodescendentes em São Leopoldo têm mostrado que, historicamente, as populações negras foram relegadas a áreas periféricas da cidade. Pouco se conhece sobre a população negra, mas quase todos sabem assinalar onde se localizam: na Lomba Grande, no Morro dos Quilombos, na Vila do Quilombo, no Bairro Feitoria, na “Rua da África” da Vila Duque, etc.

Com isso, um eventual guia da Paisagem Cultural de São Leopoldo não poderia perpetuar esse processo de ocultação da população negra. A área que foi definida na fase de projeto de pesquisa como centro histórico da cidade, com base

no inventário de bens edificados feito por Neutzling³ (2016), é influenciada pela visão eurocentrista aqui criticada. Sem o auxílio de pesquisadores do campo da sociologia, é possível que um guia da Paisagem Cultural cometa o equívoco de ser uma representação da cultura dominante, cujo foco é exclusivo sobre a cultura germânica.

Os artigos encontrados que tratam sobre o tema da escravidão em São Leopoldo são oriundos do curso de Sociologia da UNISINOS e, em sua maioria, possuem como data de publicação a última década, sendo posteriores ao Revita (2009) e à Leitura da Cidade (SEPLAN, 2006). Entretanto, sabe-se, desde a publicação de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, por Fernando Henrique Cardoso, na década de 1960, que a escravidão no Rio Grande do Sul tem sido mascarada por um equívoco histórico, que busca transmitir a ideia que os colonos não fizeram uso desse tipo de mão de obra, ou que as relações entre escravos e senhores eram afetivas.

Diante do exposto, um guia da Paisagem Cultural de São Leopoldo, ao abordar a formação dos núcleos de povoamento, deveria incluir os povos indígenas e os negros na história. Reconhecida esta lacuna do Revita, observa-se como Harres (2009) dividiu as fases da cidade, definindo a 1ª fase de São Leopoldo como o ocorrido entre os anos de 1824 até 1845, abrangendo o fim das atividades da Real Feitoria, a chegada dos colonos e a formação do núcleo urbano da vila de São Leopoldo.

Weimer (2006) relata que a Real Feitoria era um empreendimento imperial com o objetivo do plantio do linho cânhamo como matéria-prima para a produção de cordas de navio, inicialmente em Canguçu e, posteriormente, transferida para o Faxinal do Courita, atual São Leopoldo, no ano de 1788.

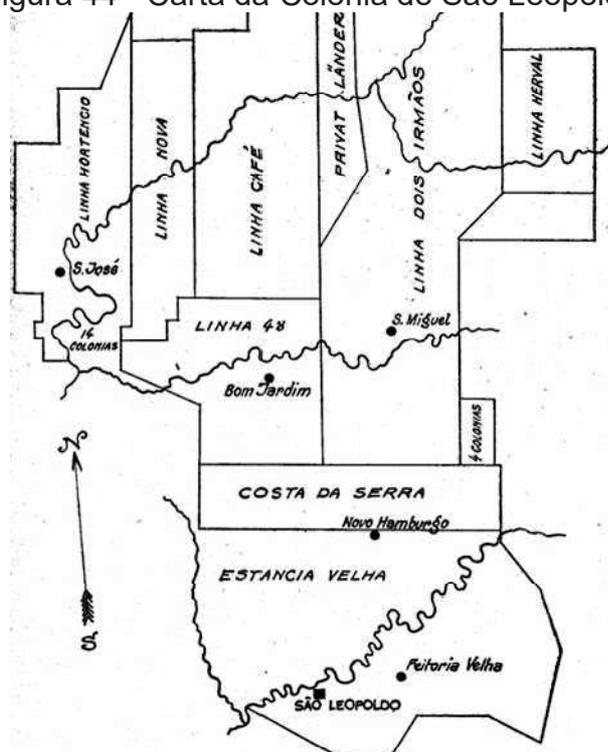
A data de 25 de julho de 1824, definida oficialmente como aniversário do município e celebrada como data da chegada dos primeiros casais de colonizadores, é uma data comemorativa, já que, segundo relata Trespach (2014), a chegada ocorreu dois dias antes. O autor informa que, enquanto aguardavam a demarcação dos lotes, os casais aguardaram na única habitação que havia na região, a sede da Real Feitoria. Dreher (2011) informa que ali aconteceu o primeiro culto da fé luterana

⁹ Contratada em 2013, a pesquisadora propôs a retificação da área de estudo com intuito de incluir a Feitoria Velha no inventário municipal.

de uma forma sistemática, com regularidade, fazendo com que a casa da Feitoria esteja presente na historiografia luterana no Brasil.

Segundo Harres (2009), a medição judicial para demarcação dos primeiros lotes coloniais foi finalizada em 19 de novembro de 1824, não sem contestações e conflitos, pois a região trazia as marcas de uma ocupação anterior, que datava do século XVIII (Figura 44).

Figura 44 - Carta da Colônia de São Leopoldo



Carta da Colônia de São Leopoldo

Fonte: Harres (2009).

Harres(2009) informa que, em 1825, em um ofício ao governo imperial, é relatada a existência em São Leopoldo de 269 indivíduos de origem germânica, 48 indivíduos provenientes da Ilha dos Açores, dois portugueses e um italiano. Nesse primeiro período, aponta Fernandes (2015), entre os imigrantes de origem teuto, existia uma igualdade de pouco recursos financeiros e os casamentos ocorriam normalmente por escolha dos noivos, sendo inter-religiosos. Segundo Petry (1966), a ausência do estado e da igreja promoveu um terreno fértil para o surgimento de curandeiros, escolas organizadas pelos colonos e grupos de estudos religiosos.

pântano, que, inicialmente, não foi ocupado. Isso explica porque não há presença de edificações históricas nessa parte do centro histórico, que, atualmente, é a parte mais verticalizada.

A maioria das ruas possui o nome de santos católicos, o que era comum nas cidades luso-brasileiras, mas é incomum acontecer em uma cidade que então era majoritariamente luterana, sendo que a maioria desses nomes persiste até a atualidade. Este plano foi parcialmente implantado, sendo a Rua Santo Agostinho a última a ser efetivamente construída, já que o plano previa um crescimento no sentido leste-oeste da cidade, mas o que se observou na prática foi um crescimento no sentido norte-sul. Posteriormente, o lado leste da cidade se desenvolveu, enquanto que a porção oeste (cuja ocupação havia sido projetada em 1833) só foi devidamente ocupada a partir da década de 1990, com projetos de habitação de interesse social. Isso se deve à articulação territorial, à influência dos povoados vizinhos e às estradas de interligação, e povoações como Piedade (nome católico de Hamburgo Velho), Feitoria Velha, Lomba Grande, e a capital, Porto Alegre, que promoveram um crescimento no sentido oposto ao planejado.

Figura 46- Plano Piloto



Fonte: REVITA (2009).

Ao fim da Rua do Passo (atual Independência), no encontro da Rua Bella (atual Dom João Becker), foi reservado um espaço para a construção de uma praça. Por muito tempo esse espaço foi chamado de Praça da Igreja, sendo o ponto de encontro das lavadeiras. O início da construção dessa praça ocorreria efetivamente

quase cem anos depois, em comemoração ao centenário da imigração, motivo pela qual a praça foi chamada inicialmente de Praça do Centenário (atual Praça do Imigrante⁴), de acordo com Harres (2009). O monumento ao Imigrante, que funcionava como uma pira junto ao Rio dos Sinos, foi inaugurado em 1924 (incompleto) e a urbanização da praça só foi concluída dez anos depois (HARRES, 2009). Em 1845, o povoado atinge uma população de aproximadamente 5.393 habitantes, e, no ano seguinte, é elevada à categoria de cidade.

O segundo período do desenvolvimento da cidade é definido por Harres (2009) como o tempo entre os anos 1846 até 1864. Segundo impressões publicadas em 1846, pelo jesuíta Juan Maria Gutierrez, que passou em missão, São Leopoldo:

apresenta uma povoação com casas pobres, onde destacavam-se a Igreja Católica, a casa de culto Luterana e uma casa de baile limpa e espaçosa, sendo que a rua principal lembrava as notas do canto gregoriano em um missal de coro, tal era a irregularidade na colocação de portas e janelas. Por sua vez, a colônia era cortada por caminhos e picadas que permitiam o trânsito de cavalos e carroças, onde, podia-se dizer, sem exagero que se caminhava por entre perfume de flores, e onde espaçavam-se a casa dos alemães. (GUTIERREZ apud TRAMONTINI, 2000, p.302).

Em 15 de maio de 1846 houve a fundação da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (em uma capela primitiva). Fernandes (2015, p. 68) relata que no ano de 1849 ocorreu a primeira ação missionária dos jesuítas alemães na região, os quais combateram “combateram os matrimônios mistos exigindo da parte protestante a conversão ao catolicismo, celebrando os casamentos no rito católico e que as crianças, fruto destas relações, fossem batizadas católicas”. A partir da chegada dos jesuítas, e com a proibição dos casamentos mistos, a sociedade teuto que até então estava unificada, passa a ser dividida em dois grupos: católicos e luteranos.

Instalou-se a 1º Câmara Municipal em sede alugada. Tramontini (2000, p.05) relata que “a nova Câmara, que passava a ser o centro administrativo da Colônia, se compunha exclusivamente de membros do grupo luso-brasileiro local”. Nesse período, segundo o autor, ainda não havia se desenvolvido na cidade a noção de germanidade, sendo que o colono imigrante não participava das decisões políticas. O autor relata que isso não significa que houvesse uma apatia social por parte do

¹⁰ Praça da Igreja, Praça do Centenário, Praça Tiradentes e finalmente Praça do Imigrante, foram os nomes atribuídos ao principal espaço cívico de São Leopoldo.

imigrante, mas sim que o governo imperial não reconhecia as organizações comunitárias locais como legítimas.

A diferença é constantemente retificada, o que, por sua vez, se transforma num dos fundamentos para o caráter étnico da organização social dos colonos, da construção e reafirmação do mito da origem comum, com tradições, língua e religiosidade partilhadas e contrapostas às dos 'brasileiros'. (TRAMONTINI, 2000, p.05)

Esse conflito irá criar no imigrante germânico um mito de origem comum, já que se sabe que foram considerados alemães inclusive colonos oriundos da região da Suíça (TRESPACH, 2014). Para Tramontini (2000, p.05), os colonos foram se organizando para se proteger, “num processo conflituoso para conquistar espaços na nova sociedade e não para se ‘isolar’, como muitas vezes tem afirmado a historiografia, apoiando-se no discurso germanista da segunda metade do século XIX”.

O período da segunda fase será claramente marcado pela incapacidade do governo local, luso-português, de repetir com os colonos germânicos as mesmas práticas de mando estabelecidas no sistema da escravidão. A “insubordinação” dos colonos frente às arbitrariedades do império contribui para criação do estereótipo do “alemão teimoso” devido, basicamente, à “sua capacidade de organização social, de invocar direitos contratuais e mesmo de buscar compromissos junto aos mentores e simpatizantes do projeto de colonização” (TRAMONTINI 2000, p.05).

No ano de 1847, foi criada a Lei da Naturalização, entretanto, o governo da província criou mecanismos para impedir a naturalização de imigrantes germânicos na vila de São Leopoldo. Um dos dispositivos criados foi a proibição da naturalização de imigrantes que não fossem colonos, ou seja, que vivessem na cidade. Essa proibição era especialmente direcionada a São Leopoldo. O censo de 1848 apresentou a seguinte composição social:

Quadro 8– Censo de São Leopoldo em 1848

Censo de 1848				
Local	Brasileiros	Alemães	Escravos de brasileiros	Escravos de alemães
Vila de São Leopoldo	217	649	27	45
Feitoria	20	370	3	22
Dois Irmãos	00	1929	00	16

Sendente/Guary	00	776	00	04
Picada Blauth	00	116	00	00
Feliz	00	227	00	00
Campo Ocidental	150	00	49	00
Padre Eterno	00	346	00	00
Mundo Novo	00	245	00	00
Somatório	387	4658	79	87
Total	5.211			

Fonte: Tramontini 2000.

O código de posturas de São Leopoldo, do ano de 1846, incluía uma cláusula, que proibia aos senhores castigarem seus escravos após as 20 horas, no inverno, e 21 horas no verão, para não incomodar a vizinhança com os barulhos. (TRAMONTINI, 2000). Se houve a necessidade de se criar uma lei municipal sobre o assunto, isso por si só já deveria servir como desconstrução do senso comum de que as relações entre negros e colonos eram amigáveis.

Harres (2009) aponta que, em São Leopoldo, a maioria das fábricas da época eram curtumes (Figura 47). A presença desse tipo de indústria irá ser determinante para a poluição do Rio dos Sinos e do solo no futuro. O modelo da imigração, baseado na colonização do minifúndio, e a formação de uma elite urbana na Vila de São Leopoldo foram decisivos para que, já naquela época, São Leopoldo tivesse uma quantidade grande de indústrias. Segundo Harres (2009), no ano de 1853, a Província de São Pedro possuía 256 indústrias, divididas da seguinte forma: em primeiro lugar, em número de fábricas na província, estava Pelotas, com 91 fábricas; em segundo, São Leopoldo, com 73; depois Taquari e Encruzilhada, com 20 fábricas; após, Rio Grande, com 16 fábricas; e Porto Alegre, com 14 fábricas.

Figura 47 – Fábricas em 1853



Fonte: Revita (2009).

No que se refere à arquitetura da cidade, a atual igreja, construída entre os anos de 1860 e 1870, de autoria de Johann Grünewald é, segundo Weimer (2006), a primeira construção em estilo neogótico do estado do Rio Grande do Sul, e de importância para todas as comunidades católicas da colônia de São Leopoldo, ajudando a difundir esse estilo arquitetônico na província. A igreja segue sem o reconhecimento da sua importância para a história da arquitetura gaúcha, tendo sofrido alterações após o concílio do Vaticano II, na década de 1960, e mais gravemente após obras viárias na década de 1980 que inverteram o seu sentido de entrada e destruíram a sua escadaria de acesso.

Uma particularidade do centro histórico de São Leopoldo é que a igreja foi originalmente construída de costas para a cidade, com a frente voltada em direção ao Rio dos Sinos, um lado cujo Plano Piloto de 1833 não previa urbanização. É provável que a ligação fluvial estabelecida entre Porto Alegre e São Leopoldo tenha influenciado nesta decisão, pois se a igreja tivesse sido construída com a sua abertura voltada em direção à comunidade que a frequentava (e que a construiu), ela seria visualizada de costas para o visitante que chegasse à cidade de barco pelo Rio dos Sinos, ou de carroça pela Estrada Velha que interligava a sede da colônia as demais comunidades.

Isso foi uma decisão urbanística que enriqueceu a paisagem e foi adotada pelas construções vizinhas, os colégios São José e o Colégio Nossa Senhora da Conceição. Eles são voltados para o rio, de costas para a cidade, como se os seus

construtores soubessem que, assim, seriam observados os reflexos das edificações no Rio dos Sinos, o que parece ter fascinado os fotógrafos do passado, tendo sido um efeito explorado em diversas fotografias (Figura 48).

Figura 48 - Centro Histórico e o Rio dos Sinos



Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo ([193?]).

Segundo Ferraz (2009), o fato de a igreja ter sido projetada inicialmente com a frente em direção ao Rio dos Sinos, e o projeto da Praça da Igreja (Praça Centenário e atualmente Praça do Imigrante) não ter sido construída até 1934, fez com que a cidade de São Leopoldo não tivesse bem conformado este espaço cívico comum nas cidades conhecido como praça central. Somado a isso, nem a Intendência, nem a Câmara de Vereadores, nem a igreja Luterana, nem o clube da cidade, estão localizados na rua principal: a Rua do Passo, atual Independência. Esta desfragmentação do centro histórico promove a ilusão, ao observador desatento, de que ele não existe mais, que já tenha sido substituído, ao passo que a grande maioria das edificações simbólicas do passado permanece de pé na cidade (NEUTZLING, 2016).

Em 1869, ocorre a fundação do Colégio Nossa Senhora da Conceição por jesuítas alemães. Pereira (2013) aponta que este foi o primeiro colégio da província, sendo um colégio para meninos, funcionando em caráter de internato. Através da consulta dos sobrenomes dos alunos do colégio foi possível identificar que a grande maioria deles era filho da elite de Porto Alegre (PEREIRA, 2013). Após o encerramento das atividades em São Leopoldo, foi criado pelos jesuítas o colégio Anchieta, na capital.

Foi no decorrer desta segunda fase, que alguns colonos teutos tiveram prosperidade econômica em seus negócios. Os mais lucrativos eram o comércio e o transporte de mercadorias pelo Rio dos Sinos.

Após décadas de isolamento, os colonos são confrontados com a chegada da igreja luterana e católica, e por um estado que era governado por luso-brasileiros. Essa ausência de orientação espiritual, e pouco auxílio do estado, gerou um ambiente propício para uma nova religião organizada em torno de Jacobina Mentz Maurer (PETRY, 1966). Segundo Fernandes (2015), o Império Brasileiro reagiu a um pedido de intervenção da elite de São Leopoldo, o autor informa que famílias abastadas importaram armamento e doaram ao exército brasileiro para garantir o sucesso da batalha que ocorreu no Morro Ferrabraz. Em maio de 1873, Petry (1966) relata que Jacobina foi presa e conduzida a São Leopoldo, em estado de letargia, onde foi exposta para insultos em praça pública. Fernandes (2015) explica que o que despertou a ira da elite de São Leopoldo em Jacobina foi, dentre outros motivos, o fato que a seita criada por ela instituía o divórcio. Com o divórcio, a estrutura social de São Leopoldo estava em risco, já que os casamentos unificavam famílias. Jacobina foi representada de uma forma muito negativa pela imprensa e literatura da época (Figura 49), sempre com insinuações de bruxaria e infanticídio (PETRY, 1966).

Do primeiro casamento de Jacobina, nasceu Guilherme Gaelzer Neto, a primeira criança a nascer na seita, e quando ainda recém-nascido foi um dos sobreviventes da batalha do Ferrabraz. Gaelzer Neto, após crescer, filiou-se ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), tendo ocupado o cargo de delegado de polícia de São Leopoldo e, posteriormente, de intendente (FERNANDES, 2015). A chegada de Gaelzer Neto ao poder é especialmente simbólica para São Leopoldo, porque representa a primeira vez que a cidade foi governada por uma liderança de origem teuto, luterano e de família Mucker, já que até então todos os intendentes haviam sido luso-brasileiros, de religião católica.

Figura 49 – Caricatura de Jacobina



Fonte: Oscar Canstatt (1876) apud Grützmann; Dreher; Feldens (2008).

O terceiro período do desenvolvimento é definido por Harres (2009) como o período entre os anos 1865 até 1920. Segundo Tramontini (2000), em 1869, a Câmara notifica ao Presidente da Província que a população no Município é composta por 17.272 nacionais e 5.521 estrangeiros; 20.494 brancos, 815 pardos e 1.485 pretos; 21.262 livres e 1.532 escravos. É nesta fase que a prosperidade econômica dos colonos irá influenciar na disputa entre lusos e germânicos pelo domínio do poder político na Vila de São Leopoldo. A elite política do grupo teuto era liderada pelo diretor das colônias, Dr. Daniel Hillebrand¹⁰. No ano de 1865, Dom Pedro II visita a cidade, e como toda a visita da família real no Brasil, há uma dezena de construções apontadas pela população local como tendo sido a hospedagem do imperador. Sabe-se de certo que ele ficou hospedado em uma residência que era moradia dos padres (RABUSKE, 1980).

A visita do imperador foi muito simbólica para a população de São Leopoldo que, ao longo de sua história, gravou em topônimos e monumentos referências à família imperial brasileira, mesmo durante o período republicano positivista. Parte da gratidão, segundo Müller (1979, p.22), veio do fato de que o monarca doou recursos para as obras da igreja Nossa Senhora da Conceição.

¹⁰ Liderança que irá ser registrada no romance *A Ferro e Fogo – Tempo de Solidão*, de Josué Guimarães.

O primeiro trecho da via férrea, que ligava Porto Alegre até São Leopoldo, foi entregue em 1874. Além da extensão que deu origem ao núcleo de Novo Hamburgo, em 1876 (SANTOS, 2014).

A grande obra pública municipal desse período é construção da Ponte 25 de Julho, sobre o Rio dos Sinos, em 1875. Segundo Harres (2009), a ponte foi passagem obrigatória das estradas que demandavam à Capital, vindas do norte e do oeste do Estado. Foi construída com estrutura de ferro, pilares de alvenaria e leito de madeira, a partir da Lei 719, de 1º de abril de 1871, na qual o Governo Provincial autorizou o começo das obras.

A construção dessa ponte transformou a imagem do centro histórico de São Leopoldo, já que ela se tornou uma das portas de entrada e de saída da cidade. (HARRES, 2009). A ponte está no eixo da igreja católica, colocando a torre da igreja como ponto focal e marco de referência aos que se dirigiam à cidade, oriundos das colônias. Sua implantação provocou a divisão da projetada Praça da Igreja em duas porções. Décadas depois, quando ocorreu a urbanização da praça, apenas um dos lados foi construído, o que, aliado a outras decisões questionáveis, reduziu consideravelmente o acesso público ao Rio dos Sinos em relação ao que havia sido projetado no plano piloto de 1833. No projeto original, diversos quarteirões da cidade teriam relação direta com o rio, mas como o plano não foi seguido, atualmente, só a Praça do Imigrante (um quarteirão) conecta o espaço urbano e o rio.

Outra questão é o fato de que a Rua Independência era originalmente chamada de Rua do Passo, justamente por ser a via em que se fazia a travessia do rio dos Sinos na menor distância e profundidade. O lógico seria que a ponte fosse construída como um prolongamento da Rua do Passo, já que essa era também a rua principal da cidade, e, dessa maneira, a praça da igreja teria se mantido uniforme. A decisão de construir a ponte no eixo da igreja católica pode ter sido técnica, mas não se encontrou nesta pesquisa uma justificativa, levantando a hipótese de que se pensou em uma imagem de cidade onde a igreja tivesse um realce na paisagem (Figura 50).

Figura 50 – Urbanização da orla



Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (1934).

Gaelzer Netto foi o terceiro intendente municipal e governou a cidade por quatro mandatos consecutivos entre os anos de 1902 a 1916, sendo lembrado como um reformador urbano de São Leopoldo, que buscou implantar na cidade melhorias urbanas que traziam ao seu governo a marca da modernidade. Ele elaborou o primeiro plano de arborização urbana de São Leopoldo com o plantio de plátanos (FERNANDES, 2015).

Como representante do PRR local e seguidor dos ideais castilhistas, Gaelzer encomendou, em 1904, ao escultor João Vicente Friedrichs¹¹, pouco tempo após a morte de Júlio de Castilhos, a confecção de um busto de gesso do mesmo, com a intenção de colocá-lo no salão da intendência municipal (FERNANDES, 2015). Esse é o primeiro registro que encontrado nesta pesquisa de um monumento para a cidade de São Leopoldo.

Quando Gaelzer Netto assumiu a intendência de São Leopoldo, a cidade era dividida em seis distritos: 1º São Leopoldo, 2º Novo Hamburgo, 3º Bom Jardim (Ivoti), 4º Dois Irmãos, 5º Sapiranga e 6º Lomba Grande. Em sua administração, foram criados o 7º, de Sapucaia do Sul, e 8º, de Boa Vista do Herval. Esses distritos posteriormente se emanciparam, o que diminuiu em muito a área do município.

Em um relato de um viajante italiano chamado Vittorio Bucelli, que percorreu o Rio Grande do Sul durante o ano de 1904, e publicou na Itália, em 1906, o livro *Uma Viagem ao Rio Grande do Sul*, encontramos uma favorável descrição do período. Bucelli (2016, p.383, grifo nosso):

¹¹ Famoso escultor, nascido em São Leopoldo, em 1880; foi o responsável pelas esculturas de estátuas na fachada da Igreja das Dores, da escultura A Samaritana, entre outras, em Porto Alegre.

Após uma hora de viagem, chegávamos à estação de São Leopoldo, onde descemos.

A cidadela, que ainda conserva o antigo nome de São Leopoldo, é o centro da primeira tentativa de colonização feita em 1824 pelo império brasileiro e abarca a melhor parte da bacia do rio dos Sinos, na planície e na vertente meridional da serra do Mar.

Antes dos alemães, haviam aberto ali pequenas quintas poucas famílias de portugueses das ilhas, no local que conserva ainda hoje o nome de Rincão dos Lhéus; esta localidade havia formado a Fazenda Linho-Cânhamo, onde o governo português havia procurado promover a cultura e a indústria do cânhamo e do linho, aproveitando-os até para fornecer ótimos cordames à marinha de guerra.

Os colonos tiveram por muito tempo um hábil diretor na pessoa do médico Hillebrand, que tomou parte na guerra contra os dominadores do Prata.

Em seguida, a cidade foi se formando na margem esquerda do rio dos Sinos e tornou-se um centro de indústrias e um dos mais dignos exemplos de organização civil que possa oferecer hoje o Brasil.

A vila não tem mais de sete mil habitantes, incluindo o burgo de Newstadt, que lhe fica defronte na outra margem, mas tem esplêndidos estabelecimentos mecânicos, entre os quais ocupa um lugar de honra a oficina de fundição e caldeiras do senhor Bernardo Thimung. Além de muitas moendas de farinha de mandioca (atafonas), são notáveis as fábricas de fósforos de Yong & Cia., de calçados dos senhores Gerhardt e Adams, com armazéns em Novo Hamburgo, de couro de Frederico Bier, premiado na exposição, de chapéus de Guilherme Eggers, bem montada e muito procurada, de estearina e sabão do senhor L. Hoffmann, de bebidas e licores dos senhores Bier, Wolfenbuttel, Weinmann, Diehl, Krohel, de cerveja dos senhores Gasmann e Yaenisch e da viúva Fillmann, etc. Não podem ser esquecidas a oficina mecânica do senhor Ernest Kerber e as serrarias dos senhores Feldmann, Beck e Dauber, Presser, dotadas dos melhores tipos de madeiras que produz a região, como as que têm os nomes de caroba, cacheta, timbaúva, tarumã, tajuba, cabriúva, cocão, canela, sassafrás, angico, guarapiapunha, uvá, guajuvira, ipê, sarandi, etc. Quase todo o território do município, que é de 70.000 hectares, é cultivado ou explorado e encontram-se ali 49.000 habitantes; as casas são de pedra ou de tijolos, mesmo nos subúrbios, e encontram-se dispersas em todas as direções, às vezes os pontos mais distantes do centro habitado.

A administração municipal tem sede num edifício simples, mas decente. As ruas são bem tratadas, os serviços públicos são bem dirigidos, e **as escolas ali são tidas de grande estima**, como talvez não ocorra em outros países da Europa.

Ademais das 45 escolas que o governo mantém ali à própria custa, S.Leopoldo pode gabar-se de ter um ginásio, um colégio para meninas dirigido pelas irmãs de S. Francisco, dois colégios com orientação protestante, muitas escolas particulares e um colégio evangélico em Novo Hamburgo.

Em nota de rodapé, Buccelli (2016, p.386) informa que a população da cidade continua com as “tradições das antigas populações alemãs, com manter diversas sociedades filarmônicas e educacionais e, como toda população brasileira, ama todo tipo de desporto e tem um belíssimo hipódromo e uma sociedade de tiro ao alvo.”

Bucelli (2016) percorre todo o território gaúcho, e a sua descrição de São Leopoldo é uma das mais detalhadas, incluindo fotografias do Colégio São José, da

Intendência Municipal, do Intendente Guilherme Gaelzer Neto, do Ginásio Conceição, e uma panorâmica da cidade, fotografada do topo do Morro Alverne. Sua descrição da cidade corrobora as informações dadas por Fernandes (2015) e Harres (2009). Nota-se que o plano piloto (1833) da cidade logo foi abandonado, ocorrendo o surgimento de *Newstadt*, Cidade Nova em alemão.

O terceiro período identificado por Harres (2009), iniciou-se com a Revolta Mucker que é, entre outros fatores, decorrente na incapacidade do império brasileiro e da elite luso-brasileira (habituaados com a mão de obra escrava) de reconhecer nos colonos a cidadania (WEBER, 2006). São Leopoldo ganha duas novas portas de entrada e saída, a estação de trem e a ponte 25 de Julho.

Foi um período de grande desenvolvimento econômico e muitas melhorias urbanas. São Leopoldo sagrou-se como pólo educacional e de saúde e acirra-se a disputa de poder entre teuto-brasileiros católicos e luteranos. A primeira guerra mundial, bem como o crescente antigermanismo serão decisivos para marcar o fim deste período.

A quarta fase, das melhorias urbanas, é definido por Harres (2009) como o tempo entre os anos 1920 até 1940. O período é conhecido principalmente pela administração dos intendentes Coronel João Correa e do Coronel Theodomiro Porto da Fonseca. Neste período irá ocorrer a Revolta de 1923, o crescimento do antigermanismo e a campanha de nacionalização por Vargas.

Em 1922, ocorre em São Leopoldo, segundo Moehlecke (2009), o primeiro desfile de carnaval na Rua Independência, até então a festa ocorria em salões de baile.

O ano de 1924 marcou a comemoração do centenário da imigração germânica no Brasil, e, segundo Santos (2014, p.1516), foi um ano marcado por festividades e manifestação políticas: “a organização das comemorações do centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul será o ponto desencadeador de um desdobramento político que culminará com a criação do município”.

O monumento ao imigrante (Figura 8) foi decisivo no racha entre a elite de São Leopoldo, Santos (2014) relata que os conflitos políticos determinaram a criação de duas comissões para as festividades, sendo uma na sede da colônia – São Leopoldo e a outra no distrito de Novo Hamburgo.

Sobre os monumentos, um foi construído em São Leopoldo e o outro em Novo Hamburgo. O monumento de São Leopoldo seria alusivo ao desembarque dos primeiros imigrantes, sendo construído às margens do rio dos Sinos, na Praça Centenário (também conhecida como Praça do Imigrante). O segundo monumento, lembrando o processo de colonização e distribuição dos lotes de terras, foi construído em Hamburgo Velho, nas terras que teriam sido doadas ao imigrante Johann Liborius Mentz. Este teria sido o primeiro lote de terras entregues na região que formaria o município de Novo Hamburgo. (SANTOS, 2014, p.1516).

Para tentar evitar a emancipação de Novo Hamburgo, João Correa cria o 10º Distrito de São Leopoldo, denominado Campo Bom¹⁴, em 1926.

Neste período, o *Deutsche Post* (GERTZ, 2002, p.199) informa que São Leopoldo era a quinta economia do estado, atrás de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Cachoeira do Sul.

Em 1926, o Seminário Evangélico de Formação de Professores veio transferido de Santa Cruz do Sul, instalando-se no conjunto de edificações atualmente tombado pelo IPHAE junto à Praça do Imigrante. Em 1927, transferiu-se de Cachoeira do Sul o Instituto pré-teológico em um processo que Gertz (2002, p.200) define que “visou transformar São Leopoldo em base do Sínodo Riograndense”. Os dois principais clubes da cidade, Sociedade Orpheu e Sociedade Ginástica eram dirigidos durante a década de 1920 por membros da comunidade luterana.

Os conflitos religiosos em São Leopoldo entre católicos e luteranos resultam no empastelamento da redação do jornal *Deutsche Post*, em 1928, pela União de Moços Católicos (FERNANDES, 2015).

Esta manifestação será o prelúdio de um uma série de ações de perseguição e constrangimento que a sociedade teuto-brasileira irá sofrer pelas décadas seguintes. Outro incidente marcante foi o vandalismo no monumento ao imigrante, pois, a estátua original, segundo Weber (2016), possuía em uma de suas mãos uma foice, esta estátua foi arrancada e vandalizada e acabou sendo substituída por um modelo similar só que no lugar da foice foi colocada uma enxada, para prevenir de qualquer interpretação ligada ao comunismo.

Em 1928 assume o poder Theodomiro Porto da Fonseca, intendente que governou a cidade entre os anos de 1928 e 1944, período de grandes

¹⁴ Campo Bom havia se destacado no setor de olaria e calçadista. João Correa acreditava que criando este distrito iria enfraquecer o movimento emancipatório.

transformações políticas. O fim do governo de Borges de Medeiros, a ascensão de Getúlio Vargas ao governo do estado, a Revolução de 1930 que levou Vargas ao governo do país, o Estado Novo em 1937 e a Segunda Guerra Mundial, foram eventos políticos que ocorreram durante o governo de Fonseca. O intendente governou no período em que o movimento antigermânico atingiu seu ápice com o ataque ao monumento ao imigrante em 1942 (MÜLLER, 1979). Durante toda década de 1930, há registros por toda colônia de São Leopoldo de células nazistas e integralistas que buscavam combater a campanha de nacionalização de Vargas, através da preservação da cultura local, da tradição, dos costumes (DREHER, 2008).

Os dez mandamentos do teuto-brasileiro

1. Mostrar-se e confessar-se como brasileiro de origem alemã, ainda que o contexto seja desfavorável para tanto;
2. Falar e escrever a língua alemã no contato com os alemães, sejam eles cidadãos alemães ou teuto-brasileiros como tu;
3. Ler também jornais e livros em língua alemã; o mandamento natural de dominar a língua portuguesa, idioma oficial do país, não deve levar ao negligenciamento da tua esplêndida língua materna alemã;
4. Fomentar também o uso da língua alemã em família e ministrar aulas neste idioma aos filhos;
5. Jamais modificar um pontilho no teu nome de família alemão, possuidor do mesmo direito de existência no Brasil que os nomes de famílias portuguesas, espanhóis, italianos, eslovacos e sírios. Teu nome alemão é tua bandeira pessoal;
6. Ser membro de um partido nacional-brasileiro que te conceda, como de origem alemã, os mesmos direitos que concede aos outros e que não pretende sufocar o teu modo de ser;
7. Destinar um dia do ano ao cultivo da germanidade;
8. Não invejar o sucesso dos de mesma origem, mas ajuda-los da melhor maneira possível;
9. Submeter os interesses pessoais aos anseios da vida cultural teuto-brasileira.
10. Atuar no seio de uma associação de integração às ligas nacionais para elevação dos interesses teuto-brasileiros. (DREHER, 2008)

Nota-se por meio da publicação dos dez mandamentos do teuto-brasileiro, que o culto à germanidade estava centrado na preservação do idioma alemão, sendo que aspectos como arquitetura, culinária, danças, trajes típicos, só serão associados à ideia de identidade posteriormente (DREHER, 2008). Dessa forma, o pensamento amplamente difundido que a Casa da Feitoria Velha tenha sido germanizada é discutível, como veremos mais adiante, nos escritos de Theo

Wiederspahn sobre a casa. Entretanto, tanto a Feitoria Velha, quanto o Passo¹⁷ são lugares que já naquele período eram associados à identidade teuto-brasileira.

No mesmo ano é concluído o cais da cidade, e foi iniciado o aterramento da quadra onde fica o monumento ao imigrante (concluído em 1930). A execução do ajardinamento da praça ocorre em 1934, o que causou grande impacto na vida social cidade.

O governo de Theodomiro será marcado pela perda de receita proveniente da emancipação de Novo Hamburgo, as disputas pelo fornecimento de energia elétrica as indústrias da região, e as obras públicas que irá inaugurar sempre com grandes festividades. São atribuídas a ele: a usina da Toca (1930); o hospital Centenário (1931); a faixa de Cimento (1934); o projeto paisagístico da Praça Centenário (1934); a usina Diesel (1938); o novo prédio da intendência municipal (1940); o presídio municipal (1940); a reconstrução da casa da Feitoria Velha (1941); o asilo da velhice (1941); e o patronato agrícola (1943).

No ano de 1934, segundo Müller (1979, p.55), é organizada no município a “Exposição Agrícola, Industrial e Avícola de São Leopoldo, em Homenagem ao Trabalho da Colonização Alemã no Rio Grande do Sul”. Para divulgação deste evento, Theodomiro organiza um filme chamado *Uma Viagem a São Leopoldo*, que se torna o registro cinematográfico mais antigo da cidade. No ano de 1937, Amadeo Rossi¹⁹, empresário da indústria de armas com empresa em Caxias do Sul, transfere sua indústria para São Leopoldo devido à oferta de energia elétrica barata.

A quinta fase, relativa à industrialização e metropolização de São Leopoldo, é definida por Harres (2009) entre os anos 1941 até a atualidade. A população era de 52.049 habitantes nos anos de 1940 e contava, então, com dez distritos: São Leopoldo, Bom Jardim, Campo Bom, Dois Irmãos, Genuíno Sampaio, Joaneta, João Correia, Padre Eterno, Sapiranga, Sapucaia.

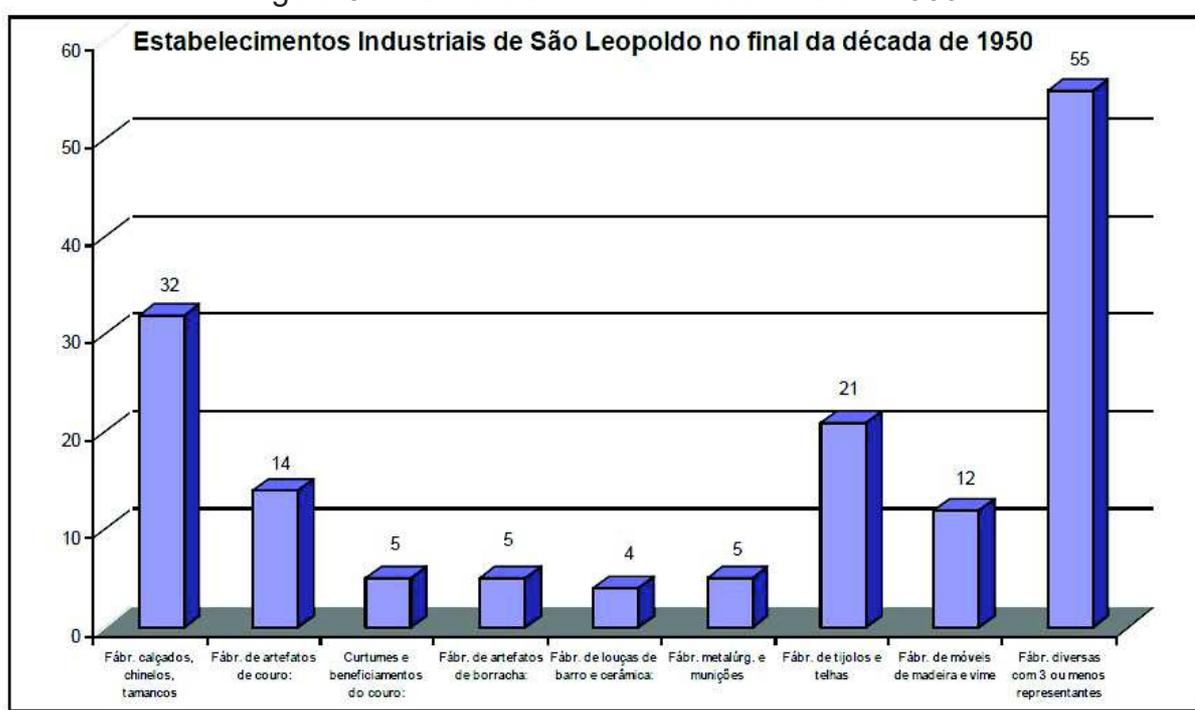
É um período demasiadamente extenso e em que o mundo sofreu muitas transformações, dessa forma, talvez fosse mais produtivo ser estudado em fases. No

¹⁷ Passo era o nome dado ao começo da Rua Independência (então chamada Rua do Passo), que teria sido o lugar onde os 39 colonos de origem teuto teriam desembarcado e posteriormente conduzidos por terra até a Feitoria Velha. No passado, era comum organizar grupos de caminhadas entre estes dois pontos, saindo do Passo e se dirigindo a Feitoria, como forma de celebrar a identidade teuto.

¹⁹ Na década de 1970, a Amadeo Rossi S.A. Metalúrgica e Munições se tornará a maior fabricante particular de armas no mundo. (MÜLLER, 1979).

fim da década de 1950, observa-se a diversificação das indústrias mas com ênfase, ainda, no setor calçadista (Figura 51).

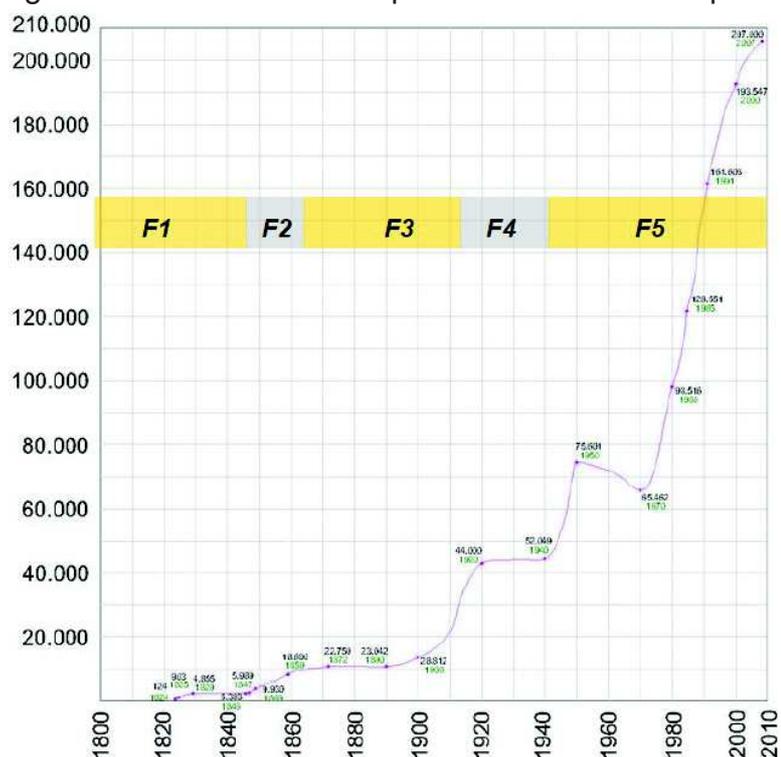
Figura 51 – Estabelecimentos Industriais em 1950



Fonte: Revita (2009).

Ocorre uma queda na população de São Leopoldo durante a década de 1960 (Figura 52). Isso ocorreu devido ao processo de emancipação de todos os distritos que conformaram no passado a cidade, sendo um fenômeno em todo o Rio Grande do Sul. A partir da década de 1990, esses processos emancipatórios diminuem, e movimentos pró-emancipação dos bairros Feitoria e Sharlau perdem força. Se eles tivessem de fato ocorrido, o perímetro da cidade ficaria restrito a uma área pouco maior do que a Vila de São Leopoldo.

Figura 52 - Crescimento Populacional de São Leopoldo



Fonte: Harres (2009).

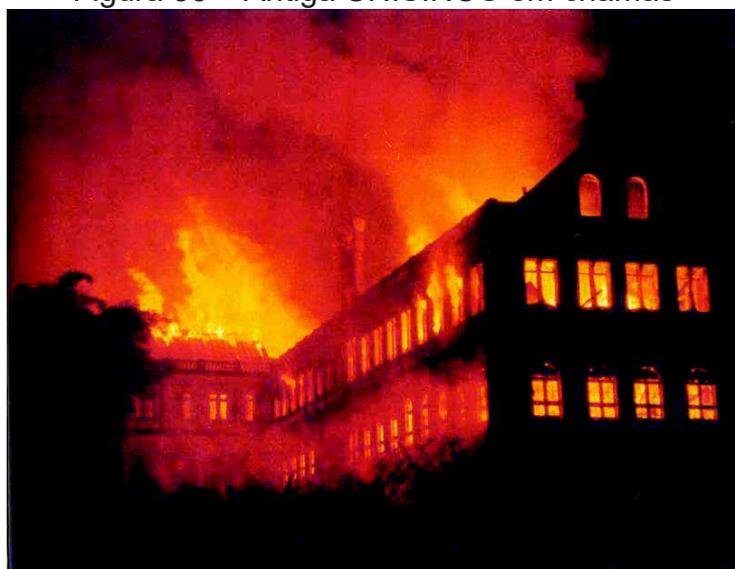
A partir da década de 1970, ocorre uma explosão migratória. A analisar a Figura 1, percebe-se que novos moradores foram viver em loteamentos irregulares, em terras de banhados.

A principal liderança política na década de 1970 e 1980 foi o ex-prefeito (entre 1973 e 1976) Henrique Prieto, que foi o criador do barco-escola Instituto Martim Pescador. Foi ele também que liderou um abaixo-assinado solicitando o tombamento do antigo Seminário Luterano (na época CEUL) e impediu que a Praça do Imigrante fosse parcialmente destruída para a duplicação da Avenida Dom João Becker. Segundo Moehleck (2010), Prieto fez diversas viagens à Alemanha, onde obteve financiamento para a construção do dique que resolveu os problemas de enchentes no centro histórico de São Leopoldo, além de ser o prefeito responsável pela industrialização do município no campo da metalurgia, tendo negociado a vinda da Stihl e outras trinta empresas. Em seu governo foi inaugurada a Biblioteca Pública Municipal, em 1974, a herma da imperatriz Leopoldina e o monumento do Sesquicentenário da Imigração. Henrique Prieto foi uma força política ligada à ARENA, partido de sustentação da ditadura militar, tendo sido ministro do Trabalho, no governo do presidente Ernesto Geisel (1974 a 1979).

Começa a surgir, na década de 1980, entre os metalúrgicos que emigraram para a cidade de São Leopoldo, uma nova força política, com forte influência das pastorais da igreja católica. Esses movimentos sociais exigiram melhorias urbanas fora do perímetro do centro histórico, através de manifestações como a interrupção do fluxo de veículos na BR-116.

Há um acontecimento, em 1981, que marcou a cidade de São Leopoldo de uma forma trágica, sendo seguidamente lembrado em relatos orais da comunidade: o incêndio da Antiga UNISINOS²⁰.

Figura 53 – Antiga UNISINOS em chamas



Fonte: Harres (2009).

²⁰ Antiga Unisinos é a maneira popularmente utilizada para denominar um complexo formado por distintas edificações, entre elas o antigo colégio São José (remanescente) e o antigo Colégio Nossa Senhora de Conceição (incendiado). O tempo tem feito que as pessoas confundam as edificações entre si.

Figura 54 – Ruínas da Antiga UNISINOS.



Fonte: Harres (2009).

Figura 55 – Sino da Torre do Relógio



Fonte: IAP (2014).

Os blocos queimados abrigavam os cursos de Geologia, Psicologia, Nutrição e História Natural em seus laboratórios. A existência desses cursos no Campus Central trazia uma vitalidade ao centro histórico de São Leopoldo que foi gradualmente perdida com o incêndio do colégio Nossa Senhora de Conceição e a crescente subutilização do antigo Colégio São José²¹.

²¹ No ano de 2014 todo o acervo de Herbário, Arqueologia, e imagens sacras foram retirados da edificação, assim como as atividades voltadas à comunidade, como aulas de dança, e aulas de música, foram encerradas. Em 2015, foi apresentando ao COMPAC o estudo preliminar da construção de um Shopping Center e de um edifício-garagem. O estudo foi negado, mas desde então a edificação permanece em abandono.

A partir do governo Vanazzi, nas gestões de 2004 e 2008, segundo Weber (2006), houve constantes questionamentos a respeito da priorização da etnia alemã frente às demais etnias que compõem o quadro social de São Leopoldo. Weber (2006) aponta que após o sucesso da *Oktoberfest* de Blumenau, no decorrer da década de 1990, a identidade teuto começou a servir como um projeto de turismo, construindo simulacros e uma idealização do processo de imigração. Isto não foi diferente em São Leopoldo, onde a Festa do Colono, maior celebração municipal, foi substituída pela São Leopoldo Fest. No governo de Ary Vanazzi, ainda segundo a autora, houve ações contraditórias em relação à identidade do município, pois Vanazzi criou uma Secretaria de Cultura e buscou transformar a São Leopoldo Fest em uma festa popular com uma programação distanciada do folclore teuto. A contradição apontada pela autora, ocorreu no momento em que Nova Friburgo²² solicita o título de “berço da colonização alemã”. A reação da prefeitura municipal de São Leopoldo foi imediata, articulando a proposição de um projeto que foi aprovado em nível federal, conferindo o título a São Leopoldo (BRASIL, 2011).

Dessa maneira, fica claro que a administração municipal buscava ampliar a diversidade de etnias reconhecidas como contribuintes para a formação social de São Leopoldo, mas não buscava menosprezar a contribuição teuto. Inclusive, foi durante o governo de Vanazzi que se irá criar o projeto Revita, uma proposta composta por anteprojetos urbanísticos e paisagísticos e de composição de um amparado legal que garantisse a preservação do patrimônio edificado existente. Em 2012, foi protocolado pela prefeitura municipal, o pedido de tombamento nacional de parte do centro histórico de São Leopoldo, compreendendo o monumento ao centenário da imigração e Praça do Imigrante como objetos do tombamento, e a ilha, o Rio dos Sinos, a Ponte 25 de julho, o casario da ilha, o setor antigo da rodoviária (espaço destinado inicialmente a um mercado público), a antiga UNISINOS (antigo colégio São José), o Palácio Municipal (antiga intendência), a igreja Conceição e o Castelinho (antigo seminário jesuíta) como bens de entorno. O processo de

²² Trespach (2014) explica que existiram colônias de imigrantes de origem teuto anteriores inclusive a Nova Friburgo, como São Jorge dos Ilhéus, em 1818. O título atribuído a São Leopoldo prova a representatividade desta colônia para a historiografia. As colônias anteriores eram particulares, sendo a de Nova Friburgo fundada por Sébastien N. Gachet e Pastor Friedrich Oswald Sauerbronn enquanto que a de São Leopoldo tem como fundador Dom Pedro I. Foi, portanto, a primeira tentativa capitaneada pelo império de iniciar um processo de alteração da mão de obra nacional e de substituição do latifúndio pelo minifúndio. Dessa maneira, o pioneirismo de São Jorge de Ilhéus é substituído pela relevância de São Leopoldo ao conceder a esta o título de “berço da imigração”.

tombamento foi abandonado pelo poder público municipal, na gestão seguinte, entretanto, segue aberto no IPHAN.

Harres (2009) apresenta uma síntese de acontecimentos que marcaram este período conforme o Quadro 9:

Quadro 9 – Síntese de Acontecimentos em São Leopoldo 1940 - 2000

Quadro de Acontecimentos 1940 - 2000	
Ano	Fato
1940	Nova sede da prefeitura – Primeira edificação Protomoderna.
1941	Grande enchente.
1969	Reconhecimento do Colégio Nossa Senhora da Conceição como Universidade – UNISINOS.
1969	Incentivo governamental –“boom” da industrialização (borracha, têxtil, calçado, metalúrgica)
1975	Instalação do Novo Campus da UNISINOS.
1978	Inauguração do dique.
1980	Organização da população em relação à melhoria da habitação (MNLN - Movimento Nacional de Luta pela Moradia).
1982	Desativação da linha do trem –monopólio automobilístico.
1997	Trensurb –Estação Unisinos.
2000	Trensurb –Estação São Leopoldo.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Harres (2009).

Nota-se que a cidade sofre dos problemas decorrentes da metropolização. As conurbações urbanas fazem com que cidades oriundas da emancipação de antigos distritos de São Leopoldo, como Novo Hamburgo, Sapucaia e Portão, tenham unificado suas áreas urbanas, eliminando a zona rural entre elas.

São Leopoldo é hoje uma cidade multiétnica e multicultural de extremos, onde muita riqueza é capaz de conviver com muita miséria. Os restaurantes são de culinária italiana. Ela não é mais uma cidade alemã. É uma metrópole fazendo parte da Grande Porto Alegre, com todas as vantagens e desvantagens de uma grande cidade. (DREHER, 2004, p.7 apud WEBER, 2016, p.7).

Ainda que a divisão das cidades em períodos funcione claramente até a segunda guerra mundial, o pós-guerra ainda nos parece nebuloso. A análise histórica nos demonstra que abordar a Vila de São Leopoldo sem falar das relações estabelecidas com seus distritos, em especial Novo Hamburgo e Hamburgo Velho, é

como montar um quebra-cabeça sabendo de antemão que não se terá acesso a todas as peças. A análise histórica combinada com a análise geográfica indica que o recorte adotado no início desta pesquisa é demasiadamente reduzido para aplicar o conceito de Paisagem Cultural.

4.3 Usos e Atividades Urbanas com Valores Patrimoniais

Até aqui, foram apresentadas as análises do meio ambiente natural e dos processos históricos que poderiam estar presentes em um estudo de tombamento de sítio histórico, ou na ficha de caracterização do município em um inventário dos bens edificados. A partir daqui, o método desenvolvido pelo IAPH passa a desenvolver um esforço para analisar o território de estudo com um olhar não apenas estético, mas dos usos consagrados que a população conferiu àquele espaço.

Ainda que Germano Moehlecke, como um cronista do dia a dia, e as pesquisadoras Eloisa Capovilla¹³ e Roswithia Weber tenham desenvolvido pesquisas importantes sobre os usos e atividades urbanas com valores patrimoniais em São Leopoldo, esses conteúdos são os que apresentam maior dificuldade de sintetização, já que os usos e atividades presentes em Sevilha são demasiadamente peculiares para que possamos traçar um paralelo com o município gaúcho. Ainda que no passado São Leopoldo tenha tido importantes atividades portuárias, sendo o cais existente na Ilha uma porta de comunicação entre a cidade e o mundo, estas atividades acabaram. Sendo assim, os cinco temas de estudos pelo IAPH, apresentados no quadro abaixo, não podem ser apenas simplesmente reproduzidos, mas tem de ser adequados ao caso de São Leopoldo.

Quadro 10 – Usos e atividades segundo o GPHUS.

5. Usos e atividades urbanas com valores patrimoniais em Sevilha.
5.1 Atividades comerciais.
5.2 Atividades portuárias.
5.3 Atividades festivo-cerimoniais.

¹³Sobre como os clubes e sociedade atuaram no passado, organizando carnavais e bailes, recomenda-se a leitura de *O teatro da sociabilidade: os clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras – São Leopoldo: 1858-1930*, de Eloisa Capovilla.

5.4 Atividades vinculadas à logística militar.
--

5.5 Atividades de devoção e residenciais.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em GPHUS (2015).

Os temas das atividades comerciais e das atividades portuárias nos parecem temáticas apropriadas para Sevilha. Mas para São Leopoldo os resultados de atividade portuária estão demasiadamente relacionados ao princípio da colonização, e em escala regional, diferente de Sevilha que é um porto que conecta a cidade com o mundo. Resta ainda, em São Leopoldo, a edificação que abrigava a administração do porto (Figura 56), assim como o cais de rochas de arenito, sobre o qual foi construído o dique de proteção a enchentes, mas isso se enquadra na categoria de bens edificados (Figura 41).

Figura 56 – Porto de São Leopoldo



Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (1900).

Pelos estudos já desenvolvidos por outros pesquisadores, e encontrados no decorrer desta pesquisa, tem-se que as atividades festivo-cerimonias, atividades vinculadas à logística militar, bem como as atividades de devoção e residenciais são temas pertinentes de investigação, ao passo que pode-se inserir uma nova categoria: as atividades de lazer e esporte.

4.3.1 Atividades festivo-cerimonias em São Leopoldo

É comum ao estudar qualquer cidade, perceber que uma série de celebrações tenha desaparecido. Por vezes, essas celebrações perdem o significado original

para a comunidade local e são mantidas apenas pelo viés turístico. Outras vezes, as celebrações são relacionadas a atividades que desapareceram, como é o exemplo da procissão de Navegantes em São Leopoldo, que desaparece gradualmente com o fim do transporte fluvial no Rio dos Sinos (Figura 57).

Figura 57 – Procissão fluvial de Navegantes



Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo ([196?]).

Sabe-se que o carnaval era a grande festa popular em São Leopoldo nas décadas de 1920 e 1930, entretanto, há registros da festa no século XIX. O Clube Recreio Juvenil, fundado em 1929, exigia em seu estatuto a obrigatoriedade da realização de nove festas por ano (MOEHLECKE, 1997). Segundo o autor, como este clube não tinha sede própria, alugava a Sociedade Orpheu e a Sociedade Ginástica para a realização de seus eventos (Figura 58).

Figura 58 – Clube Juvenil

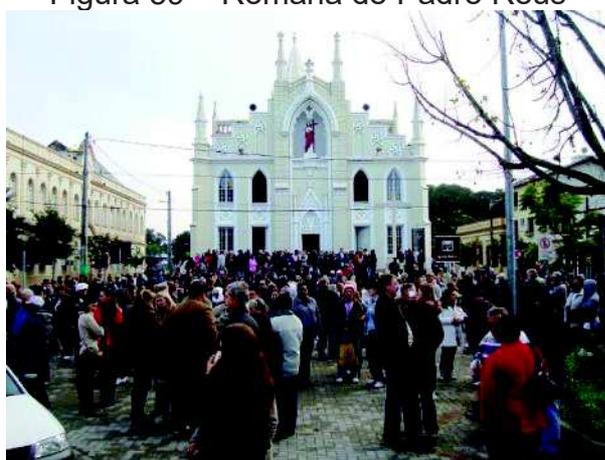


Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (1929).

O carnaval da cidade, segundo Boeira (2017), começou a perder força durante a década de 1970, ainda que os bailes da Sociedade Orpheu tenham permanecido. Ocorre que o carnaval de rua que era organizado pelos clubes e blocos de foliões passou a ser organizado pelas escolas de samba na década de 1980.

No campo religioso, no passado, a procissão religiosa de Corpus Christi já foi a mais tradicional dessa cidade, e contava com a participação dos alunos do colégio São José e Conceição. A existência de uma Capela para Nosso Senhor dos Passos²³, indica que essa celebração também ocorria na cidade, entretanto, já não ocorre mais. Atualmente, a grande festividade religiosa da cidade é a Romaria de Padre Reus (Figura 59), e já foram realizadas dez edições da romaria, sendo a primeira edição realizada no ano de 2006, e, segundo Bertinelli (2016), o Santuário Sagrado Coração de Jesus atrai, anualmente, 1,5 milhões de visitantes. O percurso escolhido é curto, o ponto de encontro ocorre juntamente à igreja matriz Nossa Senhora da Conceição e percorre a Rua Primeiro de Março, no centro histórico da cidade, até o santuário, que fica em área fora do nosso recorte de estudo. No ano de 2015, chegou a ser solicitado ao COMPAC um posicionamento a respeito da Romaria de Padre Reus, com vistas ao reconhecimento como patrimônio imaterial da cidade. O COMPAC sinalizou que reconhece a importância do evento ao propor a criação de uma ZEIC no entorno do Santuário. O COMPAC utilizou-se, portanto de um instrumento de planejamento urbano para reconhecer uma celebração-religiosa.

Figura 59 – Romaria de Padre Reus



Fonte: Revista Feitoria (2010).

²³ Esta capela é que teve seu espaço aéreo e lateral ocupado por um Shopping Center conforme já foi relatado anteriormente.

A São Leopoldo Fest é a maior festa popular do município. Ela encontra em suas origens a Festa do Colono, surgida em 1924, durante as comemorações do centenário da Imigração. A partir de 1937, com a campanha de nacionalização de Getúlio Vargas e o crescente antigermanismo, a festa foi descontinuada, sendo retomada no pós-guerra, em 1949 (WEBER, 2013). Em 1974, ocorre durante a Festa do Colono uma encenação da chegada dos primeiros imigrantes teutos, com a presença de um barco e de atores da comunidade encenando os papéis dos imigrantes (MOEHLECKE, 2000). É possível observar, nas fotos tiradas durante o evento, que os imigrantes foram retratados como pessoas humildes, com roupas simples e com um comportamento sóbrio. A partir de 1991, a festa é reprogramada como São Leopoldo Fest, e passa a ser mais um evento turístico do que cultural, no qual o casal de imigrantes passa a ser retratado como “Fritz e Frida”, utilizando roupas de festa. A São Leopoldo Fest adotou essa imagem até a chegada ao poder do PT, em 2005, quando começa a ser reprogramada como um evento popular, com a presença de artistas ligados a Tchê Music, ao Sertanejo Universitário e ao Funk. Weber (2013) revela que inclusive o nome do evento chegou a ser questionado, principalmente pelo termo *Fest*, que significa festa no idioma alemão, mas optou-se pela continuidade.

A primeira festa, em 1924, ocorreu nas margens do Rio dos Sinos e ao longo da Avenida Independência, fazendo uma ligação com a estação de trem, por onde chegava a população vinda de outros municípios. E assim se manteve até a edição de 2012, quando o governo municipal decidiu organizar a festa em um Centro de Eventos. Essa decisão buscou dar um maior conforto aos visitantes, entretanto, desconectou o evento do centro histórico.

Com o fim do governo do PT e a implantação de uma política de austeridade econômica, as festividades de São Leopoldo Fest, Carnaval e Feira do Livro foram descontinuadas, sendo que a São Leopoldo Fest ocorreu mais uma vez, no ano de 2016, mas dessa vez organizada com recursos da iniciativa privada. Nesse hiato de festividades, a iniciativa privada organizou a primeira *oktoberfest* de São Leopoldo no ano de 2014 e novamente em 2015. É possível falar que a Festa do Colono, em sua concepção original, acabou, e que a São Leopoldo Fest é um evento que tem passado por uma crise identitária.

4.3.2 As Atividades de Lazer e Esporte

Toda a margem esquerda do Rio dos Sinos foi projetada para ser uma grande praça, a Praça da Igreja. Logo esse projeto foi abandonado, e apenas um quarteirão foi utilizado como praça. O restante foi inicialmente cedido ao Colégio Conceição, onde foram construídos dois espaços de sociabilidade: um campo de futebol e uma piscina para os alunos. Pereira (2013) comenta que essa piscina foi construída porque os alunos do colégio tomavam banho no rio, o que causava preocupação aos jesuítas.

Contudo, na margem oposta ao centro histórico foi que a atividade de balneário se desenvolveu, na chamada Rua da Praia e naquela época não existia a ilha de São Leopoldo. Na Rua da Praia ficava o clube Itaipu e, posteriormente, o Clube de Regatas Humaitáa partir do ano de 1949. O Clube Itaipu construiu um trampolim (Figura 60) flutuante dentro do Rio dos Sinos, que juntamente com a Ponte 25 de Julho, serviu de trampolim para saltos ornamentais. Os saltos eram uma atividade esportiva comum entre os jovens, provavelmente relacionada à existência da Sociedade Ginástica.

Figura 60 – Trampolim do Itaipu



Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo ([193?]).

As competições de canoagem eram eventos muito celebrados, e a população se posicionava sobre a ponte e no cais da Praça Centenário para observar as disputas (Figura 61). Estas competições perduraram até a década de 1980, quando a poluição do rio o tornou área não propícia para banhos. Eventualmente ainda ocorrem competições de lanchas.

Figura 61 – Competição de Canoagem



Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo ([194?]).

O ano de 1934 ficou marcado na história da cidade como um ano de grandes atividades sociais. Müller (1978) fala que, nesse ano, sob o comando do intendente Theodomiro Porto da Fonseca, foi organizada a Exposição Agrícola, Industrial e Avícola de São Leopoldo, comemorativa aos 110 anos de colonização, sendo gravado um filme na cidade, onde a população foi convidada a atuar como figurante. Além disso, é o ano que a paisagem da Praça Centenário é entregue, virando um ponto de lazer e encontros da cidade. Mas o grande evento que ficou marcado na memória da cidade, segundo Müller (1978), foi a passagem do Graf Zeppelin alemão (Figura 62).

Figura 62 - Graf Zeppelin



Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (1934).

Um evento peculiar ocorreu entre os anos de 1939 e 1946 nas margens do Rio dos Sinos, onde hoje atualmente é a rodoviária de São Leopoldo - uma festividade chamada de cavalhada. Tratava-se de uma encenação de uma batalha entre cristãos e mouros, em que os últimos, ao perder, eram levados para a igreja onde acontecia o seu batismo. É uma festividade tradicional da Espanha e causa surpresa a popularidade que teve na cidade (MOEHLECKE, 1997).

Os clubes de tiro foram uma tradição em toda região de colonização teuto até por volta da Primeira Guerra Mundial. Moehlecke (1997) salienta que fazer parte de um clube de tiro era pertencer à elite da cidade. O clube de tiro de São Leopoldo foi fundado em 1878.

O Bolão é um esporte de origem germânica, foi importante como força de integração social nas colônias, das canchas às sociedades de bolão. Na área de estudo definida nesta dissertação foi possível encontrar uma associação de bolão ainda em atividade (Figura 63).

Figura 63 – Sociedade Leopoldense de Bolão.

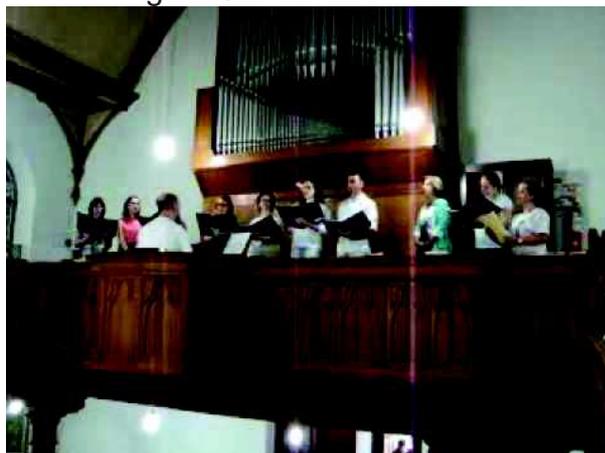


Fonte: Registrada pelo autor (2017).

As duas construções remanescentes de cinemas da cidade, Cine Teatro Independência, inaugurado em 1924 e Cine Brasil, de 1940, funcionaram até o fim dos anos 1990, quando tiveram sua base descaracterizada e se transformaram em lojas. Suas edificações permanecem como elementos marcantes da paisagem urbana.

As sociedades de canto, por sua vez, eram espaços de sociabilidade e uma maneira de cultivar a germanidade, através de canções no idioma alemão. O clube Orpheu possuía uma sociedade de canto, mas atualmente a prática desta atividade tem diminuído. Persistem ainda alguns corais, como o da UNISINOS, o da Fábrica Sthil e o coral anglicano da Igreja Trindade. Na Figura 64, pode-se observar a apresentação do grupo Vozes da Sthil na igreja de Cristo, popularmente conhecida como do Relógio. Esta igreja luterana mantém uma programação de apresentações artísticas em seu interior, fazendo do templo religioso um espaço de celebração da música.

Figura 64 – Vozes da Sthil



Fonte: Youtube (2013).

Outra atividade esportiva peculiar que existia no centro histórico de São Leopoldo eram as corridas automobilísticas de rua, durante a década de 1960. Era um evento bastante celebrado, mas perigoso. A população observava a corrida nas calçadas, sem nenhum tipo de proteção ou área de escapamento para os veículos (Figura 65). No ano de 1966, um atropelamento em massa resultou no fim das corridas de rua.

Figura 65 – Corridas de Ruas



Fonte: São Leopoldo (1966).

Estes estudos precisam ser mais aprofundados, e organizados de uma forma clara, porém, o que se fez aqui foi demonstrar que existiram, no passado, atividades que conferiam singularidade a este território. Na atualidade, ainda pode-se ver que a canoagem e o *stand-up padle* são praticados no Rio dos Sinos. E, apesar de o rio

ser impróprio para banho, a Rua da Praia ainda é frequentada por banhistas, que nos dias mais quentes tomam banho no rio.

A respeito das ações que ocorrem na atualidade, ainda há de se construir estudos, no entanto, Weber já vem publicando artigos sobre o tema.

O bairro Feitoria apresenta forte presença da cultura gaúcha, daí se entende o nome da festa, que incorpora o Fandango ao Kerb. [*Fandankerb*]. Se hoje essa relação não é problemática – no máximo mistura de estranhamento frente à mistura – no contexto das discussões na cidade na década de 1960, a força das tradições gaúchas no município foi alvo de críticas (WEBER, apud HARRES, 2006. p.169).

Durante esta pesquisa, o evento mais inusitado encontrado atende pelo nome Batalha de São Hell, e trata-se de uma série de encontros convocados por meio de mídias sociais por jovens das periferias de São Leopoldo, que se reúnem próximo ao Museu do Trem, para realizar disputas de rap.

Outro movimento artístico que nos chama atenção é o Palco Aberto (Figura 66). O Palco Aberto é uma ocupação da Praça Amadeo Rossi que acaba de completar quatro anos de existência, sendo organizado pelo grupo teatral *Corpos e Sombras*, que atua em São Leopoldo desde os anos de 1980. O grupo protesta pela ausência de um teatro na cidade, que possui apenas auditórios na UNISINOS e na biblioteca municipal.

Figura 66 – Palco Aberto



Fonte: Nunes (2016).

Para se ter uma ideia da quantidade de apresentações que ocorrem nesta ocupação cultural, é possível ver a programação de um evento acontecido em 2016:

a partir das 16 horas, a Praça Amadeo Rossi volta a respirar arte, na celebração dos quatro anos de ocupação cultural do espaço público e o terceiro ano de palco aberto, evento mensal promovido pelo grupo Corpos & Sombras. A apresentação a cargo de Cláudia Severo e Felipe Farinha quer aproximar ainda mais a arte do público e para isso traz o Grupo Circo da Silva do Rio de Janeiro, os gaúchos de Porto Alegre do Re-Tri-Circo, além da trapezista Juju Coutinho. [...] o musical instrumental Combustível Free, a dança cigana da Caravana Esmeralda, o cinema com o SoloUrbanofilmes, o teatro do grupo Quixotescos, a dança contemporânea com a bailarina Paula Lau (NUNES, 2016).

Os artistas de São Leopoldo protestam há anos pela criação de um centro cultural na cidade, e encontraram no Palco Aberto uma maneira de se apresentar enquanto a cidade segue sem um espaço cultural estruturado¹⁵.

4.3.3 Atividades vinculadas à logística militar

São Leopoldo foi, no passado, um pólo conhecido pela presença de instituições de ensino e também militares. O batalhão do exército não fica no centro histórico de São Leopoldo, na área de estudo, mas sua presença na cidade foi muito importante para a trajetória local.

O oitavo batalhão de caçadores – 8º BC, hoje décimo nono batalhão de infantaria motorizada – 19º BIMtz, é uma unidade do exército muito querida e de longa tradição na cidade de São Leopoldo. Hoje ainda temos o Décimo Sexto Grupo de Artilharia de Campanha – 16º GAC, e já tivemos a 3ª Companhia de Transmissões, que ocupa o local onde atualmente está a Biblioteca Pública (Praça 20 de Setembro) (MOEHLECKE, 2000).

Moehlecke (2000) informa que a vinda do batalhão de infantaria, no ano de 1918, ocorreu por insistentes pedidos da comunidade. A vinda dos militares teria trazido “mais vida e mais movimento” à cidade (MOEHLECKE, 2000, p.33). Inicialmente, o batalhão ficou aquartelado em prédios alugados pela intendência municipal, e a inauguração da atual sede ocorreu no ano de 1922 (Figura 67).

Posteriormente, o hospital da cidade seria construído em frente ao quartel, orientando o crescimento da cidade nesta direção. Tanto o quartel quanto o hospital ficavam de frente à Estrada Velha, ligação por terra entre Porto Alegre e São Leopoldo.

¹⁵No ano de 2015, a PMSL tentou acabar com o Palco Aberto, quando os fiscais da prefeitura interromperam os artistas durante uma apresentação com o argumento que eles não teriam autorização para ocupar a praça. A reação da sociedade foi de desagravo à PMSL, que recuou e permitiu a continuidade das apresentações.

Figura 67 – Construção do 8ºBC



Fonte: 19º Batalhão de Infantaria Motorizado ([192?]).

4.3.4 Atividades de devoção e residenciais.

Em relação a este tema, espera-se uma listagem das igrejas, conventos, seminários e outras edificações existentes relacionadas à fé. Bem como os monastérios, retiros, espaços de moradias relacionados às ordens religiosas. Em São Leopoldo, fazer um levantamento das construções de ordens católicas e luteranas seria simples, pois boa parte delas já se encontram inventariadas, tombadas, ou em áreas de entorno de tombamento. Entretanto, tanto as de religiões de matriz africana como as evangélicas neopentecostais e os templos espíritas, não estão inseridas na listagem do plano diretor. Nota-se que importantes edificações religiosas como o São José, o Lar Santa Elizabeth, a capela do hospital Centenário, a capela da EST, o Centro de Espiritualidade Cristo Rei e o Santuário do Sagrado Coração de Jesus (Padre Reus), estão fora da área de estudo, o que é mais um indício de que a área do recorte aqui proposto inicialmente é insuficiente para um estudo de paisagem cultural. Em nossa área de estudo encontramos:

Quadro 11 –Igrejas no Centro Histórico de São Leopoldo

Atividades de Devoção	
Matriz Nossa Senhora da Conceição	Católica
Igreja de Cristo	Luterana
Capela Nosso Senhor dos Passos	Católica
Paróquia da Trindade	Anglicana do Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda há uma capela abandonada no interior da edificação que abrigou o colégio São Luís, dos irmãos maristas(Figura 68).

Figura 68 – Antigo Colégio São Luís



Fonte: Registrado pelo autor (2017).

Nota-se que a imagem da “Santa da Praça” é uma representação de Nossa Senhora das Graças²⁵, e recebe oferendas de cultos de matriz africana. No sincretismo religioso, esta estátua normalmente é uma representação de Iemanjá, mas a proximidade ao Rio dos Sinos, provavelmente, faz com que os umbandistas vejam nela o orixá Oxum.

4.4 Imagens projetadas e percebidas da cidade de São Leopoldo

Foi analisado, no caso de Sevilha, o grau de influência que a paisagem histórica urbana teve em outros campos da arte. Analisa-se também a política municipal de turismo, ou seja, como o poder público projeta a cidade ao exterior, e as temáticas que os monumentos comemorativos buscam retratar, além da influência da arquitetura contemporânea no centro histórico, e, por fim, a política de proteção ao patrimônio edificado. Os estudos sobre valoração social da paisagem são demasiadamente complexos para serem abordados nesta dissertação. É evidente a necessidade de trabalhos em grupo, com a participação da sociedade, e um método de abordagem que afira a percepção da comunidade em relação ao seu

²⁵ A identificação é possível porque a santa pisa sobre a cabeça de uma serpente. É uma representação de Maria, em uma de suas aparições em Paris, na França, e precede as aparições em La Salette, Lourdes e Fátima.

centro histórico. Os discursos sobre a paisagem histórica urbana de Sevilha na imprensa são um tema interessante, mas o assunto por si só já renderia outra pesquisa se fossem abordado para São Leopoldo.

Quadro 12 – Estrutura do Capítulo 6 do GPHUS

6. Imagens projetadas e percebidas da cidade.	
6.1 Imagens projetadas.	A imagem de Sevilha através das artes; A imagem projetada de Sevilha através dos monumentos comemorativos; A política turística municipal na conformação da imagem de Sevilha; A influência da arquitetura contemporânea na imagem da paisagem histórica urbana de Sevilha.
6.2 Discursos e avaliações.	A valorização patrimonial de Sevilha desde as políticas de proteção; Os discursos sobre a paisagem histórica urbana de Sevilha na imprensa; Valorização social de recursos paisagísticos significativos.
6.3 Aproximações visuais da paisagem histórico urbana.	

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de GPHUS (2016).

4.4.1 Imagens projetadas de São Leopoldo

O exercício de buscar as representações que Sevilha teve na arte, tanto no audiovisual quanto na pintura, na escultura e no teatro, é um trabalho que deve ser acompanhado por outros profissionais que não o arquiteto, com fins de compreender quais manifestações são mais representativas. Um breve olhar sobre São Leopoldo demonstra que a cidade é constantemente motivo de inspiração para os artistas locais.

Na edificação da rodoviária, no centro histórico de São Leopoldo, existe um vitral que representa a chegada dos primeiros colonos na cidade. Esse vitral (Figura

69) é uma obra marcante na paisagem urbana, e se encontra em precário estado de conservação¹⁷.

Figura 69 – Mural da Rodoviária.



Fonte: Registrado pelo autor (2017).

A chegada dos colonos é um tema comum também na pintura, sendo representado em quadros de diferentes períodos, conforme Figura 70 e Figura 71.

Figura 70 – Chegada dos colonos em pintura no MHVSL



Fonte: Registrado pelo autor (2017).

Figura 71 – Chegada do colonos em quadro de Liana Brandão na biblioteca

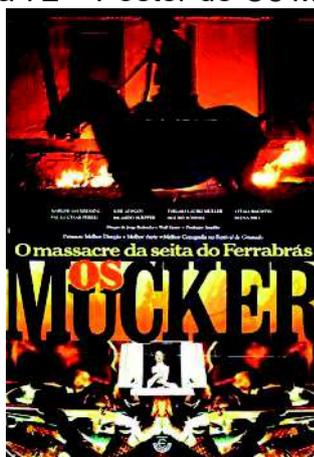


Fonte: Registrado pelo autor (2017).

¹⁷A possibilidade do desaparecimento da obra é real. Nota-se que, inclusive, um ar condicionado de parede foi colocado no meio da obra de arte.

Já a conhecida Revolta dos Muckers foi retratada na literatura, em obras como *Os Mucker*, do padre jesuíta Ambrosio Schüpp, assim como no *Episódio do Ferrabraz*, de Leopoldo Petry e em *Videiras de Cristal*, de Assis Brasil, entre outros. No cinema, o mesmo episódio foi retratado em dois longas-metragens: *Os Mucker*, dirigido pelo brasileiro Jorge Bodanzky e pelo alemão Wolf Gauer, em 1978 (Figura 72), e *A Paixão de Jacobina*, de Fábio Barreto, dirigido em 2002.

Figura 72 – Pôster de *Os Mucker*



Fonte: Adoro cinema (1978).

O filme mais antigo encontrado durante a pesquisa se chama *Uma Viagem em São Leopoldo*, realizado em 1934, em preto e branco e mudo. O filme é uma expressão da autorrepresentação de São Leopoldo naquela década, já que foi produzido pela intendência do município como um instrumento de propaganda da cidade para a Exposição Agrícola, Industrial e Avícola de São Leopoldo²⁶.

Atualmente um tipo de manifestação artística que tem ganhado muita adesão em São Leopoldo, principalmente entre os jovens, é o grafite. O grupo dos grafiteiros integra o fórum municipal de cultura e é responsável pela organização do evento chamado Batalha de São Hell. Em uma de suas edições, foi organizada a realização de grafites no Café Mario (Figura 73), edificação histórica do município, inventariada.

²⁶ O enredo do filme é muito simples, um casal de turistas chega a Porto Alegre e vê um anúncio de jornal sobre viagens a São Leopoldo de ônibus. O casal segue pela faixa de cimento chamada de Estrada Velha até a cidade, onde assiste um grupo de jovens dando santos ornamentais de cima da ponte para dentro do rio. Posteriormente, o casal passeia na Praça Centenário, pega uma canoa até as áreas próximas ao atual Parque Imperatriz e termina o passeio vendo o pôr do sol. Após essa etapa, o intendente Theodomiro Porto da Fonseca aparece, apresenta a exposição da cidade, e a arquitetura das edificações do centro histórico, além do quartel, hospital e colégios de moças.

Figura 73 – Café Mario



Fonte: Registrado pelo autor (2017).

O Arte15, com sede no centro histórico de São Leopoldo, é um espaço que promove estudos, exposições, saraus e debates a respeito da arte e cultura, e já possui vinte anos de existência. Abaixo, na pintura de Rosana Almendares (Figura 74), podemos observar como a verticalização do centro histórico é percebida.

Figura 74 – A Especulação Imobiliária



Fonte: Registrado pelo autor (2017).

O trabalho mais completo produzido em São Leopoldo sobre seus monumentos é de autoria de Telmo Lauro Muller, que foi diretor do MHVSL. Os principais monumentos no Centro Histórico de São Leopoldo são o Monumento ao Imigrante, Monumento do Sesquicentenário da Imigração Alemã e o obelisco a Theodomiro Porto da Fonseca.

Figura 75 – Pira do monumento ao imigrante acesa



Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (1934).

Na Praça do Imigrante, na época da inauguração chamada de Praça Centenário, podemos encontrar o monumento em homenagem aos primeiros imigrantes alemães. Para a construção do monumento foi organizado um concurso público, e entre os jurados que escolheram o vencedor estava o arquiteto Theo Wiedersphan (MÜLLER, 1979). O autor indica que o vencedor foi Walter Dreschler, filho do proprietário da empresa Germano Dreschler & Filhos. Müller (1979) relata que a empresa era de Porto Alegre, fundada em 1910, e seus proprietários eram naturais da Alemanha, sendo Germano Dreschler formado na academia de Belas Artes de Berlim e seu filho, Walter Dreschler, na Escola de Dresden.

Segundo Müller (1979), o monumento deveria ser identificado como Monumento do Centenário, pois essa era a sua denominação no programa das festividades¹⁹. Sabe-se, através da observação de fotos antigas, que o monumento foi inaugurado incompleto.

O monumento foi planejado no gabinete do intendente Mansueto Bernardi, de origem italiana, indicado por Borges de Medeiros, e que tinha como vice-intendente Frederico Wollfenbuttel, de origem teuto. A construção do monumento, como já foi dito, motivou atritos entre a população da Vila de São Leopoldo e a população do 2º distrito: Novo Hamburgo. Por isso, Borges de Medeiros decidiu que seriam construídos dois monumentos (Figura 8 e Figura 76), um em cada povoação (GERTZ, 2002).

¹⁹A inauguração ocorreu em 20 de setembro de 1924, as explicações encontradas foram dadas por Gertz (2002), de que o mês de julho seria demasiadamente chuvoso, logo, a cheia do Rio dos Sinos poderia atrapalhar as festividades. Já Müller (1979) diz que a data foi escolhida para não concorrer com as festividades que aconteceriam em comunidades pequenas.

Figura 76 – Monumento ao Imigrante de Novo Hamburgo



Fonte: Braun ([197?]).

Sobre as esculturas presentes no monumento, Müller (1979, p.07) menciona que o Sr. Arthur Ebling foi quem concebeu a ideia do monumento ou o conceito de "levantamento de um pequeno obelisco tendo na base quatro placas de bronze com as efígies de Dom Pedro I, do Visconde de São Leopoldo, do Dr. João Daniel Hillebrand e de uma figura alegórica representando a agricultura". Portanto, a estátua identificada popularmente como o imigrante, inicialmente foi planejada como uma alegoria à agricultura. A Imperatriz Leopoldina parece ser uma figura histórica que esteve presente na memória local por um longo período, muito após a sua morte e o fim do Império. O nome do município é uma referência a um antepassado da imperatriz, que foi santificado pela igreja católica (Figura 81 – São Leopoldo). A imagem da imperatriz está presente em dois monumentos públicos²⁷, seu nome é o topônimo de uma das principais avenidas da cidade²⁸, e do maior parque municipal. Se observarmos o movimento positivista no Rio Grande do Sul, que persiste até o fim do governo de Borges de Medeiros, em 1928, verificamos que em Porto Alegre os símbolos do império foram substituídos por símbolos da república²⁹. Em São Leopoldo isso não ocorreu e é peculiar a construção do monumento ao imigrante em

²⁷ A efígie da Imperatriz acompanha a de Dom Pedro I em uma das faces do monumento ao imigrante, um busto seu está em exposição no MHVS após sofrer vandalismo, e a réplica deste busto encontra-se em exposição no Parque da Imperatriz.

²⁸ A Avenida Imperatriz Leopoldina faz a ligação entre o Centro Histórico e a Feitoria Velha.

²⁹ Como no caso da substituição da estátua do Conde de Porto Alegre na Praça da Matriz pelo monumento a Júlio de Castilhos, concluído em 1913.

1924, com a efígie Dom Pedro I e da Imperatriz Leopoldina. Sobre o monumento, Borges de Medeiros escreveu o seguinte:

Depois dos açorianos, foram os alemães os imigrantes europeus que vieram fundar nesta então Província os primeiros núcleos agrícolas, sobre a base de pequena propriedade individual. Na evolução e grandeza do povo riograndense, a colonização germânica tem sido um fato étnico, econômico e social dos mais importantes. Bem haja, pois, a iniciativa que se destina a celebrar o centenário desse acontecimento a que o Rio Grande do Sul deve associar-se com verdadeira ufania. Porto Alegre, 29 de Março de 1924. (MEDEIROS, 1924, apud MÜLLER, 1979).

Durante a Segunda Guerra Mundial, após a destruição de navios brasileiros por submarinos alemães, o Brasil entrou no conflito. Informa Müller (1979) que, no dia 12 de março de 1942, a estátua de pedra grés que simbolizava a agricultura, popularmente identificado como o imigrante, assim como as inscrições em alemão, foram arrancadas e jogadas no Rio dos Sinos.

depois de haver tirado a inscrição em língua alemã “DEN VÄTERN ZUM GEDÄCHTNIS”, o povo decepou a cabeça da estátua, simbolizando o colono alemão. A pedido da polícia [...], dispersaram-se os manifestantes, que a esta altura já subiam aos milhares, enchendo literalmente a praça Centenário. Passando algum tempo, voltam os populares à praça e retiram o resto da estátua, e, depois de arrastá-la vários metros em direção à ponte que ali existe sobre o rio dos Sinos, despencaram-na por uma das amuradas aos gritos de „Viva o Brasil” e „Abaixo Hitler e o nazismo”. Após esse ato que, naturalmente, dasabafou um tanto a revolta popular, os manifestantes separaram-se em perfeita calma, não tendo havido o menor atrito pessoal. (A DERRUBADA..., 1942, p.5 apud WEBER, 2016).

O jornal *A Notícia*, de 15 de agosto de 1947, sob o título “Monumento ao Colono”, noticiou:

por ocasião da última guerra mundial, quando as horas hitleristas, traiçoeira e barbaramente, atacaram nosso País, afundando pacíficos e inermes navios brasileiros, a exaltação popular não se conteve e destruiu o referido monumento [...] a Bancada do Partido Social Democrático tem a honra de propor a esta nobre Assembléia se dirija ao Poder Executivo, solicitando que seja restaurado dentro do menor prazo possível, o monumento (MÜLLER, 1979, p.12).

Müller (1979) relata que durante o projeto de restauro foi dada à sociedade civil, organizada em clubes, a opção de escolher entre dois modelos: a restauração fidedigna do monumento ou a construção de um novo monumento com dois murais no sentido leste-oeste alusivos à imigração, e, segundo o autor, a maior parcela da população optou pela primeira opção.

Figura 77 – Efígie de Dom Pedro I e Imperatriz Leopoldina, à esquerda a original, à direita a reprodução



Fonte: Frasson (2012).

Figura 78 – Alegoria da Agricultura à esquerda a original, à direita a reprodução



Fonte: Frasson (2012).

Figura 79 - Efégie de Dr.Hildebrandà esquerda a original, à direita a reprodução



Fonte: Frasson (2012).

É importante alertar que, após uma sequência de ações de vandalismo, a PMSL retirou as imagens em bronze originais do Monumento ao Imigrante, e as substituiu por imagens em fibra, colocando as originais sob a guarda do MHVSL. As imagens de fibra possuem uma materialidade distinta das originais em bronze, que eram de cor e acabamento diferentes. Além disso, as imagens representadas são de proporção diferenciada das originais (Figura 77, Figura 78, Figura 79). Um simples molde de silicone poderia ter garantido uma maior fidelidade às réplicas.

Figura 80 – Busto da Imperatriz Leopoldina



Fonte: Brocker (2016).

Figura 81 – São Leopoldo



Fonte: Brocker (2016).

No acervo do MHVSL, encontramos a herma da Imperatriz Leopoldina (Figura 80) e a estátua de São Leopoldo (Figura 81), presente do consulado da Áustria. (BROCKER, 2016). Segundo Müller (1979), ele mesmo foi o proponente de um monumento a Leopoldina no ano de 1974, e a comissão responsável pela construção do monumento se dirigiu ao museu imperial, em Petrópolis, solicitando um modelo para a execução da herma. O autor relata que a fundição Liboredo, no Rio de Janeiro, foi a responsável. A concepção do monumento é do engenheiro Guilherme João Koch, que utilizou grés e mármore na construção da base, havendo também uma placa em bronze com os seguintes dizeres “Imperatriz Leopoldina: ‘Tu és, e tu serás em toda a idade momento de mágoa, e de saudade’” (MÜLLER, 1979, p.64). A imperatriz Leopoldina morreu dois anos após a chegada dos primeiros colonos de origem germânica, e de seu monumento só resta a herma como acervo do MHVSL e uma réplica colocada no parque municipal, uma vez que a base e placa desapareceram.

Na Praça 20 de Setembro, a praça da biblioteca, podemos encontrar o Monumento do Sesquicentenário da Imigração Alemã, ou seja, em comemoração aos 150 anos. Segundo Müller (1979), este monumento foi idealizado pelo gabinete do governador Euclides Triches, e no decreto de proposição de monumento há menções não apenas ao sesquicentenário da imigração teuto, mas também do centenário da imigração italiana. Müller (1979) informa que são creditados como autores desse projeto Luiz Carlos Pereira Rego Xavier³⁰, em colaboração com Vasco Prado³¹, e do julgamento participaram o arquiteto Carlos Fayet³² e a senhora

³⁰ Arquiteto Luis Carlos Pereira Rego Xavier, nascido em Rio Pardo e formado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1957.

³¹ Foi um escultor brasileiro que produziu importantes obras da paisagem urbana de Porto Alegre, como os murais da Assembléia Legislativa do Estado.

Eva Sopher³³, entre outros. A obra se constitui de uma haste de concreto onde são fixados anéis no topo. A maneira que os anéis foram fixados promove a ilusão de movimento e incentiva o observador a olhar em direção ao céu. Segundo Xavier (apud MÜLLER, 1979, p.48), o significado do monumento seria que “a cultura não termina, pode penetrar numa outra, havendo continuidade em ambas [...] isso quer dizer os arcos”. Sua inauguração ocorreu no dia 21 de dezembro de 1974.

Figura 82 - Monumento do Sesquicentenário da Imigração Alemã



Fonte: Registrado pelo autor (2017).

O obelisco a Theodomiro Porto da Fonseca é um símbolo do poder político que o coronel teve na sociedade de São Leopoldo. Foi inaugurado com o coronel em vida, que aparece em frente ao mesmo (ver Figura 83) e trata-se do único monumento dedicado a um intendente municipal em São Leopoldo. Os demais intendentes são homenageados em topônimos de avenidas e escolas. Segundo Stocker Júnior (2013), o obelisco foi construído para a Exposição Agrícola, Industrial e Avícola de São Leopoldo, em 1934.

³² Foi um arquiteto brasileiro, ex-professor da UFRGS e autor de importantes obras como o Palácio da Justiça de Porto Alegre.

³³ Eva Sopher é uma empreendedora cultural teuto-brasileira que coordenou a reforma do Theatro São Pedro em Porto Alegre, assim como a sua ampliação.

Figura 83 – Inauguração do Obelisco



Fonte: Stocker Júnior (2013).

No ano de 2013, uma ação da PMSL foi emblemática para o processo de amnésia histórica de São Leopoldo. O monumento que homenageou em vida um intendente de grande popularidade local serviu como poste para fixação de contêineres de lixo, conforme Figura 84 (STOCKER JÚNIOR, 2013).

Figura 84 – Obelisco e Lixo



Fonte: Stocker Júnior (2013).

Em frente à edificação da prefeitura antiga, existem dois monumentos, um dedicado às forças armadas, inaugurado em 1946 (Figura 85). O outro dedicado a Getúlio Vargas, com seu busto e sua carta de testamento (Figura 86).

Figura 85 – Monumento às Forças Armadas



Fonte: Registrado pelo autor (2017).

Figura 86 – Monumento a Getúlio Vargas



Fonte: Registrada pelo autor (2017).

Na Praça do Imigrante há uma estátua conhecida popularmente como a Santa da Praça, que, pela quantidade de oferendas encontradas por ocasião do registro fotográfico, comprovam que a imagem possui significado não só para a religião católica, mas para as religiões de matriz africana (Figura 87).

Figura 87 – Estátua de Nossa Senhora das Graças



Fonte: Registrada pelo autor (2017).

Recentemente, no ano de 2012, foram instalados dois bustos no largo criado em frente à prefeitura de São Leopoldo. Ambos são de autoria de Walter Frasson e foram encomendados durante o governo de Ary Vanazzi.. Um representa Jacobina Mentz Maurer, indicando seu local de nascimento e morte como São Leopoldo, ainda que entre parênteses seja identificado o nascimento na localidade de Capela da Piedade e a morte em Ferrabraz (Figura 88). Na placa do monumento, Jacobina é descrita como “líder camponesa. Praticou medicina alternativa e foi precursora na construção de uma sociedade livre e plural.”, diferindo da representação vista anteriormente, na Figura 49. Para a homenagem, o município utilizou-se do território de São Leopoldo na data da revolta, já que atualmente os territórios de nascimento e morte de Jacobina fazem parte dos municípios de Novo Hamburgo e Sapiranga.

Figura 88 – Busto de Jacobina Maurer



Fonte: Registrada pelo autor (2017).

O outro busto colocado no largo da prefeitura é de João Carlos Hass Sobrinho, nascido em São Leopoldo e morto no Araguaia/Pará. A placa fixada

abaixo do busto o identifica da seguinte maneira: “Médico comunitário, lutou pela democracia durante o Regime Militar. Morto no Araguaia, seu corpo continua desaparecido”.

O governo dos trabalhadores, que administrou o município em dois mandatos consecutivos entre os anos de 2005 e 2012, buscou, através desses monumentos, incluir duas figuras controversas e martirizadas da historiografia local na imagem da cidade. Jacobina, como já foi dito, foi perseguida pela elite local, e sua passagem pela Vila de São Leopoldo foi como prisioneira (PETRY, 1966). Ao definir que João Carlos Hass Sobrinho lutava pela democracia na guerrilha do Araguaia, o poder público municipal tomou partido em um acontecimento que ainda divide opiniões na história brasileira.

Figura 89 – Busto de João Carlos Hass Sobrinho



Fonte: Registrada pelo autor (2017).

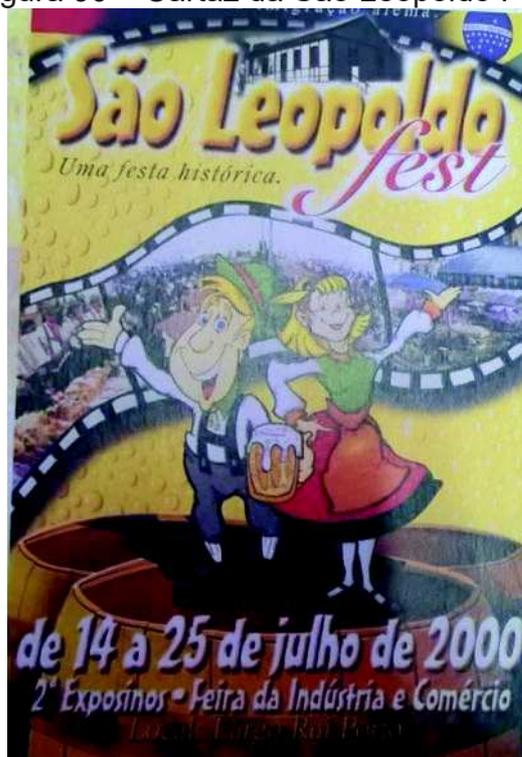
Também permanecem como monumentos de destaque, mas fora da área de trabalho, o túmulo de João Daniel Hillebrand; o busto a duque de Caxias; o Cruzeiro dos Jesuítas²⁷; o busto de Amadeo Rossi²⁸ e o monumento à mãe (MÜLLER, 1979).

Outro tema abordado no método do IAPH em relação a paisagem cultural é a influência da política turística na conformação da cidade de Sevilha. Em São Leopoldo, o turismo tem como marca a produção de simulacros, conforme já foi mostrado na construção de uma aldeia “enxaimel”(Figura 15) e no projeto da prefeitura “enxaimel”(Figura 43). O cartaz da São Leopoldo Fest (Figura 90) é emblemático da imagem que o município buscou transmitir a partir dos anos 1990.

²⁷ Trata-se de uma cruz localizada em frente ao Santuário Sagrado Coração de Jesus.

²⁸ Empresário que desenvolveu a metalurgia no município.

Figura 90 – Cartaz da São Leopoldo Fest



Fonte: Dreher (2008).

Quanto à influência da arquitetura contemporânea na imagem da cidade, o exemplo de maior qualidade já produzido é identificado como Revita 1, realizado no ano de 2009, onde uma parceria entre a Secretaria da Cultura e UNISINOS buscou em uma consultoria com o arquiteto Marcelo Ferraz projetar uma requalificação para o Centro Histórico da cidade, orla e ilha. O projeto ainda previa a construção de três museus: um herbário, um de arqueologia e um de imagens sacras (Figura 91). Entretanto o projeto não foi executado. O Guia de Sevilla apresenta projetos de arquitetura contemporânea que obtiveram aprovação da crítica em relação a sua integração com o centro histórico da cidade Espanhola. Para São Leopoldo, uma análise crítica da atuação do COMPAC nas autorizações de intervenções em edificações históricas seria proveitoso para uma melhor compreensão do andamento da política pública municipal de preservação histórica.

Figura 91– Complexo de Museus



Fonte:Ferraz (2009).

4.4.2 Discursos e valorações

As políticas municipais de preservação em São Leopoldo possuem um início emblemático: a reforma da edificação da casa da Feitoria Velha em 1941. O SPHAN havia encaminhado um ofício à prefeitura de São Leopoldo e de Novo Hamburgo manifestando seu interesse de tomba a edificação como patrimônio nacional, algo que Meira (2008) aborda em sua tese. Ao que parece, pelas documentações encontradas por Müller (1979), o Sínodo Luterano, ao doar a edificação à prefeitura municipal e participar de uma campanha pela sua reconstrução, acreditava estar prestando um auxílio ao SPHAN, o que se trata possivelmente de uma dificuldade de comunicação entre o SPHAN, o Sínodo e prefeitura municipal. Ao contratar um arquiteto renomado como Theo Wiederspahn, fica evidenciado que as intenções da reforma eram as melhores possíveis.

A pedido do Pastor Hermann Dohms, Presidente do Sínodo, o arquiteto Theo Wiederspahn fez uma vistoria na Casa em agosto de 1939, com vistas a uma eventual restauração [...] algo deveria ser feito para salvar a Casa 'talvez não agüente a um temporal' como disse o arquiteto citado em seu relatório. (MÜLLER, 1979, p.71).

Em um documento apenso ao relatório de Wiederspahn, encontra-se a seguinte nota:

O Sínodo Rio-Grandense e a Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul, declaram, preliminarmente, haver adquirido, há tempo, o referido imóvel, ulteriormente tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com o intuito de o salvar da ruína e de o transformar em museu. (MÜLLER, 1979, p.72).

Ao ter contato com tais documentos, podemos ver que a sociedade de São Leopoldo acreditava que a casa já estava tombada, e buscou, de uma maneira equivocada, auxiliar o SPHAN. Algo semelhante ao ato de arrumar a casa para uma visita.

A possibilidade de germanização da casa, levantada no início desta dissertação e reproduzida nos discurso contemporâneos, pode ser questionada. A ausência dos travamentos diagonais de madeira, tão marcantes da arquitetura teuto da imigração (WEIMER, 2004) é um indício de que o objetivo não era remeter ao enxaimel. Além disso, temos as informações de Dreher (2008) que o germanismo, no período, era associado ao idioma, e não à arquitetura.

Outro marco que temos na política pública de preservação de São Leopoldo aconteceu com o tombamento da Ponte 25 de julho. É emblemático porque envolveu a mobilização social, sensibilizando o então recém-criado IPHAE a utilizar o instrumento do tombamento para garantir a preservação do bem. O tombamento da ponte viabilizou a manutenção de um expressivo conjunto arquitetônico por meio de sua área de entorno. Todavia, essa ação não foi capaz de articular uma política pública de preservação histórica, fazendo com que as ações ainda sejam desarticuladas e sazonais.

Desde 2009, o COMPAC tem atuado na busca por construção de acordos com os proprietários dos bens edificados de interesse cultural com vistas à sua conservação, como no caso da construção da nova sede da Caixa Econômica Federal. A Caixa, apesar de ter um programa nacional de apoio à cultura, por meio da construção de centros culturais, adotou uma postura questionável em relação à casa, propondo a demolição de um casarão de 1928, na rua principal da cidade, que pertenceu à família Wolfenbuttel (Figura 92). Apesar do parecer negativo do conselho, um alvará de demolição foi expedido irregularmente, porém, o Ministério Público paralizou a demolição. Dessa forma, temos algo que Meira (2004) aponta como fase da amputação, onde os bens são parcialmente preservados – normalmente apenas a sua fachada–, uma “preservação” mais preocupada com a imagem do que com o entendimento do bem cultural como um elemento documental.

Figura 92 – Residência Wolfenbuttel



Fonte: Registrada pelo Autor (2017).

Um instrumento que irá certamente garantir à sociedade leopoldense uma melhor compreensão do seu patrimônio e cujo resultado será importantíssimo para um estudo da paisagem cultural urbana de São Leopoldo, é o inventário dos bens culturais edificados, trabalho concluído no fim de 2016, por Neutzling, já referido. Atualmente, o inventário encontra-se com a promotoria especializada do MP e foi negado acesso a este pesquisador, uma postura que o MP adotou com fins de proteger o sigilo até a homologação do mesmo. Entretanto, em algumas apresentações preliminares de Neutzling ao COMPAC (Figura 93), ficou claro que o patrimônio industrial, hospitalar e modernista, seriam incluídos em seu trabalho.

Figura 93 – Apresentação do Inventário ao COMPAC



Fonte: Rosa (2016).

O grande desafio que se impõe ao COMPAC é a compatibilização entre o plano diretor e o inventário. Atualmente, os bairros que apresentam maior quantidade de edificações históricas são justamente os bairros com maior índice construtivo. Dessa forma, qualquer política pública de preservação é ineficaz.

Segundo Stefani (2016), no processo de inventariamento foram analisados 3.657 imóveis, criando sete zonas de ambiência onde ainda existem conjuntos históricos. O centro histórico de São Leopoldo é compreendido como arquipélago, onde as zonas de ambiências são as ilhas, e o oceano são as porções já descaracterizadas.

Sobre os discursos na imprensa, e como o centro histórico vem sendo retratado, não há nenhuma pesquisa em São Leopoldo, sendo que o MHVSL possui um acervo de edições dos jornais antigos da cidade, entre eles o *Deutsche Post*. Toda pesquisa tem como desafio a falta de estruturação do acervo de periódicos, e o fato do jornal *Deutsche Post* ter sido publicado em idioma alemão. Atualmente, o pesquisador interessado terá que garimpar entre os jornais antigos, muitos em processos avançados de degradação.

Já no jornal *Vale dos Sinos - VS*, a tarefa é mais simples, já que Germano Oscar Moehlecke publicava uma coluna semanal sobre a vida em São Leopoldo, principalmente no intervalo dos anos 1920 a 1940. Essas publicações foram armazenadas por Moehlecke, em um acervo pessoal que o autor liberava para pesquisas. Com sua recente morte, em 2016, o destino deste acervo ainda é incerto.

O VS, quando convidou a comunidade para opinar sobre a preservação de edificações históricas, sempre o fez de forma descontextualizada. No lançamento do inventário, foram publicadas, juntamente com a reportagem, algumas opiniões de cidadãos: “Acho que os gastos com os prédios históricos de São Leopoldo poderiam vir a calhar para outras coisas, como, por exemplo, um investimento maior na área de segurança da cidade” (ZUCHI, 2016, apud STEFANI, 2016). O jornal transmite a ilusão ao leitor que os gastos com bens edificados são altos, mas na realidade o Fundo Municipal do Patrimônio Histórico, desde a sua criação em 2006, nunca foi abastecido e o inventário só saiu por intervenção do MP: “Como os gastos com a preservação são enormes, acredito que o dinheiro poderia ser mais útil se fosse utilizado para tapar os buracos das ruas que estão numa situação crítica” (RAUPP, 2016, apud STEFANI, 2016).

O jornal não explica ao leitor o fato que, através do tombamento, o COMPAC planeja organizar projetos de restauração das edificações históricas por meio da Lei de Incentivo a Cultura – LIC e da Lei Rouanet, como parte dos preparativos para o bicentenário da imigração. Esses recursos, se capitalizados, não poderiam ser utilizados para a área da segurança ou para tapar buracos.

Ainda assim, a imprensa teve um papel decisivo em um momento recente ligado ao centro histórico de São Leopoldo, ao apoiar o tombamento federal do monumento ao imigrante, proposta encaminha ao IPHAN, em 2012 (Figura 94).

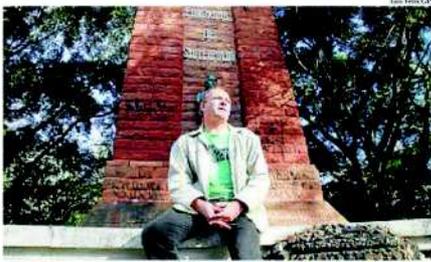
Figura 94 – Discursos na Imprensa

Praça do Imigrante será patrimônio nacional

Local deve ser tombado na categoria Jardins Históricos, Parques e Paisagens

ISABELLA BELLI

São Leopoldo - A Praça do Imigrante - local onde desembarcaram os primeiros imigrantes alemães -, que fica na Avenida Dom João Becker, está prestes a se tornar um patrimônio histórico nacional tombado na categoria Jardins Históricos, Parques e Paisagens. De acordo com o secretário de Cultura, Pedro Vasconcelos, um projeto está sendo desenvolvido para ser encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). "Com o tombamento, o local onde está o monumento em homenagem aos imigrantes terá um reconhecimento cultural pela sua importância histórica no Brasil."



João Ribeiro/RS

História valorizada

A planta da Praça do Imigrante, segundo Márcio Linck, foi desenhada em 1833 e originalmente começava na Rua Independência e terminava na Rua Bento Gonçalves. Ela, porém, só saiu do papel no dia 25 de julho de 1924, chamando-se, a princípio, Praça Centenário, em homenagem aos cem anos da chegada dos primeiros imigrantes alemães, que vieram em 1824. Em 1974, quando comemorou-se os 150 anos da imigração a praça recebeu o nome de Imigrante. "Por isso o tombamento seria importante para preservar toda essa história e para que a população tenham essa identidade reconhecida em todo País. Talvez, só assim, a população valorize a praça."

Preservação: praça foi desenhada em 1833, segundo o historiador Márcio Linck.

PAC das Cidades Históricas

Além do reconhecimento histórico e cultural, segundo Vasconcelos, a aprovação pelo Iphan seria o primeiro passo para que o Município tenha acesso aos recursos financeiros do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas, do governo Federal, que atualmente beneficia 173 municípios que têm algum patrimônio nacional. Esse recurso deve ser usado para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar a cultura e promover o desenvolvimento. "Podemos investir em qualquer área cultural. O processo, porém, é lento", afirmou Vasconcelos.

OBRAS TOMBADAS

A cidade já tem seis prédios tombados. Cinco pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphae) e um pelo Município. De acordo com o historiador do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, Márcio Linck, o primeiro a ser reconhecido pelo Iphae foi a Ponte 25 de Julho, em 1980. Dois anos depois, o Instituto tombou a Casa do Imigrante, na Feltonia, e o prédio da Câmara de Vereadores. "A Câmara é composta por três prédios que foram construídos no início do século passado para serem moradas", contou Linck. O Museu do Trem foi tombado em 1990 e o imóvel reconhecido mais recentemente é o prédio da Faculdade EST, em 2007. Já a casa onde futuramente será o Museu do Rio dos Sinos, foi tombada pelo Município.

Fonte: Amigos do morro do espelho (2012).

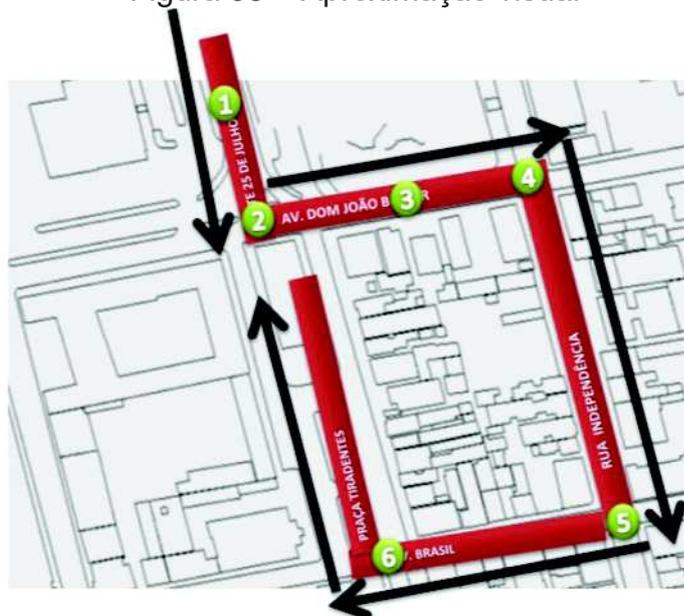
4.4.3 Aproximações visuais: a paisagem histórico-urbana

Abordam-se aqui as visuais que são obtidas nas vias de chegada a área de estudo de Sevilha. Em São Leopoldo, com o recorte proposto, as vias de chegada são as quatro pontes³⁴ sobre o Rio dos Sinos, a BR-116, a Avenida Dom João Becker, a avenida Mauá, e a avenida João Corrêa. De todas essas aproximações, a mais emblemática é a que ocorre pela Ponte 25 de Julho, pois essa é a paisagem que Müller (1979) definiu como a paisagem oficial do município.

³⁴Ponte da BR-166; ponte 25 de Julho; Ponte da Integração Henrique Luiz Roessler e Ponte da Mauá.

Alguns trabalhos realizados por estudantes de arquitetura da UNISINOS³⁰, com a metodologia de análise da paisagem de Cullen (1961), podem ajudar a entender a riqueza visual que é percebida ao se aproximar do Centro Histórico de São Leopoldo. Esses foram os únicos trabalhos encontrados sobre o tema na cidade (Figura 95 e Quadro 13).

Figura 95 – Aproximação visual



Fonte: REVITA (2009).

O percurso foi dividido em seis estações, onde as visuais paisagísticas foram analisadas. As estações são: Ponte 25 de Julho; Rótula da Igreja; Praça do Imigrante; Castelinho; Rua Independência e Largo da Prefeitura. Os resultados da pesquisa são sintetizados no quadro abaixo:

Quadro 13 – Síntese das Percepções Paisagísticas
Análise da aproximação visual ao Centro Histórico

Estação	Visual			
	Norte	Leste	Sul	Oeste
Ponte 25 de Julho	Direcionamento	Amplidão	Emolduramento Direcionamento	Amplidão

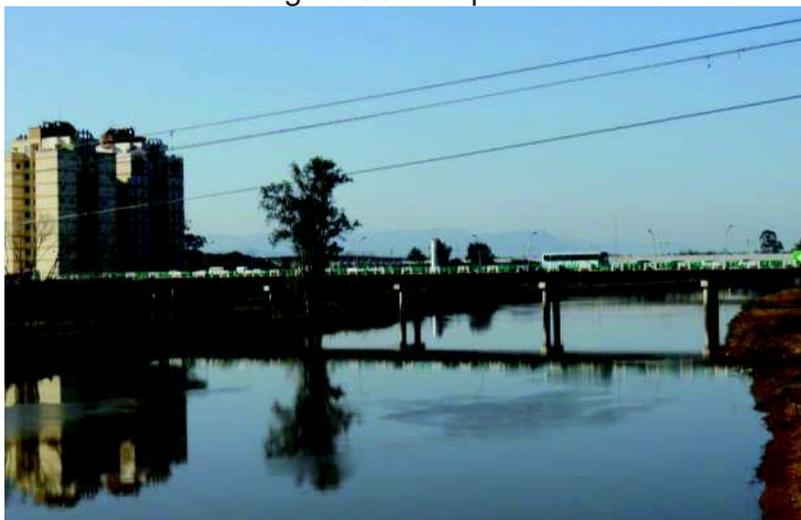
³⁰ Os trabalhos foram desenvolvidos pelos alunos do Atelier V do curso de arquitetura da UNISINOS. Posteriormente foram selecionados para integrar o REVITA, e encaminhados ao arquiteto Marcelo Ferraz para contribuir com o levantamento de dados do centro histórico.

			Realce	
Rótula da Igreja	Impedimento Envolvimento	Alargamento Lateral	Impedimento Realce	Amplidão
Praça do Imigrante	Impedimento Envolvimento			
Castelinho	Impedimento	Estreitamento Lateral		
Rua Independência	Direcionamento		Direcionamento	
Largo da Prefeitura	Conexão Visual Fechada Realce Impedimento	Realce	Direcionamento	Alargamento

Fonte: Elaborado pelo autor com informações do Revita(2016).

Por ser um estudo acadêmico de graduação, é possível que os resultados necessitem um maior aprofundamento, mas serve para que sejam tiradas algumas conclusões sobre esse setor. A primeira é que a ponte confere um direcionamento à Igreja Católica (Figura 97), colocando-a em posição de realce. A ponte serve também de mirante da bacia do Rio dos Sinos, e a sensação é de amplidão (Figura 96). A segunda é que Avenida Dom João Becker possui uma caixa irregular, com estreitamento e alargamentos em todo o seu percurso; já a Praça do Imigrante e a Rua Independência são prejudicadas pelo impedimento causado pelo dique, enquanto que as árvores da praça causam uma sensação de envolvimento a quem está dentro da praça, e de obstrução a quem a observa a distância. A Avenida Independência promove um direcionamento no sentido norte-sul, e, nesse trecho, a verticalidade confere ao edifício Agrimer uma posição de realce. O largo da prefeitura é um espaço de conexão, onde diferentes vias se encontram e a igreja católica novamente fica em realce, agora no eixo da Avenida Primeiro de Março.

Figura 96 - Amplidão



Fonte: Registrada pelo Autor (2017).

Figura 97 – Direcionamento e Realce



Fonte: Registrada pelo Autor (2017).

Conclui-se aqui o exercício de analisar o território de São Leopoldo com os mesmos temas desenvolvidos no GPHUS. Compreende-se que o guia nada mais é do que um instrumento de apropriação do território, com uma linguagem mais acessível e visual. A função do guia é apresentar a síntese de tudo o que foi estudado nos estudos temáticos (apresentados anteriormente nos quadros dos estudos temáticos).

Portanto, o exercício desenvolvido nesta dissertação não deve ser encarado como a tentativa de formular um guia da Paisagem Cultural de São Leopoldo, mas

sim verificar se é possível pensar numa pesquisa em relação ao tema da paisagem cultural para o município de São Leopoldo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paisagem Cultural é uma categoria de valoração do patrimônio que ainda necessita ser mais debatida e aprofundada, no caso brasileiro. Observamos, ao longo da história do IPHAN, ainda que edificações isoladas representem a maioria dos bens reconhecidos, o Instituto há muito tempo busca ampliar a abrangência de sua atuação, trabalhando com áreas de entorno, realizando tombamentos de conjuntos e incentivando a realização de inventários. Somado a isso, tivemos, ao longo da última década, avanços na investigação do patrimônio imaterial e da arqueologia, ainda que de maneira tímida no Rio Grande do Sul. O patrimônio natural tem sido mais estudado pelo movimento ambientalista e pelo Ministério do Meio Ambiente, e, por vezes, ainda é compreendido pelos arquitetos como um panorama, uma moldura.

As pesquisas de Paisagem Cultural necessariamente terão que construir a interlocução entre os pesquisadores de cada segmento, afinal, nos parece que cada investigação recolhe dados que, muitas vezes, ficam armazenados em plataformas de difícil acesso. A informatização desse conhecimento já é um auxílio, entretanto, a construção de uma plataforma unificada semelhante a REDIAM poderia incentivar a fruição do conhecimento, além proporcionar um ganho de tempo.

Ainda que o IPHAN seja a instituição com respaldo para realizar os processos de identificação, pesquisa, reconhecimento, fruição do patrimônio cultural brasileiro, e que a instituição necessita ser fortalecida, é equivocado acreditar que o Instituto seja capaz de trabalhar em todo o território nacional com a velocidade que os processos de destruição do patrimônio ocorrem. Por isso, uma das missões do IPHAN, justamente, é auxiliar na formação de políticas públicas culturais de âmbito municipal e regional.

Uma observação que se chegou é que o amadurecimento do conceito de paisagem cultural, no Brasil, pode ser atingido com maior rapidez por meio do fortalecimento do IPHAN, da universalização do conhecimento entre instituições de pesquisa, e da implantação de políticas municipais com base em orientação federal.

Quanto à metodologia de identificação de uma paisagem cultural, é necessário separar as conclusões em dois grupos, o reconhecimento do território e a formulação do guia. De certa forma, a compreensão dos pesquisadores do IAPH de que todo o território do país constitui Paisagem Cultural (pois já sofreu processo de

antropização), e que não se trata de buscar a Paisagem Cultural mais significativa de toda a Andaluzia, e sim de conhecer o território, realizando um inventário das paisagens culturais, para então iniciar o processo de estudo de cada uma delas, nos parece transformador porque difere da maneira que o assunto vem sendo tratado no Brasil.

Isso decorre, em certa parte, do texto que cria a chancela da Paisagem Cultural que utiliza o termo “peculiar” ao definir o que seria uma paisagem cultural. A chancela da Paisagem Cultural brasileira deve ser entendida como um respaldo legal que em nada impeça ações da esfera estadual e municipal.

É importante salientar que as divisões administrativas raramente possuem concordância com as divisões fisionômicas do território. É possível que ao tratarmos de paisagem cultural, a escala regional seja mais adequada, porque, entre outros aspectos, o patrimônio imaterial pode ser comum a comunidades que os processos emancipatórios dividiram.

No guia da Paisagem Cultural, os estudos que foram desenvolvidos de abordam assuntos que a academia, por meio da UNISINOS, e o poder público de São Leopoldo já pesquisam. O guia efetivamente se divide em uma análise do meio físico, dos processos históricos, das atividades características do espaço, e das manifestações de autorrepresentação. A análise do meio físico irá encontrar barreiras no campo da arqueologia e paleontologia, de forma que deve ser repensada a profundidade com que estes assuntos devem ser abordados. Clima, geomorfologia, fauna, flora, ecossistemas, alterações ambientais e articulação territorial são estudos que boa parte das cidades de médio porte já possui. Então, assim, o guia seria construído sobre bases mais sólidas.

Processos históricos também são assuntos normalmente bem estudados nas cidades de médio porte que possuem universidades, museus, ou poder públicos atuantes, entretanto, a historiologia no passado tinha a tradição de conservar apenas os documentos relativos à classe social dominante, sendo que as culturas afro-brasileiras e indígenas raramente são incluídas na história oficial dos municípios. Existe a necessidade de se convidar essas porções da sociedade para compreender como a paisagem é interpretada por eles.

As atividades características do espaço são aquelas que incorporam o patrimônio imaterial, mas não apenas ele, podendo ser também rotinas e ações que caracterizam o modo de viver. Essas atividades dizem respeito ao uso que a

sociedade confere à paisagem, e aqui se coloca a principal diferença entre a Paisagem Cultural e o tombamento de sítio histórico, pois não se trata apenas de uma questão estética, mas de um código de conduta não redigido de como aquele espaço urbano deve ser apropriado. Mesmo que não apenas o patrimônio imaterial deva ser observado, mas também o cotidiano, a pesquisa dos lugares, dos saberes, dos fazeres, das celebrações, nos irão auxiliar a compreender melhor a paisagem cultural. Este é o campo onde há mais dificuldade de estudar, porque os estudos de patrimônio imaterial são poucos, e raramente associados a centros urbanos. Sabe-se que com o processo de globalização, muitos modos de viver desapareceram ou estão em processo de esquecimento, então é possível que estudos acabem por identificar uma série de ações comunitárias descontinuadas. Esse diagnóstico é importante para compreender se esse abandono decorre das transformações naturais (e desejadas) da sociedade ao longo do tempo, ou se foi imposto, fruto de alguma arbitrariedade.

As manifestações de autorrepresentação, que no caso do guia estudam os monumentos, os discursos, a literatura, a pintura, que provém de uma determinada região são interessantes porque resgatam os movimentos artísticos locais, que, muitas vezes, são os agentes que garantem a vitalidade do espaço urbano. Os monumentos são expoentes de como uma cidade quer ser vista. E, nesse momento, o grafite tem se apresentado como um contraponto aos monumentos, contando, em seus murais, narrativas que o estado não patrocinaria. Podemos observar que, em São Leopoldo, o grafite toca em temas como poluição, exclusão social, preconceito, sociedade de consumo, que dificilmente veríamos apresentados em outras formas de arte visual. Os artistas de rua também são vozes apreciadas pela população e, constantemente, constrangidos pelo estado. Ao proibir a utilização de espaços públicos, ou condicionar a realização de eventos a uma autorização prévia, o poder público sabe que está promovendo um desmonte da vida cultural local.

Por fim, sobre a reflexão se o conceito de Paisagem Cultural poderia auxiliar São Leopoldo na preservação de seu patrimônio cultural, a resposta: depende da amplitude dos objetivos. Ainda que, analisando os processos históricos locais,

o recorte definido como centro histórico seja insuficiente (já que não incluía a Casa da Feitoria), a área escolhida somente retrata apenas uma das facetas da cidade, aquela relacionada à colonização germânica. Além disso, o espaço escolhido deu ênfase ao urbanismo projetado no plano piloto de 1833 e ao casario inventariado em 2016, o que demonstra que o recorte estava mais preocupado com as questões estéticas da cidade.

Ainda que em termos metodológicos se faça necessário definir um recorte de estudo, no caso da Paisagem Cultural este recorte deve ser revisto com base no resultado das pesquisas. Também é importante que essa análise comece do exterior da cidade, para partir ao interior, uma escala inversa do que aqui foi trabalhado.

A dificuldade de obter do poder público municipal os arquivos da cartografia existente, bem como as negativas de ter acesso ao inventário municipal de patrimônio histórico finalizado revelam que o processo de democratização da informação ainda encontra barreiras em São Leopoldo.

Dos objetivos propostos no início desta pesquisa, apresentou-se uma metodologia de trabalho que pode auxiliar outras cidades a repensarem seu desenvolvimento, incluindo a valorização da paisagem como um condicionante. Compreende-se que o centro histórico de São Leopoldo é um dos elementos que compõem a Paisagem Cultural Urbana.

Não se pode descartar um estudo da Paisagem Cultural na região, mas talvez as delimitações administrativas devessem ser ignoradas em uma primeira aproximação. Provavelmente um guia da Paisagem Cultural pudesse servir como um instrumento de gestão regional de municípios que compartilham dos mesmos traços identitários. Este é um bom tema para uma nova pesquisa: a Paisagem Cultural da antiga colônia de São Leopoldo.

Para tanto, há uma fase anterior que precisa ser realizada, o mapeamento das paisagens gaúchas, bem como o processo de atribuição de valores patrimoniais, o que auxiliaria a difundir este inovador conceito de preservação cultural que é a Paisagem Cultural.

REFERÊNCIAS

ADOROCINEMA [Os Muckers] [1987]. Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-122433/>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

ARAUJO, G. "Paisagem Cultural: um conceito inovador". In: CASTRIOTA, L. **Paisagem Cultural e sustentabilidade**. Belo Horizonte : UFMG, 2009. 220p. Disponível em: <http://www.academia.edu/6411181/Paisagem_Cultural_um_conceito_inovador_Cultural_Landscape_an_innovative_concept_>. Acesso em: 30 jan. 2017.

ARGAN, GC. **Historia da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

AUGÉ, Marc. Por uma antropologia da mobilidade. Tradução de Bruno César Cavalcanti e Rachel Rocha de Almeida Barros. Maceió: EDUFAL/ UNESP, 2010.

BECK, Matheus. Rio dos Sinos em situação crítica e bairros sem água. **Jornal Vale dos Sinos**, São Leopoldo, 08 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.jornalvs.com.br/_conteudo/2017/01/noticias/regiao/2056126-rio-dos-sinos-em-situacao-critica-e-bairros-sem-agua.html> Acesso em: 30 jan. 2017.

BEHREND, Martin. Um drama na história de Novo Hamburgo: a proibição dos hamburguenses cantarem ou conversarem em alemão. **Portal Martin Behrend**, Novo Hamburgo, 19 de Julho de 2016. Disponível em: <<https://www.martinbehrend.com.br/noticias/noticia/id/1788/titulo/um-drama-na-historia-de-novo-hamburgo-a-proibicao-dos-hamburguenses-cantarem-ou-conversarem-em-alemao>> . Acesso em: 30 jan. 2017.

BERNHARDT, P. **Iconografia Sulriograndense**. Porto Alegre: Ceee, 2009.

BERTINELLI, Sônia. Morro do Paula precisa de limites: Indefinição sobre responsabilidade do local afeta milhares de famílias com a falta de estrutura. **Jornal Vale dos Sinos** , São Leopoldo, 09 de Setembro de 2014. Disponível em: <http://www.jornalvs.com.br/_conteudo/2014/09/noticias/regiao/81899-morro-do-paula-precisa-de-limites.html>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BERTINELLI, S. 10º Romaria do Padre Reus acontece no dia 10 de julho em São Leopoldo. **Jornal Vale dos Sinos**, São Leopoldo, 08 de abril de 2016. Disponível em: <http://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2016/04/noticias/regiao/308487-10-romaria-do-padre-reus-acontece-no-dia-10-de-julho-em-sao-leopoldo.html>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BOEIRA, Daniel. Histórico do carnaval: uma breve contribuição para o resgate do carnaval em 2017 em São Leopoldo. **Blog do Dani**, São Leopoldo, 4 fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://blogdodanielphilos.blogspot.com.br/2017/02/historico-do-carnaval-uma-breve.html>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm> Acesso em: 20 jan. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BRASIL. **Lei n. 12.394, de 4 de março de 2011**. Confere ao município de São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul, o título de Berço da Colonização Alemã no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, Edição extra, p. 1, 4 mar. 2011.

BROCKER, Leonardo. Museu Histórico de São Leopoldo. **Guasca Tur**. 25 de Maio de 2016. Disponível em: <<http://www.guascatur.com/2016/05/museu-historico-visconde-de-sao-leopoldo.html>>. Acesso: 20 jan. 2017.

BUCCELLI, Vittorio. **Uma viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília. Senado Federal, 2016.

CÁMARA, José María Rodrigo; FERNÁNDEZ CACHO, S; IGLESIAS, José Manuel Díaz; SALINAS, Víctor Fernández; LEÓN, Elodia Hernández; MORÓN, Victoria Quintero; OLAVIDE, U. Pablo de; SANCHÓ, Beatriz González; MARTÍN, Esther López. Registro de paisaje de interes cultural de Andalucía: criterios y metodologia. **Revista ph, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, Sevilha, n. 81, p. 64-75, fev. 2012. Disponível em: <http://www.iaph.es/paisajecultural/proyectos_adjunto/Registro_Paisajes_Interes_Cultural_Andalucia_Criterios_Metodologia.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

CAPOVILLA, H. Homenagem, gratidão e tensão: um estudo sobre três monumentos à imigração no Sul do Brasil. In XXVII Simpósio Nacional de História, jul. 2013, Natal. **Anais...Natal: AMPUH**. , 2013. Disponível em <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364689036_ARQUIVO_2013A_NPUH.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2017.

CARDOSO, A; BAPTISTA, M. Rios e cidades: uma longa e sinuosa história. **Rev. Ufmg**, Belo Horizonte, v. 20, n.2, p. 124-153, jul./dez. 2013.

CASTRIOTA, L. **Paisagem Cultural e sustentabilidade**. Belo Horizonte : UFMG, 2009. 220p. Disponível em <http://www.academia.edu/6411181/Paisagem_Cultural_um_conceito_inovador_Cultural_Landscape_an_innovative_concept_>. Acesso em: 30 jan. 2017.

CASTRIOTA, L.B; CARDOSO, F.M.P O itinerário enquanto instrumento de preservação do patrimônio cultural: o caso da Estrada Real. **Fórum Patrimônio**, v. 5, n. 2, jul/dez. 2012. Disponível em: <www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/114>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (2007) **“Intervenções sobre o Patrimônio Urbano: Modelos e Perspectivas”** FÓRUM PATRIMÔNIO: amb. Constr e patr. Sust, Belo Horizonte.v1.n1,set/dez 2007.

CAXIAS DO SUL. **Lei complementar nº412, de junho de 2012.** Disciplina o uso de veículos de divulgação no Município de Caxias do Sul e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LC/LC-00412.pdf>> .Acesso em: 20 jan. 2017.

CENTRO. Google Earth. **Version X.** 2016. Disponível em:<<https://www.google.com.br/maps/place/S%C3%A3o+Leopoldo,+RS/@-29.7605395,-51.1515867,1270m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x951968315942f59b:0x1b4734205177f47c!8m2!3d-29.7549941!4d-51.150283>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

CHRISTOFOLETTI, R. **Paisagens culturais em transformação:** Brasil e Itália entre aproximações e especificidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVII, 2013, Natal.

COZEN, M. “As paisagens histórico urbanas na Inglaterra”. CASTRIOTA, L. **Paisagem Cultural e sustentabilidade.**Belo Horizonte: UFMG, 2009. 220p. Disponível em: <http://www.academia.edu/6411181/Paisagem_Cultural_um_conceito_inovador_Cultural_Landscape_an_innovative_concept>. Acesso em: 30 jan. 2017.

CURY, Isabelle (org.). Cartas patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DELPHIN, Carlos Fernando de Moura [carta] 01 dez. 2010, Rio de Janeiro [para] FILHO, Dalmo Vieira, Rio de Janeiro.12f. Memorando nº31/10 Parecer sobre o centro histórico de São Leopoldo/RS.

DREHER, MN; SCHNEIDER, H. **Igreja de Cristo: um templo centenário.** São Leopoldo: Oikos, 2011, 2011. ISBN: 9788578431990.

FERNANDES, E. **Guilherme Gaelzer Netto (1874-1959):o Kaiser dos trópicos.** 2015. 521f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015.

FERNÁNDEZ CACHO, S.; FERNÁNDEZ SALINAS, V.; HERNÁNDEZ LEÓN, E.; LÓPEZ MARTÍN, E.; QUINTERO MORÓN, V.; RODRIGO CÁMARA, J. M.; ZARZA BALLUGUERA, D. (2010) **Paisaje y Patrimonio Cultural en Andalucía.** Tiempo, Usos e Imágenes. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Junta de Andalucía, 2010

FERRAZ, Marcelo. São Leopoldo – Projeto Revita. **Brasil Arquitetura,** São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://brasilarquitectura.com/projetos/sao-leopoldo-projeto-revita>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

FERREIRA, J.O Padre Orestes Stagliotto e a formação do Movimento Social Pró-Dique em São LeopoldoIn: ANAIS DO IV ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH - Memória e

Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. V, n.15, jan/2013.

FOLLMANN, J.I.; PINHEIRO, A.A. 2011. Afrodescendentes em São Leopoldo: memória coletiva e processos de identidade. **Ciências Sociais Unisinos**, 47(2):141-152. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.4013/csu.2011.47.2.05>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

FONSECA, ML. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2009., 2009. (Risco original). ISBN: 9788571081499.

GERTZ, R. **O aviador e o carroceiro**: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GRÜTZMANN, I; DREHER, MN; FELDENS, J.A. **Imigração alemã no Rio Grande do Sul**: recortes. São Leopoldo: Oikos, 2008, 2008. ISBN: 9788578430122.

HACKBART, Eugênio. A importância da mata nativa no micro clima urbano. **Amigos do Morro do Espelho**, São Leopoldo 29 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://amigosdomorrodoespelho.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

HARRES, Marluza. Revita – Projeto de Requalificação do Centro Histórico de São Leopoldo. Relatórios Técnicos. Secretaria de Cultura. **Caderno técnico**. São Leopoldo, 2009.

INSTITUTO ANDALUZ DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO (IAPH). **Guia do paisagem histórico urbano de Sevilha**. Sevilha: Conselho de Educação, Cultura e Esporte. 2015a.

INSTITUTO ANDALUZ DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO (IAPH). Laboratório da Paisagem Cultural. **Caderno técnico do Laboratório de Paisagem Cultural**. Sevilha, 2015b.

INSTITUTO ANDALUZ DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO (IAPH). **Recomendaciones técnicas para la participación social en la gestión de los paisajes culturales**. Sevilha: Conselho de Educação, Cultura e Esporte. 2011.

INSTITUTO ANDALUZ DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO (IAPH). **Registro das Paisagens de Interesse Cultural da Andaluzia**. Sevilha: Conselho de Educação, Cultura e Esporte. 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO (IPHAE). Conjunto Arquitetônico do Centro Diretivo e Reitoria da EST. Porto Alegre, 23 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=22000>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural. Rio Grande de Sul, 18/08/2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Missão do Iphan busca ampliar conhecimento em paisagem cultural na**

Espanha. Brasília, DF, 06 jun. 2016. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/80anos/noticias/detalhes/3613/missao-do-iphan-busca-ampliar-conhecimento-em-paisagem-cultural-na-espanha>>. Acesso em: 10 out. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).

Portaria Iphan nº 127/2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

Disponível em:

<<https://iphanparana.wordpress.com/iphanparana/legislacao/legislacao-do-patrimonio-material/portaria-no-127-de-30-de-abril-de-2009/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

JOHANN, R.F. (2010); Na trama dos escravos de sua Majestade: o batismo e as redes de compadrio dos cativos da Real Feitoria de Linho Cânhamo. 1788-1798. Trabalho de Conclusão de Curso, IFCH-UFRGS.

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28999/000774636.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

LASH, S.; GIDDENS, A.; BECK, U. **Modernização reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

LINCK, Márcio. Família Rotermund doa lápides para o cemitério da Casa do Imigrante. **Jornal Vale dos Sinos**, São Leopoldo, 18 de março de 2015. Disponível em: <http://www.jornalvs.com.br/_conteudo/2015/03/noticias/regiao/139895-familia-rotermund-doa-lapides-para-o-cemiterio-da-casa-do-imigrante.html>. Acesso em: 20 jan. 2017.

LYNCH, K. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2011, 2011. ISBN: 9788578274726.

MARTINI, Marjuliê. Promotores propõem forma para regularização do Morro do Paula. **Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 22 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/noticias/id26281.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

MEIRA, A. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX:** atribuição de valores e critérios de intervenção. 2008. 483 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

MEIRA, AG. **O passado no futuro da cidade:** políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2004, 2004. ISBN: 8570257287.

MESQUITA, Zilá. Divisões regionais do Rio Grande do Sul: uma revisão. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 5, nº 2, p. 95-146, 1984.

MICHELOTTI, Vanessa. Igreja na estrada do Morro do Paula, **Panoramio**. 05 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/112509215>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

MOEHLECKE, GO. **São Leopoldo**: contribuição à história da vida política e administrativa (1824-2010). São Leopoldo: Oikos, 2011. ISBN: 9788578431617.

MOEHLECKE, GO. **São Leopoldo**: retalhos de história. São Leopoldo: [s.n.], 2000.

MOEHLECKE, GO. **Vida social**: usos e costumes. São Leopoldo: [s.n.], 1997., 1997. (Revivendo o passado: 1).

MÜLLER, TL. **Colônia alemã**: histórias e memórias. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1978., 1978.

MÜLLER, TL. **Monumentos em São Leopoldo**. São Leopoldo: Rotermund & Co., 1979.

MUNIZ, Aurélio. Rio dos Sinos em situação crítica e bairros sem água. **Jornal Vale dos Sinos**, São Leopoldo, 08 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.jornalvs.com.br/_conteudo/2017/01/noticias/regiao/2056126-rio-dos-sinos-em-situacao-critica-e-bairros-sem-agua.html> Acesso em: 20 jan. 2017.

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. **[Fotografia do acervo]**. São Leopoldo, [194?].

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. **[Fotografia do acervo]**. São Leopoldo, [193?].

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. **[Fotografia do acervo]**. São Leopoldo, [1941].

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. **[Fotografia do acervo]**. São Leopoldo, [1930].

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. **[Fotografia do acervo]**. São Leopoldo, [1863].

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. **[Fotografia do acervo]**. São Leopoldo, [1934].

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. **[Fotografia do acervo]**. São Leopoldo, [1900].

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. **[Fotografia do acervo]**. São Leopoldo, [196?].

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. **[Fotografia do acervo]**. São Leopoldo, [1929].

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. **[Fotografia do acervo]**. São Leopoldo, [1934].

OLIVEIRA, S. Os Planos Diretores e as ações de Preservação de Patrimônio Edificado em Novo Hamburgo.2009. 250f. Dissertação (Mestrado em Planejamento

Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

PEREIRA, EM. Trajetória e memória de Henrique Luiz Roessler, um protetor da natureza no Rio Grande do Sul. Brazil, South America, 2011.

PETRY, L. **O episódio do Ferrabraz**: os Mucker: documentos para o estudo da história dos "Mucker" do Ferrabraz. São Leopoldo: Rotermund & Co., 1966.

RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**: ensaio de monografia natural. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2015. ISBN: 9788574316888.

RAMOS, Lisiane. Morro do Paula – 1. **Lycengraulis Ambiente, História, Percadores & Pesca**, São Leopoldo, 05 de julho de 2010. Disponível em: <<http://lycengraulis.blogspot.com.br/2010/07/morro-do-paula-1.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

RECOMENDAÇÃO de Nairóbi: 19ª sessão da UNESCO – recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Nairóbi, nov.1976 . Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

REICHERT, J; REICHERT, I; OSTERMAN, R. **São Leopoldo**: a cidade se revela. Novo Hamburgo: R. Cardoso, 2012.

RIBEIRO, M. A.; CAMARGO, E.; FRANCA, D. T.; CALANSAS, J. T.; BRANCO, M. S. L. C.; TRIGO, A. J. **Gestão da água e paisagem cultural**. rev. ufmg, belo horizonte, v. 20, n.2, p. 44-67, jul./dez. 2013.

RIBEIRO, RW. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007, 2007. (Pesquisa e documentação do IPHAN). ISBN: 9788573340549.

RODRIGO CÁMARA, J. M. y DÍAZ IGLESIAS, J. M. (2011) “La representación cartográfica del paisaje cultural y el patrimonio inmaterial”. En ACOSTA BONO, G.; CORTÉS, José y FAJARDO DE LA FUENTE, A. (coords) **La Cartografía: entre el documento histórico y la gestión del patrimonio**. **Revista PH Monográfico. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**. Junta de Andalucía. Sevilla, pp. 120-123.

ROLIM, Júlia; COLUSSO, Izabele. Diagnóstico e possibilidades da Ilha da Praia do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS. **Observa Sinos**, São Leopoldo, 19 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/vale/ambiente/diagnostico-e-possibilidades-da-ilha-da-praia-do-rio-dos-sinos-sao-leopoldo-rs>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ROSA, Gilson Justino da. **Imigrantes Alemães - 1824-1853**. EST Edições, Porto Alegre, 2005.

SANDER, Stephany. Praça do Imigrante pode ser tombada. **Correio do Povo**, Porto Alegre, ano 117, n. 309, 4 ago. 2012. Disponível em:

<<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=117&Numero=309&Caderno=0&Noticia=450563>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1986) “Preservar não e tombar, renovar não e por tudo abaixo”. **Revista Projeto**, 86, abr/1986. p.56-63.

SANTOS, R. A Influência Religiosa E As Consequentes Estratégias Políticas No Processo De Emancipação E Instalação Do Município De Novo Hamburgo/Rs (1924-1930): Um Estudo De Caso. In I Encontro de Pesquisas Históricas, maio 2014, Porto Alegre. **Anais...Porto Alegre**. PUCRS. , 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/18964>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

SÃO LEOPOLDO. **Decreto nº. 4.428**. Aprova a lista de imóveis de interesse de preservação, que integram o patrimônio cultural do município de São Leopoldo. Disponível em: <<https://cm-sao-leopoldo.jusbrasil.com.br/legislacao/967962/decreto-4428-05>>. Acesso em: 20 de jan. 2017.

SÃO LEOPOLDO. **Lei nº 7778, de 10 de outubro de 2012**. Dispõe sobre manutenção, intervenção, alienação e incentivos voltados para os bens imóveis que compõem o acervo histórico-cultural-patrimonial do município de São Leopoldo e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-leopoldo/lei-ordinaria/2012/778/7778/lei-ordinaria-n-7778-2012-dispoe-sobre-manutencao-intervencao-alienacao-e-incentivos-voltados-para-os-bens-imoveis-que-compoem-o-acervo-historico-cultural-patrimonial-do-municipio-de-sao-leopoldo-e-das-outras-providencias>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SÃO LEOPOLDO. Secretaria de Planejamento e Coordenação (SEPLAN). **Caderno técnico**. São Leopoldo, 2006.

SAQUET, MA. **Territórios e territorialidades: teorias, processo e conflitos**. São Paulo. Editora:Expressão Popular. 2008

SCHREIBER, Larissa. Extração mineral no morro do Paula terá estudo de preservação ambiental. **Jornal Vale dos Sinos**, São Leopoldo, 04 abril de 2016. Disponível em:

<http://www.jornalvs.com.br/_conteudo/2016/04/noticias/regiao/306173-extracao-mineral-no-morro-do-paula-tera-estudo-de-preservacao-ambiental.html>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SELLE, Letícia. São Leopoldo/RS. **Fotografia RS – Letícia Selle**. Porto Alegre, Disponível em: <<http://leticiasellefotografia.blogspot.com.br/2015/06/sao-leopoldors.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SILVA, Ed; SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SILVA, Hd; HARRES, MM. **A história da câmara e a câmara na história**. São Leopoldo: Oikos, 2006. ISBN: 858973255X.

SKYSCRAPERCITY [Imagens Espetaculares de São Leopoldo]. [2011]. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1440546>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

STAHNKE, Leonardo. Mapa do Ecossistema da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, **Projetogisa**, São Leopoldo, 13 de outubro de 2012. Disponível em: <https://projetogisa.wordpress.com/mapa-do-ecossistema-da-bacia-hidrografica-do-rio-dos-sinos/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

STEFANI, F. Mais de 3,6mil imóveis entram na lista de patrimônio histórico. **Jornal Vale dos Sinos**, São Leopoldo, 12 de dezembro 2012. Disponível em: http://www.jornalvs.com.br/_conteudo/2016/12/noticias/regiao/2044463-3-657-imoveis-sao-inventariados-em-levantamento-historico.html. Acesso em: 20 jan. 2017.

STELLO, W. **Além das reduções:** a paisagem cultural da região missioneira. 2013. 238 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

STOCKER JUNIOR, J. **São Leopoldo (RS) está sumindo** - "a todo vapor"! Dzeitrs, jan. 2011. Disponível em: <http://dzeit.blogspot.com.br/2011/01/sao-leopoldo-rs-esta-sumindo-todo-vapor.html>. Acesso em: 20 jan. 2017.

STOCKER JUNIOR, J. **São Leopoldo (RS) está sumindo** - "a todo vapor"! **Memória Drops RS**, mar. 2013. Disponível em: <http://memoriadrops.blogspot.com.br/2013/03/obelisco-de-theodomi-ro-porto-da-fonseca.html>. Acesso em: 20 jan. 2017.

STRAPAZZON, R. São Leopoldo dá início ao inventário do patrimônio histórico. **Jornal Vale dos Sinos**, São Leopoldo, 21 de julho de 2014. Disponível em: http://www.jornalvs.com.br/_conteudo/2014/07/noticias/regiao/66290-sao-leopoldo-da-inicio-ao-inventario-do-patrimonio-historico.html. Acesso em: 20 jan. 2017.

TRAMONTINI, M. J. A escravidão na colônia alemã (São Leopoldo - primeira metade do século XIX). In: PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA COMPARADA, 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2000. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s5a3.pdf> >. Acesso em: 31 jan. 2017.

TRAMONTINI, MJ. **A organização social dos imigrantes:** a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850. São Leopoldo: UNISINOS, 2000. (Acadêmica). ISBN: 85-7431-054-9.

TRESPACH, Rodrigo. Alemães para toda obra. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, 1 de Março de 2014. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/alemaes-para-toda-obra>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

VILLELA, Flávia, Crescimento da arqueologia brasileira esbarra na falta de profissionais de infraestrutura. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/tecnologia/2014/01/crescimento-da-arqueologia-brasileira-esbarra-na-falta-de-profissionais-e-de>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

WEBER, R. Praça Centenário e seu monumento: persistência do nacionalismo no pós Segunda Guerra Mundial - São Leopoldo/RS. **Patrimônio e Memória**, São Paulo v. 12, n. 1. 2016. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/616/851>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

WEIMER, G. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Raízes). ISBN: 85-336-2199-X.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Desastre ambiental mata quase 100 toneladas de peixes. **Carta Maior**, Porto Alegre, 18 dez. 2006. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Desastre-ambiental-mata-quase-100-toneladas-de-peixes/3/12055>>. Acesso em: 10 out. 2016.

ANEXOS

Anexo A - Classificação e Caracterizaçãodo IAPH

O LPC do IAPH possui três linhas de pesquisa: **Identificação** e caracterização das Paisagens Culturais; **Critérios** de atuação em Paisagens Culturais; e **Fomento** da Paisagem Cultural.

Para a identificação, o Laboratório publicou o *Caderno Técnico do Laboratório de Paisagem Cultural* (CT-LPC) no ano de 2015, com o intuito de organizar a documentação das paisagens. O inventário é definido pelo LPC como o primeiro passo para a tutela dos bens culturais, facilitando sua posterior investigação, proteção, difusão e conservação. O arcabouço teórico é estabelecido pela convenção da UNESCO (1992), e o CEP (2000). Utilizando estes dois documentos, o IAPH (2015b, p. 03) apresenta três dimensões que necessariamente terão que ser abordadas em qualquer estudo da paisagem:

- a) O território conformado e suas características físicas e estruturais.
- b) A ação e interação de fatores naturais e humanos, que integra a noção do processo temporal em que estas interações se vêm produzindo.
- c) A percepção humana, que separa o conceito de paisagem do de território, marcado este último por um sentido de apropriação política e econômica do espaço físico por parte dos grupos humanos.

No caso da Espanha, existe um “Plano Nacional da Paisagem Cultural” (IAPH, 2015b), elaborado pelo Ministério da Educação, Cultura e Esporte através do Instituto do Patrimônio Cultural, em parceria com as regiões autônomas. Então, todas as ações desenvolvidas pelo IAPH estão inseridas em um programa de governo que lhe dá sustentação política.

A dicotomia da terminologia Paisagem Cultural (exposto no primeiro capítulo desta dissertação) é corroborada pelo IAPH (2015b, p. 05, tradução nossa):

Desde o momento em que se entende que para que exista uma paisagem é imprescindível que seja percebido – interpretado – por um ser humano, toda a paisagem se poderia considerar cultural e, portanto, seria desnecessária a distinção entre paisagens naturais e culturais.

O trabalho de documentar uma paisagem com interesse cultural necessita de uma equipe de trabalho multidisciplinar mais variada do que das outras categorias de bens, por isso a CT-LPC define que o trabalho dessas disciplinas

seja produzido de uma forma transdisciplinar, e não apenas como a junção de estudos separados. Entre os aspectos que devem ser estudados (IAPH, 2015b, p. 06), encontram-se:

- 1) O meio físico abiótico, que pode ser analisado principalmente pela geografia, geologia, hidrologia e a geomorfologia;
- 2) O meio físico biótico, abordando principalmente a biologia e a ecologia;
- 3) Os processos históricos, analisados pela disciplina da história (incluindo pré-história);
- 4) As atividades humanas, passadas e presentes, que são objeto de estudo da história, geografia e etnologia;
- 5) A estrutura territorial, o modo que se formaram os principais sistemas territoriais; fundamentalmente os de assentamentos e infraestrutura, sobre os quais se estruturam os demais e cujo o conhecimento concerne a geografia, engenharia e a arquitetura;
- 6) A percepção humana, da qual se ocupam a psicologia, sociologia, antropologia social, a história da arte ou as belas artes;

O LPC estabelece uma quantidade mínima de seis disciplinas¹ que devem ser articuladas em um estudo da paisagem cultural. (IAPH, 2015b).

Formada a equipe técnica, as reflexões passam a ser sobre a seleção das paisagens. Em primeiro momento devem ser observados os valores culturais das paisagens em conjunto, não apenas das porções com notória relevância. (IAPH, 2015b).

Após, a definição dos valores culturais é que se deve buscar os espaços representativos que melhor sintetizem, transmitam e sejam reconhecidos pela população. (IAPH, 2015b). Logo compreendemos que este processo de investigação irá levar em consideração a percepção que há do território por parte da população. Dessa forma, já devemos prever a não adoção de conceitos ortodoxos no trabalho de valoração. Memória e afetividade, conceitos mais próximos para a população, serão valorados assim como a tradicional antiguidade e historicidade.

O LPC propõe adotar, ainda que considerada generalista, a divisão de categorias de paisagens (Quadro 14) propostas pela UNESCO, em 1994, no guia operativo para a implantação do Convênio para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, já descritas nos capítulos anteriores desta dissertação:

¹ Geografia; Biologia; História; Arquitetura; Sociologia e História da Arte.

Quadro 14 - Categorias da Paisagem Cultural

Categoria	Definição
(i)	A mais facilmente identificável é a paisagem claramente definida, projetada e criada intencionalmente pelo homem. Esta inclui os jardins e parques construídos por razões estéticas, que são, na maioria das vezes (mas não sempre), associados a conjuntos de edifícios religiosos e monumentais.
(ii)	A segunda categoria é a paisagem evoluída organicamente. Esta resulta inicialmente de imperativos sociais, econômicos, administrativos e/ou religiosos e desenvolveu sua forma atual por associação e como resposta a seu ambiente natural. Tais paisagens refletem o processo de evolução em suas formas e elementos. Elas se dividem em duas subcategorias
(iii)	A categoria final é a paisagem cultural associativa. A inscrição de tais paisagens na Lista do Patrimônio Mundial é justificável em função das associações religiosas, artísticas e culturais aos elementos naturais, mais do que em função das evidências culturais materiais, que podem ser insignificantes ou até mesmo inexistentes.

Fonte: Araujo (2009, p. 34).

O Plano Nacional de Paisagens Culturais da Espanha assinala dois aspectos fundamentais para ter em conta na definição da categoria de paisagem de interesse cultural: as atividades antrópicas configuradoras e o contexto físico. Atividade antrópicas define tudo aquilo que é ação do homem, podendo abranger atividades agrícolas, industriais, de intercâmbio (comerciais), defensivas, aquelas relacionadas a acontecimentos sociais (religioso, artístico, de lazer, etc), implantação de sistemas urbanos ou assentamentos históricos, infraestruturas de grande porte (comunicação, transporte, hidráulica), cenários, itinerários e rotas. (IAPH, 2015b).

A partir dessas atividades, segundo Cámara et al. (2012, p. 05) o LPC estabelece seis grandes sistemas de referência patrimonial (Quadro 15).

Quadro 15 - Sistemas de Referência Patrimonial.

Sistemas	Descrição
1. Povoamentos	Organizado em razão do caráter dominante (rural, urbano ou de aglomerações urbano históricas), e dentro de cada um deles, o período histórico confere a singularidade: pré-histórico, moderno, etc.
2. Infraestruturas territoriais	Paisagens relacionadas aos diversos meios de comunicação históricos (marítimos, viário, ferroviário) e as infraestruturas hidráulicas e eólicas (como moinhos, represas).
3. Segurança e defesa	Incorporam as torres isoladas, os fortes, os castelos e localidades protegidas por muralhas.
4. Produção e transformação	Articula-se em função da produção agrária, pesqueira, minério e indústria.
5. Crenças, artes e comunicação	Compostos por ritual, artístico e de comunicação.
6. Agentes destacados	Pertencem a este grupo os acidentes geográficos, como estreitos, gargantas e passos.

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Cámara et al. (2012, p. 70).

Cada uma dessas seis categorias se dividem em tipos e subtipos (Quadro 16).

Assim, haverá um sistema principal caracterizador do interesse cultural e sistemas secundários que foram agregados ao longo do tempo. (IAPH, 2015b).

Quadro 16 – Classificação de Sistemas.

Categorías	Tipos	Subtipos
1. Sistemas de asentamiento	Dominante rural	De poblados prehistóricos
		De poblados protohistóricos y romanos
		De pueblos de tradición medieval
		De nuevas poblaciones modernas
		De poblados de la industrialización
		Poblados de colonización agraria del siglo XX
	Dominante urbana	De ciudades romanas
		De ciudades de tradición medieval moderna
	Aglomeraciones urbanas históricas	De Cádiz
De Córdoba		
De Granada		
De Sevilla		
2. Sistemas de infraestructuras territoriales	Comunicaciones y transportes	Infraestructuras viarias
		Infraestructuras portuarias
		Infraestructuras ferroviarias
Infraestructuras hidráulicas-eólicas	Del agua	
	Del viento	
3. Sistemas de seguridad y defensa	Vigilancia	Torres y vigías
	Defensa	Fortificaciones de frontera
		Otros núcleos fortificados
4. Sistemas de producción y transformación	Agrario y pesquero	Del cereal
		Del olivar
		Del viñedo
		Mixtos
		De huertas y regadíos
		De cultivos industriales
		Agroforestal y agroganadero / dehesas
		Pesquero y marisquero
	Minero e industrial	De la sal
		De la piedra
		Del carbón
		De los metales
		De la agroindustria
5. Sistemas de creencias, artes y comunicación	Ritual	Festivo-ceremonial
		Del culto y de la muerte
	Artístico	Creados
		Recreados
	Comunicación	Del prestigio y del poder
		De la conmemoración y la memoria histórica
De la publicidad y el diseño		
6. Referentes geográficos connotados	Relacionados con el agua	Fluviales
		Litorales
	Referentes visuales	Montañas y afloramientos rocosos
		Pasos naturales
	Zonas de tránsito	Estrechos marinos

Fonte: Cámara et al. (2012, p. 70).

Veremos que demarcação 22 é denominada Sevilha, por meio do Quadro 16 verificamos que essa demarcação é categorizada como um “sistema de povoamento”, do tipo “aglomeração urbano-histórica” do subtipo “de Sevilha”. Nota-se que o IAPH decidiu que as conurbações urbanas como Sevilha, Córdoba, Granada, e Cádiz devem ser categorizadas de uma forma distinta a outras cidades, por entender que a complexidade dos seus estudos demanda uma abordagem distinta. (CÁMARA et al., 2012).

Para a descrição das paisagens em ficha de registro, o R-PICA, define cinco campos que devem ser estudados (Quadro 17):

Quadro 17 - Descrição das Paisagens

Campos	Descrição
1. Traços	Atividades ou ideias associadas que dão caráter a paisagem.
2. Chaves	Fundamentadas nos traços geográficos, destacando os grandes elementos naturais e as características básicas da paisagem.
3. Síntese das chaves históricas	Não é um resumo da história da paisagem, mas transmitir os acontecimentos e processos históricos mais importantes na conformação do cenário.
4. Usos e atividades	Dada a importância da atividade humana para a conformação da paisagem se realiza uma descrição das atividades desenvolvidas tradicionalmente.
5. Referências, visões e passagens	Busca pelas representações e leituras da paisagem com obras artísticas como literatura, pintura e fotografia.

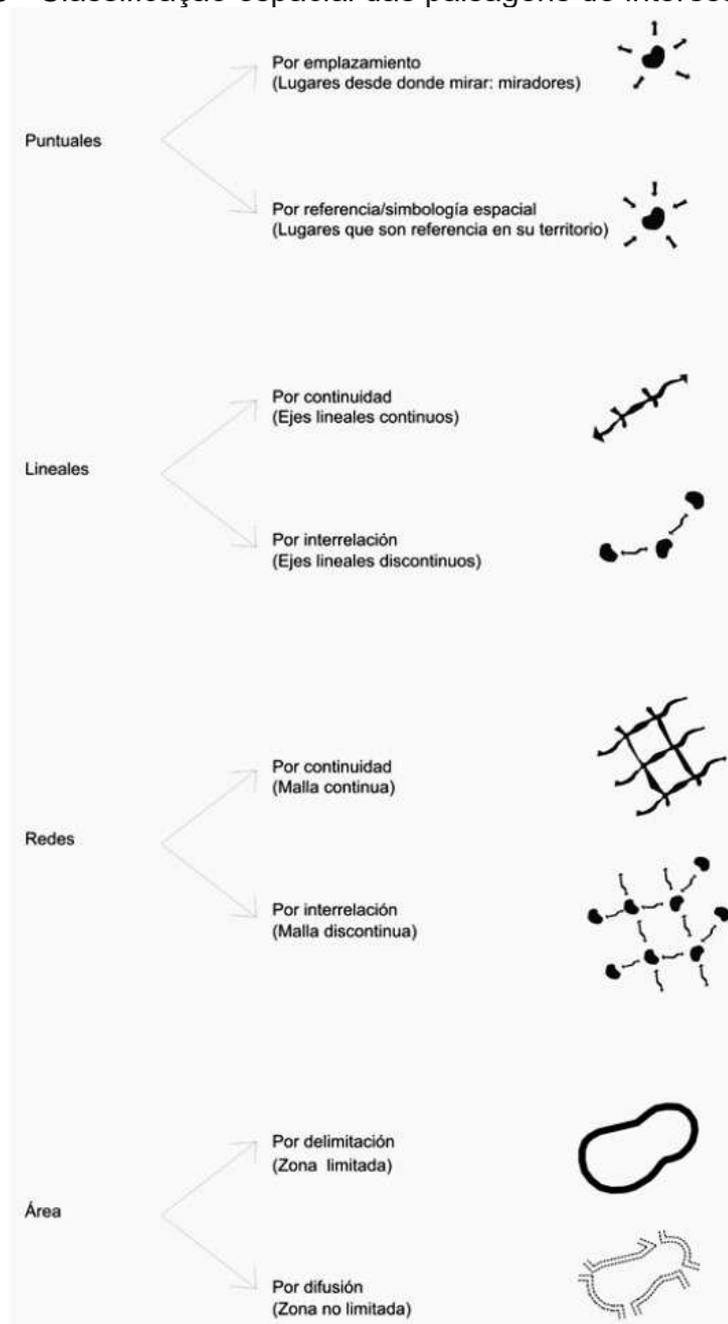
Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Cámara et al. (2012, p.70).

Após a descrição das paisagens, a etapa seguinte é a elaboração um mapa síntese que irá demonstrar a relação da paisagem com seu entorno. (CÁMARA et al., 2012, p. 07, tradução nossa).

Há paisagens cujos valores relevantes aparecem associados a seu caráter simbólico e conotado; outros que se encontram dentro de uma área muito concreta e diferenciada do seu entorno próximo; lugares cujo valor irradia na relação existente entre vários elementos dispersos e descontínuos no território.

Do ponto de vista espacial, foram estabelecidas pelo IAPH quatro categorias de classificação das paisagens em análise, esta classificação morfológica é apresentada na Figura 98, e se divide em pontuais, lineares, redes e áreas.

Figura 98 - Classificação espacial das paisagens de interesse cultural.



Fonte: Cámara et al. (2012, p. 71).

A paisagem do tipo linear da subcategoria inter-relação, ou seja, aquela que apresenta descontinuidade é de interesse quando aprofundarmos nossa análise sobre o território de São Leopoldo e sua articulação com outros centros históricos das cidades que um dia conformaram a Colônia de São Leopoldo. Este tipo de composição morfológica é característica das paisagens culturais que Castriota e Cardoso (2012) definem como “Paisagem Cultural do tipo Itinerário Cultural”.

Para a compreensão das características de interesse cultural da paisagem de cada território, existe a liberdade de fazer combinações entre os tipos e subtipos de categorias, mas sendo necessário estabelecer o sistema principal. Essas categorias são simplificações que refletem o entendimento do IAPH sobre a realidade atual da Andaluzia. Esse sistema serve de base, mas não pode ser apenas importado, cada país ou região terá que criar as suas.

A etapa seguinte é a ficha de registro, a qual é uma síntese, e não necessita informar todas as características de uma paisagem, mas indicar os tipos e subtipos da mesma, criando uma denominação que servirá para nos referirmos. Deve vir acompanhada da análise dos valores culturais da paisagem, analisando o meio físico e socioeconômico, a evolução de sua estrutura territorial, os processos históricos, e as atividades socioeconômicas que tem deixado uma maior marca na constituição da paisagem, relacionando as com os recursos que produziram e a percepção social desta paisagem. A partir desta informação será criada uma valoração geral. (IAPH, 2015b).

As paisagens não seguem limitações administrativas. Por exemplo, é muito comum definirmos elementos como rios e montanhas como limites geográficos entre municípios, mas a paisagem estruturada estes, não considerada esta limitação. (IAPH, 2015b).

Há um complicador sinalizado pelo IAPH de que a análise da paisagem cultural se áreas urbanas, a qual interessa particularmente a este estudo, a de que estudo, que as paisagens urbanas se analisem de fora para dentro. (IAPH, 2015b).

Sabemos que o espaço urbano tem dinamismo maior que o rural, na cidade existe a presença de mais forças atuantes disputando a conformação do espaço urbano. Por isso, podemos observar pelas transformações que as cidades brasileiras sofreram a partir da metade do século XX que esse processo é, por muitas vezes, destrutivo.

A descrição e interpretação é a etapa onde a paisagem será de fato analisada de maneira argumentativa, procedendo-se uma caracterização mais detalhada. Se as etapas anteriores nos auxiliavam a criar um inventário da paisagem cultural (R-PICA), agora o IAPH busca uma reflexão com a finalidade de conceber ao fim um plano de gestão.

Os estudos de percepção são importantes nas pesquisas sobre paisagem culturais, e podem ser realizados em três grupos, o dos especialistas, os dos locais,

e o dos visitantes. (IAPH, 2015b). A análise de percepção social é realizada através de questionários e de oficinas participativas. Pode-se incorporar uma análise fotográfica e artística e os discursos gerados ao longo do tempo e publicados em qualquer meio.

O estudo da paisagem cultural não estaria completo sem o campo da proteção, última etapa da metodologia apresentada pelo IAPH em seu relatório técnico. A chancela da paisagem é um reconhecimento, ou como o IPHAN define um selo de qualidade, não é uma ferramenta que deva ser vista como substitutiva as demais. (IAPH, 2015b). As medidas de proteção irão preservar os bens culturais e naturais da paisagem, mas não ela em si como uma entidade dinâmica. A paisagem será preservada como uma consequência das ações de preservação.

O IAPH recomenda que após uma análise do grau de integridade, sejam construídos cenários para o seu desenvolvimento. A construção de cenários é importante porque ali se consegue materializar e transmitir com conceitos teóricos que se tornam por vezes abstratos.

Com base nos conceitos e critérios descritos, o LPC publicou o R-PICA no ano de 2014. Este registro não tem como finalidade esgotar o estudo da paisagem. Ele é sim a escala macro do território, que busca articular as distintas paisagens entre si na conformação do território. (CÂMARA et al., 2012, p. 10, tradução nossa).

O objetivo do R-PICA não é tanto estabelecer diretrizes de proteção às paisagens, nem sequer a elaboração de um diagnóstico pormenorizado de cada uma delas, mas realizar uma primeira tentativa de classificação, identificação e descrição. Não obstante, o registro não renuncia a estabelecer, de forma sintética, os valores principais de cada paisagem de interesse cultural; uma sucinta relação de impacto e ameaças; e umas recomendações básicas, tanto para a gestão da própria paisagem, como para ser levadas em conta no planejamento espacial e setorial.

Uma das inovações propostas nos trabalhos de paisagem cultural é buscar envolver entre os atores que detém o poder local. Segundo IAPH (2015b, p. 04) “[...] é de extraordinária importância que as medidas propostas sejam consensuais, através de processos participativos com a população local”. Aqui se pontua uma das questões-chaves dos estudos da paisagem cultural, reconhecidos inclusive na Carta de Bagé (IPHAN, 2007), a necessidade do envolvimento no processo de setores da sociedade que usualmente são apenas comunicados das decisões, como os empresários e os proprietários de terra. Por mais difícil que esse diálogo possa ser,

um guia da paisagem cultural corre o risco de se tornar inócuo se não for compreendido por aqueles que detêm o poder econômico e político das comunidades estudadas.

O processo de construção do consenso é uma tarefa árdua, e prevê a necessidade de negociação contínua. Isso não significa que a desapropriação e o tombamento não possam ser utilizados. Essas duas ferramentas devem ser utilizadas sem hesitação quando ficarem demonstrados indícios de ação perniciosa, ou quando no caso do tombamento, o bem enquadrasse no perfil de proteção integral.

Quanto à documentação gráfica produzida, o IAPH dispõe de uma ferramenta importante que é a Rede de Informação Ambiental de Andaluzia (REDIAM). A existência de uma rede pública de informações sobre a geografia, com uma facilidade de extração de dados, e uma rapidez na produção dos mapas temáticos é talvez o grande abismo entre a realidade espanhola e a brasileira. No Brasil, teremos que obrigatoriamente garimpar e produzir as bases que darão sustentação aos nossos estudos, por vezes a informação existe, mas encontra-se perdida pelas diversas esferas administrativas do Estado. O IAPH disponibiliza inclusive imagens em 360° e vídeos das paisagens culturais registradas, com o interesse por vezes de registrar até os sons que são emitidos. (IAPH, 2015b, p.15).

Em um recente trabalho, de Rodrigo e Díaz (2011), se apresentam novas opções de representações gráficas da paisagem, como mapas colaborativos realizados por populações locais que são transferidos a matrizes cartográficas convencionais; mapas de som, sensibilidade visual e aspectos sociais; mapas de intervisibilidade para paisagens que contenham entidades patrimoniais interligadas visualmente, entre outros.

O produto final deste trabalho resulta em uma ficha semelhante às de inventários de patrimônio cultural realizadas no Brasil, ou seja, mesmo que exista uma pesquisa significativa da paisagem cultural, as fichas são sínteses. Entretanto o IAPH disponibiliza no seu site o material que ele denomina como “documento de trabalho”, onde se tem acesso a totalidade da pesquisa.

Dentre as 120 paisagens culturais registradas da Andaluzia, existem dois exemplos em que o IAPH aprofundou sua pesquisa, formulando planos de gestão da paisagem: a paisagem cultural da enseada de Bolonia e a paisagem histórico-urbana de Sevilha.

Concluimos aqui a apresentação básica da metodologia de identificação, registro, e inventário de uma paisagem cultural estabelecida pelo IAPH. Apresentamos as classificações de paisagem, tipos e subtipos, desenvolvidas pelo instituto. Entraremos, a partir de agora, na segunda linha de pesquisa do Instituto, os critérios para a atuação nas paisagens culturais.

Anexo B - A Gestão das Paisagens de Interesse Culturais

O LPC estabelece, assim como a Carta de Bagé (IPHAN, 2007), que a gestão das paisagens culturais deverá ser feita por um comitê local, o que coloca os processos participativos como essenciais para garantir a gestão sustentável.

A participação cidadã é considerada um eixo fundamental, pois incorpora os atores e suas diferentes expectativas e prioridades. Esta visão está inserida dentro de uma nova postura de gestão democrática, de contestação de democracia representativa e de um processo de experimentação e construção de novas possibilidades de gestão. Não haverá uniformidade nos processos de inclusão da sociedade, porque a consolidação da participação social nas esferas de planejamento ainda não é compreendida como um direito em todas as comunidades. Por vezes a democracia representativa e o papel do especialista, o qual supostamente detém o monopólio do conhecimento, são levados em primazia em relação às experiências e expectativas dos agentes e atores locais. O IAPH deixa claro que existe uma diferença entre ser informado (ou consultado) e participar ativamente do processo de construção de um plano de gestão.

Devemos então estabelecer qual é o tipo de participação possível, partindo da mais restritiva a mais participativa, temos quatro modelos estabelecidos: gestão direta; participação por convite; codecisão; bem de autogestão. (IAPH, 2001).

O último modelo de gestão, o de autogestão é o que nos interessa no caso da Paisagem Cultural, afinal se produz um absoluto protagonismo dos cidadãos. Eles detêm o controle a apropriação dos espaços e atividades, é um modelo que exige uma maior sofisticação teórica e um resgate das noções de coletividade, e bem comum.

Devemos escolher que modelo de gestão participativa utilizar com base no cenário político de cada comunidade. Um sistema de autogestão necessitaria de uma disseminação de conhecimento. O modelo de gestão compartilhada é para a nossa realidade no Brasil o mais plausível, já que observamos com frequência que experiências de gestão democrática são descontinuadas a cada troca de governo.

De qualquer forma, a criação de modelos de participação popular instaura um processo de disputa de poderes da qual a conciliação por ventura será um cenário que não foi planejado por nenhum dos lados representados.

Esse processo de empoderamento dos atores locais no caso específico das paisagens, mesmo que ciente dos riscos da construção de um simulacro de democracia² é essencial, já que no caso paisagem, a proteção será mais efetiva não através unicamente de leis, mas da participação das populações que vivem nela, que se identificam e se comprometem com a sua manutenção.

Quanto às ferramentas participativas na etapa do diagnóstico, elas podem ser agrupadas em quatro grandes grupos: dinâmicas de grupo; técnicas de visualização; entrevistas e comunicação oral; observação de campo. (IAPH, 2011).

É logicamente possível supor, que a participação da sociedade desde as esferas iniciais aumente a sensação de responsabilidade e envolvimento necessário para garantir o sucesso das etapas seguintes. Esta estrutura de participação popular é diferencial a prática ortodoxa de apenas notificar as populações a respeito de decisões tomadas pelos órgãos de preservação.

Através da análise dos agentes locais, o pesquisador deverá traçar suas estratégias de aproximação com cada parcela estudada. Os estudos de percepção da paisagem por parte de seus moradores devem ser conduzidos com a utilização das ferramentas de: observação participante, entrevista de profundidades e grupos de discussões. Deve-se buscar construir uma radiografia dos aspectos positivos e negativos da paisagem, cuidando para não privilegiar o discurso da maioria, ou satisfazer as expectativas do pesquisador.

A etapa seguinte, a de projeto, parte da elaboração dos objetivos e a definição dos mecanismos necessários para a obtenção de sucesso. Nesta etapa devem ser definidos os prazos e indicadores para a avaliação das paisagens.

A terceira etapa se refere a implementação, onde se busca cumprir a curto, médio, e longo prazo os compromissos assumidos. A quarta e última etapa, chamada de avaliação, é justamente uma análise crítica do processo, com fins de aperfeiçoamento.

² A atuação dos conselhos municipais paritários entre sociedade civil e poder público é por vezes vista como uma simulação de participação popular, já que tradicionalmente os representantes do poder público representam um só posicionamento, já previamente acertado.